

GREVES

GOVERNO PSD RESPONSÁVEL PELO ARRASTAR DOS CONFLITOS



Págs. 1, 2 e 3/Semana

Condenação universal da agressão americana à Líbia

• Assembleia da República condena bombardeamento de Tripoli e Bengazi, enquanto o Governo Cavaco Silva gagueja

Pág. 4 e 12/Semana

CONCENTRAÇÃO DE PROTESTO

Hoje, às 19.30, junto à embaixada dos EUA, convocada pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação

VISITA A PORTUGAL DE DELEGAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA DO VIETNAME

A convite do PCP, chega amanhã a Lisboa, para efectuar uma visita a Portugal uma delegação do Partido Comunista do Vietname, dirigida pelo camarada Nguyen Thanh Binh, secretário do Comité Central do PCV.

COMÍCIO DE AMIZADE PCP-PC DO VIETNAME

Nguyen Thanh Binh
Álvaro Cunhal

Pavilhão do Sacavenense, amanhã, às 21 e 30

ÁLVARO CUNHAL EM SANTARÉM

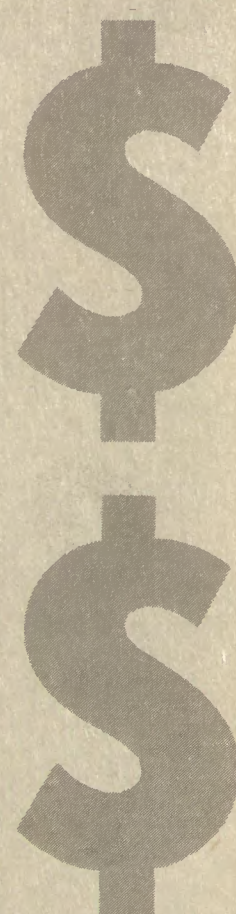
Pág. 1/Agenda



12.º ANIVERSÁRIO

25 de Abril

Pág. 9/Semana



combustíveis

Págs. 8 e 9
Em Foco

Objectivos do movimento operário popular e democrático

Dentro de uma semana o Povo português celebra o Ano Décimo Segundo da Revolução de Abril. Um longo e difícil caminho foi percorrido. Problemas novos e sempre complexos o País defronta. Ponderosas exigências de reflexão e de acção se colocam aos portugueses.

Quem hoje se detiver sobre a conjuntura que vivemos e sobre cada uma das suas componentes essenciais;

Quem procure destrinçar e avaliar com justeza os factores internos e externos que intervêm na evolução da situação portuguesa e interferem com a nossa independência como nação;

Quem se debruçar com objectividade sobre o «mar magno» onde vão desembocar todas estas torrentes de variável caudal da nossa vida colectiva;

Quem depois reflectir sobre as realidades e a ficção da política deste Governo minoritário de direita Cavaco Silva/PSD que temos à frente do País...

Não pode deixar de formular-se interrogações e de buscar respostas;

De tentar capacitar-se da verdadeira natureza e profundidade da crise que assola o País;

Da gravidade dos perigos que espreitam a democracia portuguesa e põem em risco a continuidade do 25 de Abril;

Das ameaças à Paz, à integridade territorial e à independência nacional que se perfilam nos horizontes da nossa Pátria.

E se de tudo isso souber tirar conclusões correctas...

Um passo importante terá sido dado para alterar o rumo do desastre, para conjurar os perigos e ameaças que pesam sobre o nosso país, para repor na vida nacional os caminhos de Abril.

A vida do Mundo e numa zona nevrálgica do Continente Europeu onde nos inserimos, foi nos últimos dias abalada pela aventura terrorista dos Estados Unidos contra o povo e o Estado independente da República da Líbia.

Portugal situa-se na região afectada; compromissos e alianças que brigam com a independência nacional colocam-nos na área do perigo; das atitudes do Governo português — e em última análise da posição e da luta do nosso povo — dependem o aumento ou a diminuição dos riscos de envolvimento de Portugal na aventura terrorista de Reagan.

No próprio dia em que os aviões com a estrela americana bombardearam a população e alvos civis de Trípoli e Benghazi e procuravam realizar os intentos assassinos de um chefe de Estado do mais poderoso país capitalista do Mundo contra outro chefe de Estado de uma pequena nação árabe, mesmo aumentando os ris-

cos de uma guerra generalizada o Primeiro-Ministro português, Cavaco Silva, chegava a um dos países mais importantes da Aliança Atlântica e da CEE, detentor de uma base militar no continente português — a RFA — para negociar sobre questões candentes da defesa e da economia do País.

A utilização pelos Estados Unidos da base aérea de Beja, o celebrado «negócio das fragatas», as condições de integração de Portugal na CEE; a caça ao investimento alemão-ocidental em troca da alienação de algumas das empresas mais rentáveis do sector público e nacionalizado português actualmente postas em almoe-da pelo Governo Cavaco/PSD — via I.P.E. — nos mercados financeiros do grande capital privado, são questões de que se fala sobre a visita do Primeiro-Ministro português a Bona.

Entretanto, significativamente, a RDP noticiou primeiro que Cavaco iria discursar diante do «muro» de Berlim — «A menina dos olhos da RFA» e depois transmitiu na própria voz do Primeiro-Ministro, no seu discurso de Berlim, estas palavras que constituem uma verdadeira provocação contra a República Democrática Alemã: «Um dia será possível partir o muro e estender a liberdade ao outro lado», e mais à frente: «Há que ser optimista e acreditar que será possível num dia partir o muro».

Não se pode ser mais claro no apoio ao revanchismo oeste-alemão contra a jovem Alemanha Democrática.

Dias antes a mesma RDP noticiava que o MNE, referindo o trânsito de aviões americanos pela Base das Lajes na rota para a Inglaterra, ao mesmo tempo que dizia não ter sido utilizado o espaço aéreo português pela aviação militar americana a caminho da Líbia, considerava o movimento das Lajes como rotina.

O Povo português tem, contudo, o direito de ser informado de se, sim ou não, a base das Lajes foi utilizada na escala dos bombardeiros americanos para as bases da Grã-Bretanha, (se é sobre esta eventual escala que o MNE português disse ser de rotina). Da Grã-Bretanha que está a auxiliar as provocações de guerra americanas contra o povo da Líbia — se sim ou não o espaço aéreo português foi utilizado pelos piratas do ar norte-americanos contra a Líbia.

A aliança conservadora, que mesmo roída de contradições e de antagonismos governa hoje nos principais países da CEE — RFA, Inglaterra, França, Itália, Holanda, Bélgica — em que se integra política e ideologicamente o Governo Cavaco/PSD — é o «estado maior» estatal dos grandes monopolistas da Europa Ocidental sob cujo comando os grandes capitalistas portugueses querem colocar Portugal, a sua economia, a sua independência nacional.

Os trabalhadores e os pequenos e médios agriculto-

res, comerciantes e industriais portugueses nada de bom têm a esperar das comprometedoras conversações germano-portuguesas protagonizadas por Cavaco nem das «ajudas» dos monopólios oeste-alemães às actividades económicas e produtivas de Portugal no âmbito da CEE.

O drama dos salários em atraso, do desemprego, da redução dos postos de trabalho, da insegurança dos contratos a prazo, do tecto salarial desajustado à subida do custo de vida e à taxa real da inflação, do aumento da carga fiscal sobre os trabalhadores, são indesmentíveis realidades da política social do Governo Cavaco/PSD.

O ministro do Trabalho cavaquista veio à comunicação social dizer que o número dos trabalhadores com salários em atraso diminuiu de 30% nos últimos meses.

É uma grosseira falsificação da realidade. O ministro sabe que as «reduções» do número dos trabalhadores sem salários são devidas à sua passagem à situação de desempregados pelo encerramento das empresas, pela aplicação de uma medida que, a troca de uma misérrima indemnização de 6 meses, deixa no desemprego e sem direito à cobrança da dívida dos salários muitos milhares de trabalhadores.

O ministro sabe que na indústria têxtil, na metalomecânica, na construção civil, nas indústrias extractivas, na indústria vidreira, na agricultura no turismo, diminuem os postos de trabalho, aumentam as falências de empresas, sabe que nos lares operários grassa a fome e a miséria.

Os agricultores, vitivinicultores e produtores pecuários portugueses têm o direito de exigir do Governo que os seus interesses não sejam sacrificados aos ditames da integração na CEE.

Os produtores transmontanos da batata são coagidos a colocá-la no mercado em condições insatisfatórias quer para o produtor quer para o consumidor.

Os nossos cereais, cuja cultura é largamente deficitária e de que o País é fortemente dependente das importações estrangeiras, estão em vias de ser tabelados ao preço dos produtos forrageiros. Os nossos vinhos — mesmo os de qualidade — não podem resistir à concorrência dos outros produtores da CEE que exercem a maior pressão para o arranque dos vinhedos e a redução da nossa produção.

O Governo — numa medida de pura retaliação contra a oposição parlamentar à sua injusta política orçamental — recusou baixar o preço do leite quando as verbas que se prepara para arrecadar com a redução do preço do petróleo sem baixar na escala devida os preços dos combustíveis — nenhuma medida de beneficiação prática tomou para a nossa produção leiteira.

Resumo

9

Quarta-feira

Os partidos da oposição insurgem-se contra a intervenção televisiva de Cavaco Silva e obrigam a RTP a conceder o direito de resposta. ■ Em conferência de imprensa realizada em Alverca, dirigentes sindicais afirmam que é «inaceitável a acção dura da GNR» para com os camionistas dos TIR em luta. ■ Ao ser recebida pelo ministro do Trabalho, uma delegação da CGTP-IN exige a revogação do despacho «que pretende retirar aos trabalhadores com salários em atraso os direitos da Segurança Social», por o considerarem «desumano». ■ Começa em Florença o XVII Congresso do Partido Comunista Italiano. ■ O porta-voz do presidente francês afirma que Mitterrand «não assinará» decretos que visem a privatização de empresas nacionalizadas depois da II Guerra Mundial.

10

Quinta-feira

Na Assembleia da República e na Televisão, os partidos respondem a Cavaco Silva e afirmam que o Governo só não baixa o preço do leite se não quiser. ■ Em comunicado, os trabalhadores ferroviários responsabilizam o Governo pelas «graves consequências» do conflito na CP. Mais de metade do material circulante encontra-se imobilizado. ■ Começa em Lisboa o V Encontro das Organizações Representativas dos Trabalhadores da Segurança Social. ■ A delegação da Air France em Lisboa é alvo de um atentado bombista reivindicado por um grupo terrorista francês. ■ Os Estados Unidos reali-



Ensaio nuclear made in USA

zam novo ensaio nuclear no deserto de Nevada. ■ A Assembleia Nacional francesa aprova o programa do governo de Jacques Chirac.

11

Sexta-feira

Os motoristas dos TIR voltam à estrada depois de terem quebrado a intransigência



Motoristas vitoriosos

cia negocial da ANTRAM. O acréscimo salarial alcançado pelos camionistas atinge os 26 por cento. ■ Quando pretendiam ser recebidos pelo secretário de Estado dos Transportes, seis dirigentes sindicais dos ferroviários são presos pela PSP em São Bento. ■ O Governo convoca partidos da oposição para os informar sobre as propostas de lei da segurança interna. ■ A imprensa norte-americana é unânime em afirmar que Reagan poderá ordenar a todo o momento um ataque contra a Líbia. ■ Em sequência do ensaio nuclear norte-americano, a União Soviética declara-se liberta do compromisso da moratória nuclear unilateral.

12

Sábado

A Assembleia Portuguesa do Ano Internacional da Paz, reunida num hotel da capital, marca para 21 de Junho a realização de Marchas da Paz em Lisboa, Porto e Setúbal. ■ Reunido extraordinariamente, o plenário nacional de sindicatos da CGTP-IN afirma que o Governo «mantém a mesma política de adiar a resolução dos problemas nacionais mais graves». ■ No encontro de Lisboa do PCP sobre o Trabalho Autárquico, os partici-



Defender a cidade

pantes concluem que hoje, mais do que nunca, é necessário lutar em defesa da cidade. ■ No decorrer das I Jornadas Concelhias de Lisboa do PRD, o seu secretário-geral confirma que Eanes entrará para este partido «no momento oportuno». ■ O governo de Malta pede a convocação urgente do Conselho de Segurança da ONU para debater a situação no Médio Oriente.

13

Domingo

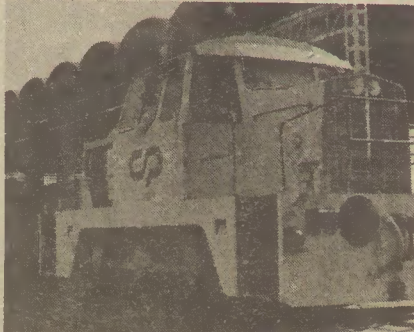


A APU denuncia que a Câmara PS/PSD de Vila Real de Santo António aumentou as taxas de diversos serviços camarários. ■ No final do Congresso do CDS, Adriano Moreira é reeleito presidente de um partido dividido. ■ A vaga de frio dos últimos dias trouxe consigo elevados prejuízos para a agricultura. ■ Enquanto os Estados Unidos pressionam os seus aliados europeus, navios de guerra americanos concentram-se no Mediterrâneo. ■ Daniel Ortega afirma que o governo da Nicarágua está pronto a assinar a Acta de Paz para a América Central se até 6 de Junho cessarem as agressões ao seu país. ■ Morre numa prisão sul-africana o dirigente anti-apartheid Peter Nchabaleng, de 59 anos.

14

Segunda-feira

São suprimidos, em consequência do conflito laboral na CP, os comboios de mercadorias. Esta situação está a acarretar sérias dificuldades nos abastecimentos.



Não há comboios de mercadorias

Os trabalhadores responsabilizam o Governo e o Conselho de Gerência da empresa. ■ A Federação dos Rodoviários saúda, em comunicado, os motoristas dos TIR e repudia a actuação do Governo e da GNR. ■ O PCP condena «firmemente» a política de agressão dos Estados Unidos em relação à Líbia e a outros países soberanos, como Angola, Nicarágua e Afeganistão. ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE opõem-se a qualquer acção militar dos Estados Unidos contra a Líbia. Esta posição foi tomada no final de uma reunião de emergência realizada em Haia. ■ Morre em Paris a escritora Simone Beauvoir.

15

Terça-feira



Centenas de vítimas, na sua maioria civis, e habitações destruídas nas cidades bombardeadas de Trípoli e Bengazi, tendo mesmo sido danificadas as representações diplomáticas da Finlândia, França, Irão, Japão e Suíça, dão um balanço dos «raids» da aviação norte-americana contra a Líbia. «O terrorismo de Estado passou a ser um eixo central da política externa norte-americana», sublinha em Lisboa uma nota da SIP do PCP. A agressão ordenada por Reagan é condenada em todo o Mundo ■ Negociações relativas à Base de Beja e à construção de três fragatas para a Marinha portuguesa estão na agenda de Cavaco Silva, na sua deslocação à RFA ■ É verdadeiramente escandalosa a forma como a Assembleia Regional é ultrapassada e desrespeitada com a total complacência dos deputados do PSD — alerta o deputado comunista Mário Aguiar em conferência de imprensa realizada no Funchal ■ Começa em Genebra a 77.ª Conferência ministerial da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Participam 13 ministros ■ É admitida pela Tass a possibilidade de «uma cimeira ao mais alto nível» entre a URSS e a China. O comentário surgiu após a visita a Moscovo do vice-ministro chinês dos Negócios Estrangeiros.

Ligado à supressão dos mais de 500 matadouros, sem quaisquer medidas cautelares prévias dos interesses dos consumidores, dos industriais da carne e dos trabalhadores dos centros de abate encerrados, o futuro imediato da nossa produção pecuária emerge carregado de nuvens sombrias para a própria economia nacional.

É sobremodo evidente que a «operação CEE», que o Governo pretende camuflar sob as miragens dos «fundos», é, na verdade, uma operação contra os interesses vitais do Povo português, um verdadeiro atentado contra a nossa independência como nação.

O encerramento de empresas — já efectivo nuns casos e iminente noutros — o desemprego forçado de milhares de trabalhadores, a intransigência de gestores, como os da CP e da Metro, em relação às sentidas reivindicações operárias, estão na origem de importantes lutas e greves que no momento actual se verificam no panorama social português e se impõem para triunfarem nos seus objectivos sociais e humanos, à compreensão e à solidariedade activa de todo o povo.

O caso da CP onde a intransigência e brutal insensibilidade dos gestores e do Governo estão a causar graves problemas à vida das populações afectadas e à economia nacional é uma faceta significativa da política antinacional e antipopular do Governo.

Esta política, que sectores políticos pouco clarividentes não vêem em toda a sua projecção e em toda a sua força destruidora e desestabilizadora da nossa vida económica e social, impõe uma acção vasta e convergente de todas as forças democráticas, de todas as classes e camadas atingidas nos seus interesses vitais — em primeiro lugar da classe operária — para uma urgente mudança de rumo na política nacional que garanta uma rápida recuperação económica e social do País.

Nesta véspera das comemorações do 25 de Abril, em torno das quais se está verificando uma vasta unidade e convergência das forças democráticas, e a poucos dias das comemorações do Centenário do 1.º de Maio — Dia Internacional dos Trabalhadores — uma urgente tomada de consciência deve impulsionar e dinamizar a necessária resistência popular à ofensiva deste Governo minoritário da direita e do grande capital, um novo passo deve ser dado no caminho de uma necessária alternativa democrática que traga ao Povo português melhores dias, soluções acertadas para os seus graves problemas, possibilidades reais de continuar Abril na realidade portuguesa.

Nos dias difíceis que o País atravessa são indissociáveis os objectivos de melhoramento das condições de vida do povo, de revigoração do regime democrático, de salvaguarda da paz e da independência nacional dos portugueses e de Portugal.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25 76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
— 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av. Santos
Dumont, 57 - 2.º — 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28 77 98 25 76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 — 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcárcova de Baixo, 13 — 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto
Tel. 69 39 08 69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º
— 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

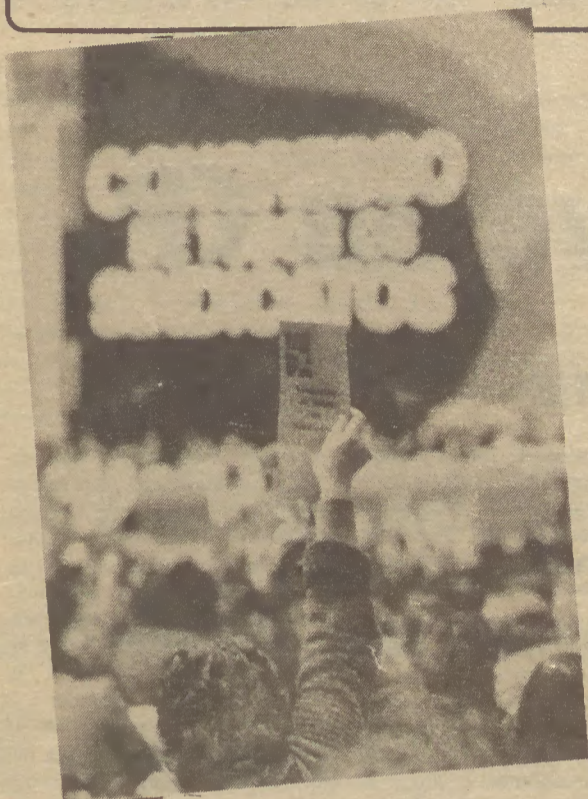
EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 — Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B
— 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36 77 67 50
Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º
— 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heka
Portuguesa — R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/86

Tiragem média do mês de Fevereiro: 34 100



Democracia

Trabalhadores comunistas, socialistas, de outras correntes político-partidárias e sem partido votaram e certamente aprovarão no V Congresso da CGTP o direito de tendência, conforme a proposta do Plenário do dia 12. Regularão assim o direito de tendência, não o direito de facção.

As correntes político-sindicalistas, as forças partidárias, as tendências ideológicas sempre tiveram expressão e vontade própria na CGTP-IN. Mas isso não evitou, nem certamente evitará que a unidade sindical se fortaleça, principalmente no campo de acção dos sindicatos e na coesão dos trabalhadores em defesa dos postos de trabalho, dos seus

salários, das soluções viáveis para a reestruturação de empresas e sectores onde as organizações representativas têm sempre, por lei, voz na matéria quando ela se debate.

Foi nesse sentido, no sentido da unidade, que o concorrido Plenário da Inter, no último sábado em Lisboa, aprovou por unanimidade as duas propostas a submeter ao Congresso da Central sobre matérias de tanta importância como «a democracia sindical e o funcionamento dos órgãos» da CGTP-IN e sobre o direito de tendência, para defender e não para atacar a unidade dos trabalhadores, como aliás decorre da embora revista Constituição nacional.

A CGTP prepara o V Congresso

Algumas alterações consideráveis ao funcionamento interno da CGTP-IN, aprovadas por unanimidade no Plenário de sábado no Villaret, vão ser apresentadas ao V Congresso da Central unitária dos sindicatos portugueses, que decorrerá entre 29 e 31 de Maio em Lisboa.

Ao fortalecimento da unidade democrática dentro da CGTP-Intersindical Nacional corresponde, da parte do sindicalismo divisionista denominado democrático por oportunismo evidente, o aprofundamento da luta fraccionária e a cristalização de facções.

O divisionismo divide-se e subdivide-se conforme as ocasiões. O oportunismo faz lei. Aos dirigentes ugélistas, agora fracturados em facções orgânico-partidárias de coabitação muito problemática, não parece ocorrer — pelo contrário — a simples distinção indispensável entre uma associação sindical e um organismo parlamentar.

Naturalmente que o discurso da facção TSD/PSD/Cavaco Silva olha com displicência a tendência PS/UGT, porque os *péssimos* dos TSD não fazem sindicalismo por outro motivo senão o de apoiar, num campo difícil, o jogo do primeiro-ministro e do seu Governo PSD.

Mesmo o nome do Conselho Permanente de Concertação Social, que de permanente não teve nada, de concertação coisa nenhuma e de social ainda menos, deve mudar de nome. Isto do ponto de vista dos TSD. Deseje CPCS deve sair, dizem eles, um simples Conselho Económico. Dele é provável que desapareça também a designação *social* que na verdade só lá está para tornar mais extenso um nome já de si comprido que nada significa a não ser para quem seja, nisto ou naquilo, um fortíssimo patrão.

Porque, vendo bem, a UGT entrou em forte crise com a formação deste Governo e com a nova arrumação de forças na Assembleia da República.

Estrutura partidária criada a partir de algumas direcções sindicais representativas, a UGT acabou por corresponder exactamente ao retrato que dela aqui tantas vezes se fez, e que em traços gerais continua a caracterizar-se pela promoção, sem êxito estimável, da cruzada contra a unidade, a democracia e a independência do movimento sindical português.

Os sindicatos não são parlamentos. Uma das suas características de nascença é a de se-

rem organizações de classe criadas para defender interesses, direitos e garantias dos trabalhadores. Conforme é sabido, essa natureza de classe não existe nos parlamentos onde estão representados interesses antagónicos de classes muito diferentes.

Mas a UGT que logo ao nascer teve a bênção de Freitas do Amaral, na altura retinto democrata central e dirigente máximo do CDS, só quer saber de sindicatos quando se trata dos seus órgãos dirigentes susceptíveis de apoiar este ou aquele governo, esta ou outra maioria parlamentar, aqueles ou aqueles outros candidatos a cargos do poder. Essas posições sindicalistas são tão «limpidas» que até houve, como se recordam, expulsões de dirigentes da UGT, não cavaquistas ou não freitistas, do PSD.

Bem, e agora. Agora os sindicatos que verdadeiramente representam trabalhadores sindicalizados nas empresas, e pertencem à UGT, devem ter bem presente uma realidade insofismável. Aquela segundo a qual a UGT, de tão dividida, não existe para lá das paredes desses sindicatos — ou melhor, dos actuais dirigentes desses sindicatos. E certamente não deixarão de ter presente também os mes-

mos sindicatos filiados na UGT o facto de que vai ser cada vez mais difícil convencer seja quem for da pretensão desde sempre assumida pelos mentores do divisionismo de que sindicalismo é palavra onde se pode meter tudo sem respeito sequer pelos próprios sindicatos sem os quais se entra no campo da agremiação sem princípios na qual vale tudo desde que ganhe Cavaco e Governo PSD.

É curioso verificar que os TSD, abrindo em Tróia uma porta aberta, não entram, dizem eles, em acções sindicais comuns com a CGTP. Como é? Então quando for da próxima greve por salários os trabalhadores, que votam social-democrata ou mesmo Cavaco Silva nas eleições, vão todos vestir a farda amarela para fazerem o jeito aos quadros sindicais dos TSD/PSD? Ou só farão greve quando Cavaco o ordene? Por outro lado, ocorre perguntar: quando é que a UGT conduziu uma greve, ou sequer uma acção de protesto que se visse? Não são os sindicatos (e não as centrais) que convocam as greves? Serão agora os partidos a fazê-lo e ainda por cima o partido do Governo? Que querem os TSD? Mais lugares no parlamento, no governo, obviamente.

A proposta

Textualmente é o seguinte o texto da proposta aprovada pelo Plenário da CGTP-IN sobre o direito de tendência:

«A CGTP-IN pela sua própria natureza unitária reconhece a existência no seu seio de diversas correntes de opinião político-ideológicas cuja organização é, no entanto, exterior ao movimento sindical e da exclusiva responsabilidade dessas mesmas correntes de opinião.

«As correntes de opinião exprimem-se através do exercício do direito de participação dos associados a todos os níveis e em todos os órgãos.

«As correntes de opinião podem exercer a sua intervenção e participação sem que esse direito em circunstância alguma possa prevalecer sobre o direito de participação de cada associado individualmente considerado.

«As formas de participação e expressão das diversas correntes de opinião dos órgãos da CGTP-IN subordinam-se às normas regulamentares definidas e aprovadas pelos órgãos competentes.

«O funcionamento de cada um dos órgãos da CGTP-IN reger-se-á por regulamento próprio a aprovar pelo respectivo órgão.»

A proposta de regulamentação do direito de tendência implica alterações aos estatutos da CGTP-IN.



mikhail filatov
alexandre riabov

O FASCISMO dos anos oitenta



edições
Avante!



Trabalhadores

Transportes à deriva

Governo mantém atitude irresponsável perante a greve na CP

- **Ferroviários concentram-se hoje**
- **Bons resultados suspendem greve dos TIR**

A Federação sindical dos ferroviários anuncia para hoje, 17, uma concentração em frente ao Ministério dos Transportes. A par, decorrerá até ao dia 22 a greve sectorial, «se continuarem infrutíferas todas as diligências» que diariamente os sindicalistas têm efectuado junto do conselho de gerência e das entidades oficiais. A Federação (FSTFP), através do seu conselho nacional continua a acusar o Governo, perante os trabalhadores e a população, como «responsável pelo arrastamento do conflito na CP». Ainda no sector dos transportes, são relevantes as lutas no Metropolitano de Lisboa e nos camiões TIR, onde o conflito terminou há dias com bom resultado para os trabalhadores. As acções caracterizam-se pela unidade e elevada adesão.

A greve nos camiões internacionais foi levantada na passada sexta-feira. A FSTRU (Federação sindical unitária), que coordenou a luta, recorda que a greve decorria desde 31 de Março e que só com um acordo à mesa das negociações foi possível suspender aquela forma de luta e evitar nova greve com pré-aviso já entregue para os dias 14, 15 e 16 do corrente. A Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos saúda «a determinação e a unidade manifestadas pelos trabalhadores dos TIR em Alverca, Caia e Vilar Formoso, que constituíram o elemento-chave do processo que conduziu ao desbloqueamento do conflito». Sublinha no entanto a FSTRU que os camionistas mantêm-se «**dispostos a iniciar novas formas de luta, caso a ANTRAM (associação patronal) não faça cumprir o acordo, ou se registem quaisquer atitudes repressivas sobre qualquer trabalhador**».

A advertência justifica-se porque, como foi amplamente noticiado, a GNR, a mando do Ministério da Administração Interna, interveio no conflito com generalizado repúdio dos sindicatos e dos trabalhadores. A FSTRU refere que a intervenção policial «**só foi possível mediante a íntima coordenação de esforços e acções por parte do Governo e da associação patronal**», que «durante parte do conflito» puseram as suas esperanças de solução no «Ministério da Administração Interna e não no Ministério do Trabalho, numa demonstração de arrogância, intolerância e má-fé, que revelaram bem o seu estado de espírito face aos problemas dos trabalhadores».

Sindicatos insistem no diálogo para resolver o conflito na CP

A Federação dos Ferroviários, que marcou para hoje uma conferência de Imprensa, reafirma

gerência (segundo veio a público a sua substituição estaria iminente) tivessem um comportamento adequado aos interesses das populações, dos trabalhadores e da economia nacional.

Em vez de contribuírem para a solução do conflito, que se resume a reivindicações legítimas sobre salários e carreiras, a gerência e o Governo actuam pelo contrário no sentido de agravar o conflito, procurando o impasse. Disso é exemplo a prisão de cin-

da pasta. A Federação, que protestou contra aquele acto representativo dispensável, divulgou recentemente um comunicado à população. Resumindo as «iniciativas e diligências de toda a ordem» em que os sindicatos se têm desdobrado para resolver o conflito pondo termo à greve, a Federação acusa o Governo e a gerência da CP de ter intensificado «nos últimos dias a sua atitude de intransigência negocial». Essa atitude é ainda agravada



Aqui parar não é morrer. A greve prossegue amanhã, se o Governo quiser

que tem desenvolvido todos os esforços para conseguir que o Governo e o conselho de gerência da CP se sentem à mesa das negociações. Os sindicatos ferroviários continuam a tentar resolver os conflitos pela via do diálogo após 30 dias de greve.

Embora intermitente e sectorial, a forma de luta adoptada nos caminhos de ferro tem causado grandes transtornos e prejuízos, principalmente à população da próxima periferia de Lisboa e mais exactamente na linha de Sintra. Mas várias empresas e sectores estão por seu turno a ser afectados pela greve cuja duração atinge por estes dias um mês. A situação tornou-se tão séria que obrigou a uma reunião das organizações representativas (ORTs) dos trabalhadores das empresas afectadas pela irregularidade dos transportes ferroviários, designadamente nas **minas de Aljustrel, Quimigal, minas do Lousal e na EPAC**. Recorde-se, por exemplo, que da Lousal saíam mensalmente cinco e seis comboios com destino à **Sapex**, próximo de Setúbal. Em Março findo só dois desses comboios circularam e em Abril um.

Marcada para as 15 horas de hoje, a concentração dos ferroviários em Lisboa destina-se a protestar contra estas situações que poderiam ter sido evitadas se o Governo e o conselho de

co dirigentes sindicais dos ferroviários, no passado dia 11, quando aguardavam pacificamente à porta do Ministério dos Transportes uma audiência com o titular

pelos gestores que ameaçam descontar um dia inteiro de salário aos trabalhadores que se limitam a duas horas e meia de greve.

«Haja moralidade»

Afirma a Federação dos Ferroviários:

«Haja moralidade. Não é socialmente aceitável que o Governo, que apregoa aos sete ventos que está preocupado com a situação dos mais desfavorecidos, queira impor um aumento de 16,4 por cento na massa salarial global dos ferroviários e consinta que o CG se aumente a si próprio em mais de 19,3 por cento. Para que o público fique com uma ideia exacta do que isto representa — acrescenta a Federação — aqui ficam os ganhos antes do aumento de 19,3 por cento do presidente do conselho de gerência da CP».

- 250 mil escudos de ordenado mensal;
- 62 500 escudos para despesas mensais de representação;
- 11 mil escudos por cada dia de deslocação;
- Telefone com todas as chamadas pagas pela CP;
- 500 contos por ano para despesas médicas;
- Seguro de vida na ordem dos 30 mil contos;
- Prémios de gestão, que podem atingir 1000 a 2250 contos anuais;
- Carro às ordens, com gasolina, para serviço da empresa e uso pessoal.

Mesmo os maus actores acabam por aprender alguma coisa do ofício, quanto mais não seja devido aos longos anos de prática em que repetidamente vestem a pele de personagens tão iguais a si próprios que o público acaba por se esquecer dos defeitos para os levar à conta de feitio. Parece ser esse o caso de Ronald Reagan, o cowboy que os falcões dos empórios armamentistas escolheram para ocupar a Casa Branca.

Quem na terça-feira passada viu na TV a alocação de Reagan aos norte-americanos anunciando e justificando o ataque à Líbia, não pode, por mais parcial que seja, ter deixado de sentir um arrepio em que o nojo, a indignação e a estupefacção se misturavam até se perderem num nó no estômago e num turbilhão de ideias daquelas onde há de tudo menos a perspectiva de morrer na cama.

Tratava-se de um mau filme com Reagan no papel de gendarme do mundo. As pistolas não estavam à vista, nem eram necessárias; as imagens anteriores transmitidas da Líbia, de morte e destruição, mostravam bem que nos filmes de agora os heróis ficam sentados à mesa dando ordens que semeiam o terror em pontos afastados, sem correr o risco de se sujar de sangue. A eles está-lhes reservado o papel de mensageiros, às vezes do apocalipse, às vezes da salvação, mas sempre de justiceiros.

Os americanos, disse Reagan, fazem tudo pela paz. Não descuram nenhuma via, nem ruela, nem beco do caminho do diálogo. Os outros é que não entendem. Por isso as vias diplomáticas falham, nem vale a pena esperar pelo fim do percurso, como bem se sabe. Paciência é o produto que os EUA mais cultivam, são mesmo uns especialistas. Mas ah! que ninguém se iluda. Até os mais pacientes perdem um dia a paciência e não esperem os incautos não sentir a fúria dos justos. Umhas bombas aqui, outras acolá e vinga-se a honra do país, de preferência sempre longe de casa, em países distantes estrategicamente colocados onde os supremos interesses norte-americanos não conhecem fronteiras.

É preciso enganar os aliados? Enganem-se os aliados. É preciso iludir o Congresso? Pois iluda-se o Congresso. É necessário liquidar o desanuviamento? Liquide-se. Liquide-se tudo em nome da paz, da justiça, dos direitos do homem e do que mais houver por bem defender. Da Casa Branca são dadas as ordens de ataque. As bombas que vão rebentar não se ouvem nos EUA e as notícias que chegam são sempre de vitória para afastar o fantasma do Vietname. Se um dia o justiceiro entender que a ordem não basta e houver que carregar no fatídico botão, milhões de americanos morrerão sem dar por isso convencidos que a guerra é só do outro lado do mundo, ouvindo ainda os discursos sobre o terrorismo, a ameaça russa e os sagrados princípios da pátria da liberdade. Sem entenderem que o terrorismo não se combate com terrorismo; sem descobrir que a guerra se combate com a paz; sem ter aprendido que se um dia a hora fatal chegar não ficará ninguém para clamar vitória.

Reagan fez o seu papel no mau filme que serviu aos americanos, embrulhado em discursos de cordel e servido em pratos cheios pela poderosa imprensa ao serviço do imperialismo. No resto do mundo comeram-se as sobras e sofreram-se as dores de barriga.

Trata-se de um argumento que nem os piores filmes consentem. Só que o vermelho que correu na Líbia, como o que corre na Nicarágua, em Angola, no Afeganistão, no Líbano e em tantos outros alvos da justiça americana, não é sumo de tomate.

Trabalhadores

Aviso à Função Pública

Ameaça de 80 mil a prazo

adverte
a CGTP-IN

A ameaça que pende sobre os trabalhadores da Administração Local — 80 mil passariam a trabalhar a prazo — foi publicamente denunciada pela CGTP-IN no seu Plenário de sábado, que criticou duramente o Governo por «manter a mesma política de adiar a resolução dos problemas nacionais mais graves, de afrontar os direitos e interesses dos trabalhadores e da maioria da população, de governar em favor do grande patronato, de não cumprir a Constituição». O Plenário da Central, que aprovou importantes propostas de orientação interna (ver página um da «Semana»), sublinhou a «falta de resultados práticos» nos seus contactos com o Governo, mas continua a defender «a via do diálogo e da negociação».

A «condição indispensável» apontada pelo Plenário da CGTP para que essa via funcione relativamente ao actual Executivo é a de que este «tenha em conta as propostas dos trabalhadores e

resolva de facto os seus problemas mais graves».

O Plenário da Central unitária, que assinalou as comemorações anuais do centenário do 1.º de Maio e a realização do seu V Congresso (19 a 23 de Maio, em Lisboa), sublinha entre aqueles problemas mais graves que o Governo não resolve os **salários em atraso, a falta de assistência material aos desempregados, a intenção de liberalizar por lei os despedimentos, e «nenhum sintoma», afinal, de «melhoria de vida dos portugueses».**

Posição agressiva e prepotente

«Agressiva, prepotente e de confronto deliberado com os trabalhadores» foi como a Central unitária classificou a posição do Governo Cavaco/PSD perante os conflitos laborais.

Num extenso e pormenorizado balanço dos cinco meses de governação cavaquista, o Plenário da CGTP-IN demonstrou com factos autênticos que «as promessas do Governo feitas durante a campanha eleitoral não passaram de pura demagogia».

Os governantes foram inclusivamente acusados de utilizar a hipocrisia no que respeita às alterações introduzidas pela Assembleia da República na proposta governamental do Orçamento de Estado. Frisou o Plenário que o Governo tentou «culpar a AR pelo não abalxamento do preço do leite — medida que depende exclusiva-

mente do Governo e é financeiramente possível — quando o próprio Governo se opôs ao reforço das verbas da acção social escolar, que inclui o fornecimento gratuito de leite às crianças das escolas».

Diante dessa e de outras atitudes antipopulares, que o Governo tenta esconder através da propaganda, principalmente na Televisão, o Plenário da CGTP-IN destacou **«a luta nos locais de trabalho, nos sectores e regiões»** e particularmente **«as acções de massas»** que «continuam a assumir um papel determinante no combate à ofensiva do patronato, à demagogia do Governo, e na resolução dos problemas concretos dos trabalhadores».

A «vitalidade do movimento sindical» foi destacada pelo Plenário da CGTP, que apontou como **«prioridades da luta imediata e concreta»** as seguintes:

- Pela resolução do problema dos salários em atraso; revogação imediata do despacho conjunto das Secretarias de Estado do Emprego e Segurança Social de 26 de Fevereiro, publicado em 15 de Março;

- Pela defesa dos postos de trabalho e de emprego; contra os despedimentos e as formas de trabalho precário;

- Pela melhoria das condições de vida;

- Pela revisão dos contratos colectivos, contra a tentativa de imposição de «tectos salariais»;

- Pela defesa da Reforma Agrária e do sector empresarial do Estado;

- Pelo exercício dos direitos sindicais e liberdades democráticas.

O Plenário de sábado no Teatro Villaret, em Lisboa, apelou à mobilização em massa para o 25 de Abril, o 1.º de Maio e o V Congresso da CGTP-IN.

Situação em Arraiolos E os metalúrgicos? Comem tapetes?

O «Avante!» quis saber o que se passa de novo em Arraiolos. Que não se pagam salários já sabíamos. Que o seu total vai nos 50 mil contos também não era novidade. Idem, quanto ao afundamento da Divor. Gostaríamos era de averiguar para onde vão os capitais que faltam numa empresa com 143 trabalhadores (é obra em qualquer lado, e ainda mais numa terra como a dos tapetes). Explicam-nos de lá que o plano é «subtil», mas se esclarece com relativa facilidade.

O caso é de sabotagem, garante-nos a Concelhia do PCP. Para os trabalhadores e a população local, a destruição da metalúrgica **Cidade & Irmãos** (firma acreditada no mercado; monta silos com mão-de-obra especializada) as «causas da crise» — afirmam-nos — aparecem como «má gestão» e «incompetência», «zangas» entre os gestores. «A sabotagem económica fica escondida».

Cabe-nos destapá-la. Os capitais da **Cidade & Irmãos** estão a deslocar-se. Não haveria mal nisso, ou não seria dos piores, se os metalúrgicos não perdessem os seus empregos. Mas como não é viável pôr mais de cem metalúrgicos a confeccionar tapetes, «os operários estão parados»; porque falta matéria-prima, dizem os patrões.

Para os tapetes? Não, garantem-nos de lá. Nem tão pouco para os silos. O que falta são 20 mil contos para pagar salários em dívida há quatro meses. O que falta não são braços, nem matéria-prima. Faltam 250 mil contos que os patrões da **Cidade & Irmãos** devem ao banco, ao Fundo de Desemprego, à Segurança Social. Os mais de 400 contos que os trabalhadores descontaram para o sindicato faltam também. «Há fome em casa dos trabalhadores desta firma», afiança-nos a Comissão Concelhia do PCP.

É com esse e outro dinheiro que os donos da **Cidade & Irmãos** se lançam no ramo dos tapetes. A nova empresa até já tem nome. Chama-se **Tapetes de Arraiolos — Os Arcos**.

Ora aí está. Por aqui se vê como a sabotagem acaba visível, mas não flagrante, porque o

Governo que temos claramente não o permite.

Os patrões não cumpriram

O membro da Concelhia por nós contactado diz-nos que, «ano passado, houve um acordo entre Ministério do Trabalho, empresa e trabalhadores. Assentava esse acordo na viabilização da firma, no pagamento das dívidas, dos salários em atraso, etc. Os patrões não cumpriram nada. A crise (fabricada, pelos vistos) acentuou-se com a venda da **Cidade & Irmãos** pelos antigos donos (os pais) aos novos gerentes (os filhos). Havia um grande stock de material. Hoje não existe. Os novos gerentes gastam dinheiro dos clientes, em vez de comprar matéria-prima. Os produtos ainda têm procura, porque se trata de uma firma muito acreditada pelo seu trabalho de qualidade».

Como os patrões não cumpriram, os trabalhadores estão dispostos a fazê-lo. Mesmo sem os salários, propõem-se reanimar a empresa. Se os actuais gestores, ou gerentes, querem mudar de ramo, que o façam, mas pagando as dívidas salariais. Que deixem de utilizar o dinheiro dos que trabalham sem receber há quatro meses.

Trata-se de lutar mais uma vez

Diz-nos o elemento da Concelhia que «os operários começam a aperceber-se de que os novos gerentes (os filhos dos patrões) estão a fazer um trabalho de desgaste para que os trabalhadores, hoje um amanhã outro,

vão abandonando a empresa. A manobra aponta para o seu encerramento».

Pelo recebimento dos salários atrasados, os trabalhadores da **Cidade & Irmãos** entraram em greve entre 3 e 15 de Março findo. A adesão foi de 95 por cento. Dos 143 trabalhadores só trabalharam cinco. De 1 a 4 de Abril em curso, houve outra greve. O patrão respondeu a esta forma de luta com 7 contos dos atrasados por cada trabalhador.

Em 18 de Março passado, uma delegação dos trabalhadores esteve na Assembleia da República. Dos grupos parlamentares só o do CDS não recebeu os representantes dos trabalhadores. As organizações representativas da **Cidade & Irmãos** pediam entretanto audiências à Presidência da República, ao Primeiro-Ministro, ao Banco Nacional Ultramarino, principal credor da firma, e ao governador civil de Évora, onde em 13 de Março fizeram um desfile.

A luta pela viabilização vai continuar. Os salários em atraso devem ser liquidados. As audiências pedidas aos órgãos de soberania devem ser concedidas. Os trabalhadores estão dispostos a voltar à greve e a estudar a adopção de outras formas de luta.

A Comissão Concelhia de Arraiolos do PCP, o Sindicato dos Metalúrgicos e a Câmara Municipal têm dado todo o apoio possível à luta na **Cidade & Irmãos**.

A Concelhia emita entretanto um comunicado onde analisa «a grave situação social que se vive nos diversos sectores de actividade do concelho de Arraiolos». Dirigindo-se à população, a organização local do PCP apela à participação nas próximas jornadas do 25 de Abril e do Primeiro de Maio e reafirma a sua «inteira solidariedade» aos trabalhadores, especialmente aos da **Reforma Agrária, da Cooperativa Divor** e da empresa **Cidade & Irmãos**, os mais afectados no concelho pela política do Governo Cavaco/PSD.

LUTAS E TAREFAS

As formas de luta diversificam-se e redobram de impacto junto da opinião pública. As greves e outras acções de protesto são sentidas pela população. Para já não falar nas movimentações de sector, onde necessariamente avultam as formas de luta adoptadas nos transportes, reclamam destaque especial as acções fora das empresas, designadamente junto de bancos, em redes viárias de grande circulação, em frente a secretarias de Estado, ministérios e outras sedes do poder, com relevo para a Assembleia da República.

- No Banco Pinto & Sotto Mayor, no centro de Lisboa, **170 trabalhadores da Sado Internacional ocuparam em acção simbólica, no dia 11, as instalações bancárias** de mais acesso ao público. Há seis meses com salários atrasados, o pessoal da Sado reclama o desbloqueamento do contrato de viabilização daquela empresa que emprega centenas de trabalhadores.

- Na **Manuel Almeida Lima, empresa corticeira do distrito de Aveiro**, dois dirigentes sindicais e dois trabalhadores foram em delegação mandatada a casa do patrão e conseguiram, juntamente com os operários que os acompanhavam, o pagamento dos salários de Março, em dívida às duas centenas de trabalhadores que constituem os efectivos da empresa. A luta pelos atrasados desenvolveu-se em várias fases.

- **Melhoria significativa, conseguida pelos professores.** Os docentes do ensino não superior obtiveram, através da acção sindical junto do Governo e da Assembleia da República, um novo enquadramento profissional. Designadamente os que têm habilitação própria do ensino preparatório e secundário podem ascender à letra A e os do ensino primário à C. Decisiva para este êxito foi a acção da FENPROF (Federação Nacional dos Professores).

- Na **Teleplás (Benfica, Lisboa) empresa do sector químico** que recentemente mudou de mãos, há pelo menos dois conjuges que, entre os casos mais graves dos salários em atraso, têm a receber perto de 100 contos de atrasados. Quinta-feira passada, representantes do pessoal, principalmente feminino, concentraram-se em frente da nova empresa do antigo patrão, conseguindo chegar à fala com o seu advogado. Em dívida está parte do subsídio de Natal e do mês de Março.

- **As alterações do Orçamento de Estado para 1986**, conseguidas pela maioria na Assembleia da República, foram consideradas «uma vitória dos trabalhadores» pelo plenário de dirigentes dos sindicatos que integram a Federação Nacional da Função Pública (FNSFP). Os dirigentes de todo o País desta-

caram como «muito importante» o pedido de ratificação pela AR do decreto de salários (16,5 por cento em média, este ano) e decidiram continuar a «promover iniciativas junto à Assembleia da República no sentido de serem reforçados os direitos dos TFP (Trabalhadores da Função Pública) e, em particular, o direito à negociação colectiva» — já que, como se sabe, os aumentos salariais anuais são na prática impostos pelo Executivo. O plenário dos TFP decidiu ainda exigir o reinício das negociações sobre carreiras, o direito ao trabalho onde está afectado e a satisfação de cadernos reivindicativos apresentados a vários membros do Governo.

- **A marcação da greve na EPAC para o passado dia 10**, que não chegou a concretizar-se, foi suficiente para que o conselho de administração desbloqueasse o pagamento dos novos salários e os retroactivos desde Novembro, que tinham sido alvo de acordo em Janeiro findo.

- **Protestos sindicais contra a actualização do Governo.** Continua a ser manifestada pela generalidade do movimento sindical unitário «a mais profunda indignação e revolta» pelo despacho de 15 de Março (II série do «Diário da República») que **sonega direitos de Segurança Social aos trabalhadores com salários em atraso.** O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, à semelhança do sucedido com numerosas associações sindicais, reclama a revogação imediata do despacho de 15 de Março e lembra que **parte considerável** do total estimado em 400 mil pessoas afectadas pelos atrasados **são crianças, «a maior parte das quais marcadas por carências de vária ordem»**, incluindo a fome. Por seu turno, a Federação sindical do mesmo sector (FSTIE), acusava o Governo em 8 do corrente de, por incúria ou deliberadamente, prejudicar os trabalhadores electricistas não abrangidos por convenção específica de trabalho, ao não publicar a portaria de regulamentação de trabalho (PRT) destes profissionais, a qual está tecnicamente concluída há quatro meses e aguarda assinatura na Secretaria de Estado da Indústria.

Assembleia da República

Oposição responde a Cavaco Só não baixa o preço do leite porque a AR o não pode fazer

Cavaco conhece o valor da televisão de tal modo que não se inibe de aparecer maquilhado a preceito para que as câmaras deem uma imagem melhor nos ecrãs espalhados pelas casas dos portugueses. Foi assim no final da discussão do Orçamento — quem estivesse no parlamento podia ver os cremes que lhe besuntavam a cara e as sobranças exageradamente carregadas com tinta.

Mais tarde, quando voltou à televisão no período de maior audiência (entre o telejornal e a telenovela) para se atirar às alterações feitas pela oposição democrática ao Orçamento, Cavaco utilizou outro estratagem — fez esperar quase vinte minutos os telespectadores até fazer a sua declaração ao País, previamente publicitada, criando assim uma expectativa enorme sobre o que iria dizer.

Mas Cavaco esqueceu um factor importante. Preside a um Governo minoritário pelo que foi obrigado a conceder direito de resposta exigido pela oposição maioritária no parlamento: a última palavra neste caso não ficou com Cavaco.

Assim, no passado dia 10, tanto os grupos parlamentares do PCP como do PRD deram conferências de imprensa condenando as falsas afirmações proferidas pelo Primeiro-Ministro.

Carlos Brito, líder do grupo parlamentar do PCP diria nesse encontro com os jornalistas que a «comunicação do Primeiro-Ministro ofende gravemente o relacionamento normal e democrático entre órgãos de soberania».

Referindo-se concretamente às alterações feitas, considerou-as como importantes benefícios sociais para o nosso povo e, enumerando-as acrescentou:

«É o caso do reforço da dotação para as autarquias locais, que naturalmente se traduzirá em obras e infraestruturas para as populações; é o caso do reforço de dotações para a EDP e para as empresas públicas de transportes que permitirá manter o emprego e melhorar as condições de exploração e de prestação de serviços ao público; é o caso do reforço da dotação para a acção social escolar que permitirá reforçar o suplemento alimentar, nomeadamente através do fornecimento de leite a muitos milhares de crianças do ensino básico. Mas é também o caso das verbas aprovadas para apoio à pesca, incluindo a pesca artesanal, as bibliotecas das escolas universitárias, para o Hospital de Évora, para o acesso ao direito e para a recuperação de toxicómanos, para a construção de sedes de juntas de freguesia, para o combate à poluição do Alviela, para pensões de reforma da Função Pública e para o cumprimento do contrato com a ANOP».

Salientando que ninguém ouvira o Primeiro-Ministro falar destas coisas e que não são estas despesas que aumentam o consumo privado, Carlos Brito acrescentou que «a omissão só se explica pelos objectivos falsificadores» pelo que, referiu ainda, «é completamente falso e ridículo afirmar que as alterações introduzidas pela AR visam beneficiar os portugueses que menos necessitam».

Falou depois do Imposto Profissional cujas alterações beneficiam todos os trabalhadores portugueses «inversamente às propostas do Governo que beneficiavam apenas os salários superiores a 125 contos mensais e em Imposto Complementar os rendimentos superiores a cerca de 250 contos mensais».

A questão do preço dos combustíveis líquidos foi outra questão abordada, salientando que o que a AR fez foi reduzir o imposto permitindo uma pequena baixa no preço ao consumidor. No respeitante ao preço do leite, Carlos Brito esclareceu que a AR não tem competência para baixar o preço, matéria que compete ao Governo e por isso «a birra, o capricho e o acto de re-

taliação do Primeiro-Ministro, que o País não pode permitir».

A finalizar, afirmou: «O que dói de facto ao Governo não são algumas alterações pontuais embora importantes à sua proposta de Orçamento. O que lhe dói foi um maior controlo a que ficou submetido por esse conjunto de propostas e à diminuição do enorme saco azul com que contava ficar no fundo de abastecimento para operações demagógicas com fins estritamente eleitoralistas e partidários».

Nessa mesma noite todos os partidos da oposição, incluindo o CDS, foram à televisão por os pontos nos ii. O deputado Carlos Carvalhas, que falava em nome do PCP, salientou na sua comunicação que o Governo «tem receitas mais do que suficientes para diminuir não só o preço do leite, mas também o do pão, ficando o Fundo de Abastecimento ainda com receitas adicionais de milhões de contos». Informou ainda a opinião pública que «existem no Orçamento as receitas necessárias para executar todos os investimentos previstos: escolas, hospitais, estradas. O Governo só não as realizará se for incapaz. Ou então por revindicta, acrescentamos nós.

Juventude

Universidade em discussão

A III Conferência Nacional do Ensino Superior da Juventude Comunista Portuguesa realiza-se este fim-de-semana nas instalações do ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa) e propõe-se avançar com um conjunto de propostas para a reestruturação democrática do Ensino Superior.

Sendo o órgão máximo da Organização do Ensino Superior da JCP, nela será eleita a nova direcção central dos jovens comunistas universitários.

A CNES, cujos trabalhos decorrem das 14 e 30 de sábado às 19 horas de domingo, sendo a única iniciativa de âmbito nacional de reflexão sobre o Ensino Superior promovida por uma organização juvenil, adquire uma relevância que em muito transcende os jovens comunistas.

Delegação do Komsomol

Parte amanhã para Moscovo uma delegação do Komsomol Leninista da União Soviética que visitou Portugal durante a semana transacta. A visita destinou-se a contribuir para as comemorações do 25.º aniversário da realização do primeiro voo tripulado.

A delegação dos jovens soviéticos, constituída por Nikolai Merkhukhine, membro suplente do Comité Central do Komsomol Leninista e deputado ao Soviete Supremo da República Autónoma da Mordóvia, Helena Karmin, estudante de medicina, Yuri Emchamov, investigador, e pelo in-

Nem uma voz de apoio ao «amigo americano»

A última agressão norte-americana à Líbia, que não constituiu novidade, foi condenada por todos os grupos parlamentares no período de antes da Ordem do Dia na passada terça-feira. Facto curioso — e sintomático — não ter surgido nenhuma intervenção apoiando a iniciativa de Reagan.

Até o CDS, pela voz de Anacoreta Correia — cuja intervenção de fundo foi o recente congresso do CDS — foi cauteloso, considerando extremamente alarmantes as notícias do agravamento das relações entre os dois países, porque sabemos que a Paz é um valor geral dependente de sistemas que podem ser afectados por acidentes, a começar, localizados. E pediu esclarecimento ao Governo, para sabermos em que acções podemos e devemos cooperar para que o conflito não entre em escalada.

Pela voz do PS, Sottomayor Cardia, condenando o terrorismo diria, contudo, que a decisão norte-americana traduz uma resposta desproporcionada e contraproducente. Poderá ser popular nos EUA e talvez por isso tenha sido adoptada. Acrescentou ainda: As represálias desta manhã devem ser desaprovadas, tanto por razões de direito

internacional, como por razões de ética da comunidade internacional. Não defendem nem acautelam os valores da segurança e da paz. Acrescentaria ainda o deputado socialista que o mundo de hoje não comporta opções militares semelhantes ou paralelas às de 1914 ou 1939.

Pela bancada comunista interveio o deputado Carlos Brito condenando frontalmente o terrorismo de Estado praticado pela administração americana que, ao atacar duas cidades líbias alega hipocritamente que se trata de «combater o terrorismo».

E essa é — acrescentou Carlos Brito — uma razão suplementar que nos leva a que nós, que sempre defendemos a necessidade de dar combate ao terrorismo, a condenarmos tão veementemente o ataque bárbaro dos Estados Unidos à Líbia, pois ele só pode contribuir para

adensar os ódios, a violência e a escalada da força.

Prosseguindo, diria ainda o deputado comunista: A grave afirmação do presidente Reagan de que os Estados Unidos fizeram «o que tinham a fazer» e voltarão a «repeti-lo se for necessário», mostra que não estamos perante um acto isolado, mas perante a proclamação oficial de que o terrorismo de Estado passou a ser um eixo central da política externa norte-americana.

Pedindo que o Governo informe a AR, salientaria ao terminar que a condenação da administração Reagan é, por isso mesmo, uma exigência de Paz e da própria segurança e tranquilidade dos cidadãos e de toda a Humanidade.

Por seu turno, a Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros reunida para apreciar a situação no Mediterrâneo, condenou todas as formas de terrorismo, bem como o recurso à força para dirimir conflitos entre Estados e manifestou, ainda, a sua preocupação pelos riscos de uma escalada que põe em perigo a paz e a segurança internacionais.

Aprovada a amnistia e despejo num convento

Sessão parlamentar morna, a de terça-feira última, não fora o ataque norte-americano à Líbia. Mas disso falamos noutro local.

Temas em debate, a continuação da discussão na generalidade do projecto de lei n.º 173/IV, apresentado por todos os partidos, amnistiando várias infracções e concedendo perdão a penas de prisão por ocasião do início do mandato do actual Presidente da República. Aprovado na generalidade baixou à Comissão. Iniciou-se depois o debate dos quatro projectos de lei sobre consultas directas aos cidadãos eleitores locais, apresentados respectivamente pelo deputado independente Lopes Cardoso, PS, PSD e CDS. Assunto que retomaremos com mais pormenor no próximo número.

Quanto à amnistia, o simples facto de o projecto de lei ser apresentado por todos os partidos era sinal, à partida, de que as divergências que eventualmente possam existir são pontuais e podem ser revistas em Comissão.

Entretanto, sobre este assunto se tinha pronunciado na passada quinta-feira o deputado do PCP, José Manuel Mendes. Fez questão, o deputado, em sublinhar que a medida era, também ela, pontual. Uma amnistia varrerá, decerto, umas centenas ou escassos milhares de processos menores nas mesas dos magistrados. Mas não impedirá a multiplicação patológica de novos processos quejandos nem curará as graves úlceras estruturais, na legislação adjectiva ou substantiva, que são a matriz central dos bloqueamentos.

Ao terminar a sua análise sobre o projecto de lei em apreço diria ainda que o mesmo é passível de beneficiações, ponde-

rar a inclusão ou não de outros pequenos crimes, eliminar redundâncias nos enunciados prescritos ou corrigi-los, enriquecer formalmente, aqui ou além, os conteúdos que merecerem consenso.

Antes do Período da Ordem do Dia, a deputada comunista Margarida Tengarrinha abordou um tema que se prende com a martirizada cidade de Lisboa, vítima do «terrorismo» arquitectónico de Abecasis e agora também na mira do Governo Cavaco Silva.

É o caso da decisão de desalojar do antigo convento de S. Francisco a Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, a Faculdade de Arquitectura, a Academia Nacional de Belas-Artes e o Museu de Arte Contemporânea.

Referindo que é grande o descontentamento nos meios culturais por esta medida, Margarida Tengarrinha recordou que o convento é um conjunto arquitectónico datado de 1217. Entretanto, os despejos visam instalar naquele local a PSP e o Governo Civil de Lisboa. Recordando que qualquer opção sobre o destino do convento deverá ser compatível, funcional, estética e culturalmente com o espaço envolvente daquela área de Lisboa, Margarida Tengarrinha apelou para o bom senso, já que o edifício iria sofrer profundas alterações no seu traçado com a nova vocação que lhe é destinada, já que nem a PSP ficaria ali bem instalada, pois necessita de meios modernos e funcionais que qualquer adaptação do velho edifício, por mais bem feita que fosse, nunca permitiria e iria sempre colidir com a anti-ga estrutura conventual.

Terra

Ofensiva contra Reforma Agrária repleta de ilegalidades

• Exigida demissão do ministro

Confirmando casos de ilegalidade e corrupção na atribuição de reservas e na ofensiva contra a Reforma Agrária, veio agora o ministro Álvaro Barreto — numa apressada manobra que os trabalhadores interpretam como uma tentativa de branquear a situação pantanosa do seu ministério — reconhecer publicamente através de notícias veiculadas por alguns órgãos de informação a existência de algumas das muitas irregularidades insistentemente denunciadas de há uns anos a esta parte pelas estruturas da Reforma Agrária.

Na sequência dessas denúncias e de acordo com as notícias tornadas públicas, o ministro terá suspenso altos funcionários implicados em tais actos como se-

jam os juristas António Barbosa Correia, Manuel Francisco de Oliveira Portas e o seu próprio assessor pessoal, Simão da Cruz, transferindo ainda para o secretário de Estado da Agricultura o despacho de todos os assuntos respeitantes à Reforma Agrária.

Contrariamente ao que foi divulgado, no entanto, os processos que a título de exemplo os Secretariados das UCP's/Cooperativas apresentaram na Assembleia da República, na Alta Autoridade Contra a Corrupção e a outras entidades oficiais, não se referem a 1982 ou a casos passados em anos anteriores, mas sim, no fundamental, a processos recentes ou a decorrer no Ministério da Agricultura e a ser

alvo de despachos do ministro Álvaro Barreto.

Para além dos funcionários agora suspensos e de outros cujas actividades levantam legítimas suspeitas é o próprio ministro Álvaro Barreto que está «directamente implicado nas muitas irregularidades detectadas», como salientam os Secretariados, envolvimento bem patente por exemplo na recente usurpação de gado à UCP S. Brás do Regedouro e na não execução dos acordos de suspensão proferidos pelo Supremo Tribunal Administrativo ao abrigo do Decreto-Lei 267/85.

Depois de salientarem que no fundo do que se trata é de uma política do Ministério da Agricultura declaradamente contra a Reforma Agrária.

Depois de salientarem que no fundamental o que está em causa para além evidentemente de algumas pessoas é «toda uma política do Ministério da Agricultura declaradamente contra a Reforma Agrária, política essa que permite e estimula as muitas escandalosas irregularidades existentes, os trabalhadores agrícolas do Sul concluem que ganha nova importância e actualidade a «demissão do ministro» e a imediata suspensão de todas as operações e processos em curso contra a Reforma Agrária como primeiro passo para a reposição da legalidade democrática e para a criação de condições de paz e estabilidade que permitam a todos os sectores investir, trabalhar e produzir.



O roubo de várias centenas de cabeças de gado recentemente ocorrido na S. Brás do Regedouro constitui, no entender dos Secretariados das UCP's/Cooperativas, uma demonstração eloquente do envolvimento do ministro Álvaro Barreto na série de ilegalidades cometidas contra a Reforma Agrária

No Parlamento Europeu

Comunistas criticam preços agrícolas

A política de congelamento de preços agrícolas para a campanha de 86/87 da Comunidade Económica Europeia, foi objecto de uma intervenção, no Parlamento Europeu, do deputado comunista Joaquim Miranda, o qual classificou tal proposta como sendo «manifestamente inaceitável».

Intervindo na última terça-feira na sede do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, o deputado comunista referiu que se trata de uma política que pese embora se fundamente em reais e gra-

ves situações internas na CEE como sejam os elevados «stóques» ou os importantes problemas orçamentais escamoteia no entanto a origem dessas mesmas situações, ou seja, a «errada política agrícola» que a Comunidade vem aplicando.

Fundamentando a sua afirmação, Joaquim Miranda acentuou que tais propostas não têm minimamente em conta as consequências nefastas que elas acarretariam para as populações agrícolas e particularmente para os «rendimentos e para a estabi-

lidade dos assalariados agrícolas e dos pequenos agricultores.»

«Portugal é fortemente deficitário em produção agro-alimentar apesar de ter uma população activa agrícola superior a 25 por cento», salientou ainda o deputado do PCP, que não deixou de recordar o facto de o nosso país ter uma inflação «bastante mais elevada do que a generalidade dos restantes países europeus» membros da Comunidade a que há que juntar os altos custos de produção.

Mas o que é grave, como frisou o orador, é que por força dos acordos de adesão o nosso país esteja obrigado a ultrapassar no período transitório o fosso enorme que separa o preço dos seus produtos dos que vêm sendo determinados pela política agrícola da Comunidade.

Recordando ainda que a concretização de uma tal política significaria a curto prazo para os agricultores da Comunidade um grave problema (em causa está, por exemplo, a política de quotas e de taxas de corresponsabilização), Joaquim Miranda alertou que todavia para os agricultores portugueses, significaria pura e simplesmente «uma verdadeira condenação».

No decorrer dos trabalhos os deputados comunistas apresentaram ainda um conjunto de propostas de alteração ao relatório em análise no Parlamento.

Segurança Social discrimina rurais

Na sequência de várias diligências encetadas com vista a exigir a revogação do Decreto-Lei n.º 81/85 e legislação complementar que retira importantes regalias aos operários agrícolas, deslocou-se recentemente à Assembleia da República uma delegação da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul.

Recebida em audiências separadas por todos os grupos parlamentares, a delegação teve oportunidade de chamar a aten-

ção para a injustiça e inconstitucionalidade do referido decreto-lei que apesar do aumento das contribuições para a segurança social, retira praticamente todos os benefícios de apoio aos operários agrícolas quer nas situações de doença, quer na maternidade e no desemprego.

Quanto ao subsídio de desemprego, de acordo com a circular normativa n.º 41 da Direcção Geral da Segurança Social, o seu valor é francamente inferior ao

montante mínimo estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 80/85, decisão esta que coloca os rurais numa situação de profunda discriminação.

No decorrer dos encontros com os grupos parlamentares verificou-se um generalizado reconhecimento quanto à injustiça da situação criada, tendo todos eles manifestado preocupação e vontade de estudar o caso por forma a posterior rectificação na Assembleia da República.

Hoje, em Lisboa plenário da CRARA

Com vista a apreciar e aprovar o relatório de contas referente a 1985 e no cumprimento das disposições legais e estatutárias, realiza-se hoje, às 21 horas, na Rua Artilharia Um, n.º 105, em Lisboa, um plenário da CRARA, Associação de Apoio à Reforma Agrária.

Seguindo a experiência de anos anteriores e de acordo com os objectivos da Associação, este encontro será também uma oportunidade para um debate sobre a actual situação na zona da Reforma Agrária no qual participarão José Luís, da UCP 1.º de Maio, de Avis, e Jerónimo Mendes, do Secretariado Distrital das UCP's/Cooperativas de Évora.

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

25 de Abril, 1.º de Maio

Reforçar a unidade
das forças democráticas

Orçamento Estado 1986



Plenário distrital em Évora

Alguns aspectos fundamentais do Poder Local democrático estarão em debate no próximo sábado, dia 19, no plenário distrital de quadros do PCP do distrito de Évora, que decorrerá entre as 10 e as 18 horas, com a participação de largas dezenas de camaradas, entre os quais os membros do Executivo da Comissão Distrital, que promove a Iniciativa.

Assembleia em Aveiro

O reforço da actividade e da influência do PCP será tema em destaque nos trabalhos da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Aveiro marcada para o próximo sábado, dia 19, a partir das 15 horas.

A reestruturação da Comissão Concelhia em funções, que «neste momento já não corresponde à realidade da organização nem às exigências do trabalho do Partido», será outro ponto saliente da Assembleia, que de-

correrá no ginásio da Escola Preparatória de Ilhavo e que contará, entre os seus participantes (convidados e delegados), com a camarada Zita Seabra, suplente da Comissão Política do Comité Central e deputada do Partido na Assembleia da República.

Cerca das 18 horas, e no mesmo local, começará uma sessão pública de encerramento com intervenção da dirigente comunista.

Cascais

A situação política, a reorganização da célula do PCP e tarefas futuras constituem a ordem de trabalhos da reunião que decorrerá no próximo sábado, dia 19, para todos os camaradas que trabalham na Câmara e nos Serviços Municipalizados de Cascais. O encontro está marcado para as 16 horas, no CT local do Partido.



65.º aniversário — De todo o lado continuam a chegar à nossa redacção informações e notícias sobre o 65.º aniversário da fundação do PCP, evocado com um diversificado conjunto de iniciativas. Por exemplo, em Montargil, decorreu um convívio com 150 pessoas, no qual o camarada António Gervásio, da C. Política do PCP, fez uma intervenção em que abordou aspectos da organização local do Partido, história do PCP e situação política presente. No Centro Português de Osnabruck, na República Federal Alemã, o aniversário do PCP (foto) juntou meia centena de pessoas numa iniciativa marcada pelo convívio e a amizade, à qual se associou uma representação do DKP (Partido Comunista Alemão). O convívio também foi nota saliente na comemoração efectuada no Luxemburgo, em Schouweiler, com 150 pessoas. Ali foram apresentadas saudações de camaradas dos Partidos Comunistas Luxemburguês, Espanhol, Italiano e Chileno.

O concelho de Almada e a frente de fundos

Medidas objectivas nas áreas da organização, quotização, imprensa do Partido, abordagem, iniciativas, bancas, locais de convívio, prestação de contas, controlo de gastos e defesa dos bens do Partido, e orçamentos, vão ser tomadas na organização concelhia de Almada do PCP, na sequência do recente plenário de militantes com tarefas de fundos, realizado no CT do Partido.

Criar comissões de fundos e de controlo financeiro onde não existam e reforçar as existentes, indicar responsáveis da frente de fundos em todos os organismos, promovendo reuniões regulares, incentivar a discussão em todas as organizações do concelho da

situação financeira, procedendo ao controlo de execução das medidas tomadas, contam-se entre as conclusões do plenário, que sublinhou a necessidade de aumentar as receitas de fundos, de conter despesas não fundamentais e de defender os bens do Partido.

2.ª Assembleia da SIP concelhia

Ainda na zona de Almada, outra iniciativa recente foi a 2.ª Assembleia da SIP (Secção de Informação e Propaganda) concelhia, onde estiveram representa-

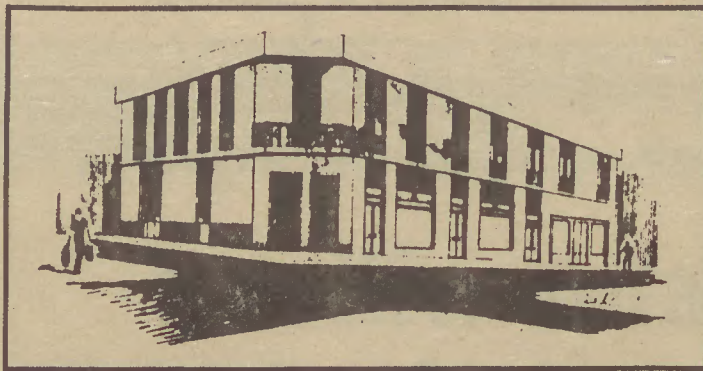
das as várias SIP's locais. Em foco esteve o balanço da actividade desta frente desde a 4.ª Assembleia da Organização Concelhia de Almada, realizada em Abril do ano passado.

Reforçar as equipas dos diversos sectores da SIP de Almada, destacando mais quadros, modificar o actual processo de utilização das novas instalações, poupar ao máximo os materiais sem deixar, naturalmente, de realizar as acções, conservar máquinas e aparelhos e tentar cumprir a meta de receitas, são conclusões retiradas do debate, no qual participou João Bernardino, membro do Comité Central e da DORS.

CT de Alpiarça espaço aberto à unidade, à acção e ao convívio

«Após alguns meses de muito e intenso trabalho tanto no plano político, nomeadamente nos actos eleitorais que envolveram muito da dinâmica do Partido, como no referente à construção do novo Centro de Trabalho, novas tarefas se nos põem a nível organizativo, tendo em vista a utilização do novo Centro de Trabalho e a melhor ligação do Partido à população», refere uma nota recentemente divulgada pela Comissão Concelhia de Alpiarça.

Depois de referir que «as condições de espaço, que obviamente vieram criar melhores condições de trabalho, permittem-nos hoje encarar toda a actividade futura a um nível interventivo mais sério», o documento esclarece que a «Comissão Conce-



lhia do Partido, pretende levar a todos os militantes a informação e o estímulo no sentido de uma utilização do novo CT de acordo com as características socioeconómicas que nos rodeiam, bem assim como, tendo em conta factores culturais, os hábitos e as tradições de espaço e do Povo que nós somos».

E conclui: «As actuais condições permitem-nos levar a cabo actividades multifacetadas que podem ir desde o tradicional "Baile das Avenais" até ao colóquio ou debates de níveis de intervenção diferentes.

«Esperamos ter, tanto nos militantes do Partido que desde a primeira hora acompanharam a dinâmica da construção do novo CT, como na população em geral, amigos que sirvam e utilizem estas instalações como se suas fossem.

«Tanto os militantes como a população em geral, contribuíram e muito para a obra, para o Partido, para a organização que sempre tivemos e queremos continuar a melhorar. Daí a nossa disponibilidade para o trabalho, para o convívio, para o estímulo que nos deve envolver a todos.»

— Camaradas Falecidos

Diamantino Monsanto

Em consequência de acidente com um tractor, ocorrido no último sábado, faleceu Diamantino Máximo Monsanto, de 35 anos, casado, presidente da Cooperativa Agrícola Quinta de S. João, Alpiarça, e presidente da Junta de Freguesia de Almeirim.

Homem prestigiado e estimado entre a população, Diamantino Máximo Monsanto era também membro da coordenadora da Aliança Povo Unido do concelho de Almeirim. No último adeus ao cooperante e autarca, incorporaram-se muitas pessoas daqueles concelhos ribatejanos.

José Luís Garraão

Operário reformado da Cimpor, faleceu o nosso camarada

José Luís Garraão, de 68 anos, natural de Alhandra.

O funeral realizou-se no passado dia 6 em Á-dos-Loucos. José Luís Garraão era membro do Partido Comunista Português desde os primeiros anos da década de 40.

Lucinda Pereira Vendeirinho

Natural de S. Pedro (Sintra) faleceu recentemente a camarada Lucinda Pereira Vendeirinho, de 89 anos, reformada. Pertencia à organização do PCP na freguesia de Benfica, em Lisboa.

Mário Fernandes Figueiredo

Com 75 anos, faleceu recentemente Mário Fernandes Figueiredo



11 anos depois Centro de Trabalho em Vila Verde

No domingo foi inaugurado em Vila Verde, em pleno coração do distrito de Braga e do Minho, um novo Centro de Trabalho do PCP. O anterior fora assaltado e incendiado há 11 anos nas operações do «verão quente» de 1975 pelas forças mais retrógradas da contra-revolução.

Foi um dia de festa para os comunistas e democratas de Vila Verde que confraternizaram nesta bela iniciativa que contou com notável participação da juventude e das mulheres democráticas da Região. Numa intervenção política falou Dias Lourenço, e ainda uma representante da JCP e o camarada Tavares, da Comissão Distrital de Braga.

A Festa teve a animação do grupo coral dos jovens comunistas de Braga.

O camarada pertencia à célula do Bairro José Alvalade, na freguesia do Lumiar — 6.ª zona da organização local de Lisboa.

Vitor Manuel Pinto

Após prolongada doença, faleceu o operário da Selenave, Vitor Manuel Costa Pinto, de 48 anos, membro da célula do Partido Comunista Português naqueles estabelecimentos.

Residia em Sarihios Grandes, freguesia do concelho do Montijo, e deixou dois filhos menores.

Joaquim Matos Ferreira

Com 69 anos, faleceu em Lisboa o militante comunista Joaquim Matos Ferreira.

Em vez das caridosas sopas dos pobres o povo do distrito de Setúbal quer trabalho, pão, liberdade e cultura

A grave situação social que se continua a viver no distrito de Setúbal, manifestando-se particularmente no campo do emprego precário e do desemprego, mereceu lugar de relevo no debate do recente plenário promovido pela Organização Regional de Setúbal (ORS) do PCP, que levou centenas de participantes à Casa da Cultura dos Trabalhadores da Quimigal, no Barreiro. Ali se aprovou, entre outros documentos, uma declaração sobre a situação social neste distrito do País.

Questões como os salários em atraso, o desemprego, os planos de despedimentos, os contratos a prazo, a situação do sector público nacionalizado e participado, a Reforma Agrária, as discriminações nas empresas, o aumento do custo de vida, os problemas dos pequenos e médios empresários e agricultores, a situação dos serviços de saúde pública, da segurança social e do ensino são questões que, de uma forma ou de outra, entram pela porta da esmagadora maioria dos cidadãos que vivem nos 13 concelhos da região setubalense.

Os participantes no referido plenário de quadros da Organização Regional do Partido registaram assim o conjunto desses problemas sociais, num vigoroso alerta à opinião pública:

- O flagelo dos salários em atraso não só não tem sido resolvido como se tem agravado. As promessas de resolução propagandeadas pelo governo não passam de descarada demagogia. São mais de 14 mil os trabalhadores a quem não são pagos os salários, cuja dívida ultrapassa os três milhões e meio de contos.

- Cresce o desemprego, sendo mais de 45 mil o número dos que, resultante do encerramento de empresas, de despedimentos sem justa causa ou pela ausência do primeiro emprego, se vêem lançados numa situação de privações, de miséria e de fome.

Novos planos de despedimentos em massa estão na forja em numerosas empresas, e nomeadamente no Entrepósito Industrial, Frisado, SRN, Parry Son, Siderurgia Nacional, Quimigal, Sorefame e Equimetal.

- Por outro lado, é elevado o número dos que trabalham numa situação de dependência humilhante, na base de contratos a prazo e, até, de aluguer da sua força de trabalho sem qualquer contrato ou vínculo com a entidade empregadora.

- O Sector Público, Nacionalizado e Participado que no distrito de Setúbal tem um peso considerável, é alvo sistemático duma autêntica guerra ilegal e institucional por parte do governo e de administrações por ele nomeadas, visando a recuperação pelo capital privado dos privilégios perdidos e a reconstituição dos monopólios. São disso exemplo as conhecidas intenções do contrato-programa para a Quimigal, o «documento Raposo» para a Siderurgia Nacional, a ameaça de encerramento da CN Petroquímica e os ataques governamentais aos sectores da indústria naval, metalomecânica pesada e da banca nacionalizada.

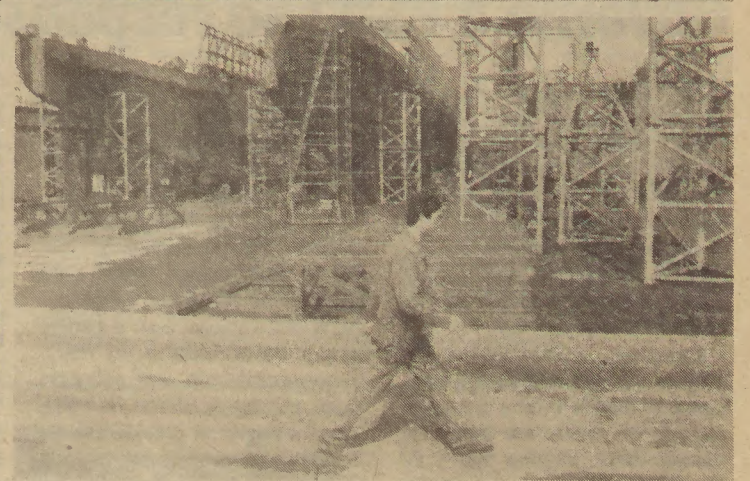
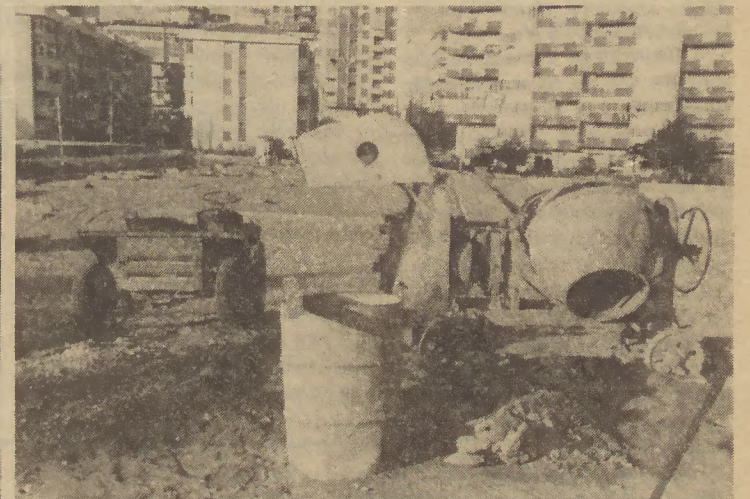
- A destruição da Reforma Agrária continua como objectivo dos grandes agrários que, com o apoio e a iniciativa governamentais, procuram refazer os latifúndios e recuperar privilégios, reacendendo ilegalidades, roubos e



violências contra os trabalhadores das cooperativas agrícolas. Por outro lado continuam ainda por cumprir todas as decisões do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis à Reforma Agrária no distrito de Setúbal.

- Em muitas empresas aumentam as discriminações, os despedimentos de natureza política, a repressão e as perseguições aos activistas sindicais e aos membros de Comissões de Trabalhadores. Agravam-se as discriminações sobre a mulher trabalhadora. Recrudescem a exploração do trabalho infantil.

- O constante e generalizado aumento do custo de vida a par do boicote à contratação colectiva, nomeadamente através da tentativa de imposição de tectos salariais está a reduzir o poder de compra dos trabalhadores de forma acelerada, obrigando milhares de famílias à subali-



mentação e a condições de vida desumanas.

- Como consequência do aumento da carga fiscal, das elevadas taxas de juro, dos aumentos dos preços dos factores de produção e das quebras nas vendas, agrava-se a situação dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais. A adesão do nosso país à CEE está a reflectir-se negativamente na estrutura produtiva do distrito, ameaçando o futuro de muitas pequenas e médias empresas.

- Os serviços de saúde pública tornam-se cada vez mais insuficientes para as necessidades da população. A par da não construção duma rede de serviços dimensionada às necessidades e do não equipamento de instalações existentes, o governo encerra serviços e centros de saúde e hospitais concelhios, num total desprezo pela saúde e

vida do povo. Os reformados, pensionistas e idosos confrontados com uma rede de serviços sociais insuficiente auferem um nível miserável de reformas, que transformam num martírio o «outono» da sua vida.

- Ao nível do sistema de segurança social (que se encontra à beira da ruptura económica e financeira) degradam-se progressivamente quer a qualidade dos serviços, quer o nível das prestações sociais a que a generalidade da população tem direito.

- Em cada ano que passa cresce aos milhares o número de alunos sem instalações escolares para iniciarem em devido tempo o seu ano lectivo, que a par de uma cada vez maior redução do apoio social escolar, da falta de pessoal administrativo e da colocação tardia dos professores, aumenta o insucesso escolar acentuando a selecti-

vidade a todos os níveis do ensino.

- Sucodem-se os chamados «planos de emergência para o distrito de Setúbal» dispondo de verbas cuja aplicação se desconhece. Mais que dar soluções aos graves problemas sociais existentes, constituem base para uma manobra de propaganda apoiada nos órgãos de comunicação social visando criar ilusões e expectativas com o objectivo de neutralizar o justo descontentamento popular.

Como referiu Carlos Ramalides, da C. Política do CC, na intervenção de abertura do plenário, «o povo do distrito de Setúbal não quer o regresso das «caridosas» sopas dos pobres, não quer que se fechem as portas que Abril abriu. O povo do distrito de Setúbal quer trabalho, quer pão, quer liberdade, quer paz, quer cultura e quer igualdade.»

Poder Local

Quadros e eleitos encontram-se em Lisboa e Viseu

No passado fim-de-semana, os comunistas discutiram o Poder Local em Lisboa e Viseu. Nos dois encontros, em que participaram, globalmente, algumas centenas de camaradas, foi feito um balanço dos primeiros meses deste novo mandato e traçaram-se os planos de actuação dos comunistas nas autarquias. Os encontros foram organizados, respectivamente pela Organização Local de Lisboa e pela Comissão Distrital de Viseu do Partido Comunista Português, tendo neles participado camaradas da direcção do Partido. Fazendo um apanhado global, o balanço do trabalho dos eleitos comunistas nos diversos órgãos autárquicos é considerado positivo, uma vez que tanto em Lisboa como em Viseu se constatou uma vez mais serem os mais acérrimos defensores dos interesses das populações, quer trabalhem em maioria, quer em minoria. Foram também constatados nos dois encontros os sucessivos ataques contra o Poder Local perpetrados pelos últimos governos e intensificados pelo actual.

No encontro de quadros e eleitos promovido pelo Comité Local de Lisboa do PCP e subordinado ao tema «o trabalho nas autarquias de Lisboa», que se realizou sábado na Voz do Operário, foi salientado que «hoje, talvez mais do que ontem, subsiste o problema de defesa e recuperação da cidade».

A intensidade deste problema deve-se não só ao agravamento dos problemas da cidade, mas também porque na gestão do município se mantém uma maioria não interessada em os resolver. Esta situação — a manter-se por mais quatro anos — «arrastaria Lisboa para limites de degradação insustentáveis e de difícil recuperação».

Para obviar a estes problemas, o PCP e a APU repetidamente afirmaram ser necessário

o empenhamento de todos. No entanto, a situação é bem diferente, o que suscita justificadas preocupações quanto ao futuro da cidade. Não foram distribuídos quaisquer pelouros ou responsabilidades à APU, o PS assinou um protocolo qualificado de «acto de capitulação» com Abecasis e o presidente da Câmara goza actualmente de uma concentração de poderes excepcionais.

Mas não é só o ponto de vista orgânico que provoca apreensões aos comunistas, como foi sublinhado no encontro e ficou expresso nas suas conclusões. «As recentes decisões sobre o Luna Park; a aprovação da ilegal tarifa de saneamento, a nomeação de Abecasis para presidente da EPUL, a rejeição de medidas cautelares para Alfama e Moura-

ria, não deixam subsistir dúvidas quanto à política que se pretende prosseguir».

Tendo em conta este quadro, «a actual situação exige o reforço da vigilância da população, da sua capacidade de mobilização e luta, a intervenção atenta e pronta dos eleitos da APU em todos os órgãos do Poder Local da cidade».

Os trabalhos do encontro

O encontro, em que participaram duzentos quadros e eleitos, teve como objectivos principais o saber até que ponto os resultados e a institucionalização dos órgãos autárquicos saídos das eleições de 15 de Dezembro introduzem novos aspectos no trabalho dos eleitos e discutir aspectos ligados com o trabalho de direcção e de organização da Organização Local de Lisboa nesta frente de trabalho, tendo em conta que é a APU que gere uma área equivalente a 20 por cento da zona urbana de Lisboa.

Por isso se falou do trabalho na Câmara Municipal e nas Juntas de Freguesia e também na PL-AECOD (Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas). Quanto a esta última questão, foi salientado que os eleitos comunistas entregaram à AECOD — desde 1982 — 6 mil e doze contos.

Esta verba resulta da diferença dos subsídios atribuídos aos autarcas e os seus vencimentos normais e tem como ponto de

partida o facto de os comunistas não procurarem benefícios pessoais enquanto membros de órgãos de Poder Local e cumprirem os seus mandatos com o único objectivo de servirem as populações. Com esta verba foi possível atenuar ou resolver problemas da população lisboeta que de outra forma o não seriam, seja em autarquias geridas pela APU ou não.

O trabalho das doze juntas de Freguesia geridas pela APU foi também analisado neste encontro, tendo sido salientado que «apesar da escassez de verbas, os eleitos comunistas cumprem e muitas vezes ultrapassam o programa com que se apresentaram às populações».

Em encontro com a imprensa foi salientado que as juntas geridas por comunista e seus aliados apresentam um volume de trabalho — mesmo com menores meios — aos das outras juntas e que se mantêm as características de trabalho dos eleitos da APU: «dinamismo, dedicação e empenhamento na resolução dos problemas das populações».

Exemplo do que atrás foi dito é o que se passa com a freguesia do Castelo onde, em apenas três meses, já se fez mais do que em dez anos, nomeadamente no que concerne à infância, ao desporto, à terceira idade, à cultura e à saúde.

Alternativa política e eleitoral

Durante os trabalhos do encontro foi salientado que «ao ver reforçadas as suas posições e ao afirmar-se claramente como a segunda força eleitoral da cidade, a APU emerge destas eleições como a única e poderosa força de alternativa à actual gestão do município de Lisboa».

«Esta alternativa — foi sublinhado — é não só política como eleitoral». No entanto, «este reforço de posições não é ainda suficiente para alterar o nível das necessidades e o rumo da actual gestão».

Viseu

Em Viseu, mas no domingo, realizou-se um Encontro de Quadros e Eleitos da APU nos Órgãos Autárquicos do Distrito. As noventa pessoas presentes fizeram o balanço dos resultados das eleições autárquicas, analisaram as condições em que trabalham as autarquias e procederam ao balanço do trabalho dos eleitos da APU nestes três primeiros meses do mandato.

Constatando que as eleições se traduziram num aumento da influência e do prestígio do PCP e da APU no distrito, os participantes neste encontro consideram que os eleitos da APU têm sido «os mais intransigentes e corajosos porta-vozes dos interesses das populações, demonstrando possuírem um espírito verdadeiramente democrático, totalmente aberto à entejada e cooperação com os eleitos de outras forças políticas com vista à resolução dos problemas das populações».

Este espírito e esta actuação podem ser demonstrados na de-



Mãos à obra que os problemas são de todos

A APU e os seus eleitos não trabalham só para as populações. Trabalham também com as populações e, neste âmbito, assumem particular relevância as jornadas de trabalho voluntário organizadas pelas autarquias. Exemplo disso foram as duas jornadas que se realizaram nas juntas APU de Lisboa no anterior mandato. Trata-se de um trabalho que vai ser continuado já este ano.

O Encontro de Quadros e Eleitos da Organização Local de Lisboa aprovou a proposta da realização de uma jornada de trabalho voluntário das populações e eleitos das 12 juntas de freguesia APU de Lisboa, com data marcada para os próximos dias **31 de Maio e 1 de Junho**.

A realização desta jornada é apontada como sendo uma forma de responder «a limitações

financeiras decorrentes da gestão camarária».

Na proposta apresentada no Encontro, salienta-se que «apesar da escassez das verbas, os eleitos comunistas cumprem e por vezes ultrapassam o programa com que se apresentaram».

Estes resultados só são possíveis graças, não só ao empenhamento e dedicação dos eleitos, mas à participação popular na resolução dos seus problemas.

Lembre-se que, no anterior mandato, se realizaram duas jornadas de trabalho voluntário. Na primeira foram contabilizadas 1020 horas de trabalho e, na segunda, 2100 horas. Voluntariamente, porque os problemas são nossos e está nas nossas mãos contribuir para a sua resolução. Mãos à obra!

Governo e PSD são responsáveis

Nas reuniões sobre autarquias que se realizaram em Lisboa e Viseu, participaram, respectivamente, Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP e Jaime Serra, membro da Comissão Política, e, em Lisboa, José Casanova, membro da Comissão Política do PCP.

Em Viseu, Carlos Costa, depois de abordar a situação autárquica no distrito e de a comparar ao que se passa em terras de maioria APU, afirmou que — independentemente da má gestão dos municípios de Viseu — «a responsabilidade cabe em grande parte aos sucessivos governos. Na verdade, as Câmaras Municipais receberam sempre de ano para ano menores verbas,

em valores reais, pela recusa desses governos em cumprirem a lei a que eram obrigados e que eles próprios votaram em 1979».

«Mas também aqui — frisou — o PSD tem uma dupla responsabilidade. Responsabilidade, antes de mais, porque desde 1980 que não se forma um único governo em Portugal sem a participação determinante do PSD. Responsabilidade, em segundo lugar, porque os eleitos do PSD, especialmente os presidentes de Câmaras Municipais de maioria PSD do distrito, não lutaram, que saibamos, contra essa política de asfixia financeira das autarquias. Calaram-se, contemporizaram, para não porem em causa os sucessivos governos de direita com o PSD».

Na sua intervenção em Lisboa, José Casanova, depois de se referir à actuação da Câmara Municipal da capital, salientou que «a casete do pragmatismo, da competência, da eficácia não conseguirá esconder os verdadeiros objectivos e as consequências da política do Governo PSD: destruir as nacionalizações, a Reforma Agrária, as liberdades, as conquistas de Abril é o objectivo fundamental deste Governo; aumento do número de desempregados, de trabalhadores com salários em atraso, de contratados a prazo, ao dia ou à hora, agravamento das condições de vida dos trabalhadores, são algumas das consequências da sua política».



Nacional

Abril em todo o País

• Comissão Promotora lança apelo

As comemorações do 25 de Abril começam a mexer em todo o País. Um pouco por todo o lado, o povo toma nas suas mãos comemorar e defender Abril e suas conquistas. Das mais pequenas às mais significativas, as iniciativas envolvem já na sua preparação muitos milhares de democratas.

Em Lisboa, a Comissão Promotora das Comemorações Populares do 12.º aniversário do 25 de Abril lançou um apelo à população onde afirma que «as comemorações do 25 de Abril, após as eleições de 16 de Fevereiro — que criaram novas condições políticas — traduzem substancialmente a alegria da liberdade e dignidade reconquistadas e a confiança num futuro

de convivência, fraternidade e justiça para todos os portugueses».

No documento, os signatários realçam que «o futuro da democracia está dependente da autenticidade com que realizamos, na prática política e no viver quotidiano, os ideais de Abril: a liberdade política, a dignidade cívica, a promoção social, a participação democrática. Levar mais longe a justiça social, aprofundar a democracia — essa é a maneira mais elevada de comemorar o 12.º aniversário do 25 de Abril».

Os signatários — «conscientes da situação política propícia» — apelam aos seus concidadãos para «comemorarmos a Revolução, celebrarmos a vitória da democracia, reafirmarmos a deter-

minação de defender a liberdade, a independência nacional, o progresso, a justiça social, a fraternidade e a Paz».

No apelo lançado, afirma-se que «rejeitamos as acusações e as recriminações das forças retrógradas e saudosistas que procuram fazer esquecer os seus graves erros e responsabilidades do passado e teimam em perturbar o desenvolvimento da jovem democracia».

Defender Abril, dizem, «é também a melhor forma de homenagem aos militares de Abril e ao 25 de Abril, bem como a melhor forma de transmitir às jovens gerações o dever e a alegria de defenderem a liberdade, a verdadeira modernização e o progres-

so de Portugal. O 25 de Abril — salientam — é, também, e sobretudo, festa. A Festa da Liberdade. A Festa da Democracia».

Em todo o País

Como dissemos no princípio da notícia, as comemorações do 25 de Abril não se confinam a Lisboa. Também no Porto haverá festa, assim como em Coimbra, Arganil, Penacova, Condeixa-a-Nova, Montemor-o-Velho, Figueira da Foz, Mira, Cantanhede, Amadora, Loures, Leiria, Vila Franca de Xira, Braga, Sines, Arraiolos, Évora, Setúbal e muitas outras localidades.



Internacional

Explosão nuclear no Nevada uma provocação e uma confissão

Após uns poucos dias de adiamento, realizou-se no Nevada a segunda explosão nuclear norte-americana em menos de três semanas. O que já de si seria significativo de como a política promovida pela Casa Branca anda arredada da universal exigência de paz. Mas a realização desta segunda explosão no Nevada tem um significado muito mais grave: é o torpedear — deliberado — da possibilidade de se avançar já na senda de um processo conducente ao desarmamento.

Isto porque surge num momento em que a União Soviética havia reafirmado a decisão de prorrogar indefinidamente a sua moratória relativa à realização de ensaios nucleares, conquanto os Estados Unidos se abstivessem de proceder a novas explosões nucleares. E simultaneamente propunha a realização de uma cimeira para avançar no sentido de definitivamente pôr cobro às experiências nucleares, ou seja, inutilizar um instrumento do desenvolvimento

qualitativo das armas.

Porque surge num momento em que, a nível internacional, e nos Estados Unidos, cresce a exigência de suspensão dos ensaios, concretizada nomeadamente através do Apelo dos seis, o último assinado por Olof Palme (um assassinato que não parece impressionar particularmente, como acto de terrorismo, o presidente Reagan), e mesmo no seio da NATO se manifestam hesitações, pois é grande a pressão de massas e difícil —

apesar dos poderosos instrumentos de propaganda — justificar o injustificável.

Assim, antes do mais, a explosão do Nevada é uma provocação. E uma confissão na prática de que a política desenvolvida pelos Estados Unidos é o da corrida aos armamentos e não tem nada a ver com defesa. Uma confissão pública que a Casa Branca e o Pentágono não desejariam.

Os factos são inofismáveis. A explosão destinou-se a testar componentes ligados à militarização do cosmos. Serviu também para experiências destinadas a tornar operacionais as ogivas dos mísseis intercontinentais «MX» e «Trident-II». Por outro lado a administração Reagan pede ao Congresso mais 1,8 mil milhões de dólares para moder-

nizar o polígono nuclear do deserto do Nevada. Ou seja — é a aposta declarada na corrida aos armamentos.

Uma vitória dos militaristas? Uma confirmação da ineficácia das negociações, das acções de massas, da pressão da opinião pública? É sem dúvida a esta conclusão que os ideólogos do militarismo desejariam fazer-nos chegar. E muito trabalham nesse sentido. Porquê? Porque as negociações — à luz do dia (não esquecer o desabafo de Shultz sobre os benefícios da diplomacia secreta) — incomodam mesmo os militaristas. Porque o peso da opinião pública, o peso de um movimento de massas convicto dos seus objectivos e das suas possibilidades — é mesmo um obstáculo no caminho da militarização da economia, da vida, do nosso planeta.

As provocações sucessivas que a nível internacional hoje Washington se compraz em concretizar — da explosão do Nevada aos bárbaros bombardeamentos na Líbia — provocações de uma gravidade que parece raírem o absurdo, só têm uma explicação plausível. O complexo militar-industrial, no poder na Casa Branca, tem mesmo medo que os seus lucros fabulosos, a sua ainda viva miragem de obter por meios técnicos a ilusória superioridade político-militar, sejam decididamente postos em causa.

Tem medo da ofensiva da paz lançada pela União Soviética, de propostas que aos olhos dos povos surgem como irrecusáveis, mesmo no quadro simples do mais puro senso. E que tudo isso se reflecta também em vacilações dos seus aliados. E dê força a sectores do capital

que encaram com um mínimo de realismo a era actual.

E têm razão — na sua lógica belicista o que se passa é temível. Porque a resposta da URSS é: «as provocações nucleares não farão parar a ofensiva pacífica da URSS», como se diz no «Pravda». E em Moscovo se reafirma estar a União Soviética pronta, a qualquer momento, a reintroduzir a moratória sobre os testes nucleares (com reciprocidade da parte dos Estados Unidos); continuar a proposta sobre o início inadiável das conversações sobre a proibição total dos testes nucleares na mesa da administração dos Estados Unidos. E mais ainda: que à luz dos últimos acontecimentos, o problema da proibição dos ensaios nucleares não só não sai da agenda, com adquire nova e maior acuidade.

África Austral

Países da Linha da Frente condenam EUA e África do Sul

A Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos Países da Linha da Frente, realizada no passado dia 8, em Luanda, reafirmou que a principal causa do conflito na África Austral continua a ser o apartheid e que enquanto não for completamente erradicado — mas apenas reformado para torná-lo mais aceitável — perpetuará a instabilidade tanto na própria África do Sul e Namíbia, assim como agravará a instabilidade que prevalece na região do continente africano.

No relatório aprovado no final da Cimeira, em que participaram os presidentes de Angola, do Botswana, de Moçambique, da Tanzânia, da Zâmbia, o primeiro-ministro do Zimbabué, e representantes do ANC e da SWAPO, reitera-se ainda a perda, por parte do governo dos Estados Unidos da América, da sua credibili-

dade como mediano no processo de negociações para a implementação da resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU sobre a Namíbia, devido ao seu apoio à África do Sul e à grosseira e inadmissível ingerência da administração Reagan nos assuntos internos de Angola que contraria as normas internacionais que regem as re-

lações entre os Estados independentes e soberanos.

O carácter mais saliente da Cimeira dos Países da Linha da Frente, onde foi manifesta a preocupação com a grave situação criada na África Austral, foi sem dúvida a coesão e solidariedade mútuas manifestadas pelos seus participantes, bem como a disposição de desenvolver todos os esforços para resolver pacificamente os confrontos na região, recusando a sua inserção no contexto da contradição leste-oeste.

O que os coloca objectivamente contra a política da administração Reagan e de Pretória, que através do apoio financeiro e militar aos bandos armados em Angola, Moçambique, diss-

identes no Zimbabué e outros Estados da África Austral, longe de contribuírem para a resolução dos problemas da região, como foi afirmado, antes constituíram uma séria ameaça à paz e estabilidade de todos os países da área.

Particularmente criticados foram os EUA, acusados de contribuírem com o seu apoio aos bandos da Unita para o retrocesso de todos os esforços que a comunidade internacional tem desenvolvido para a resolução pacífica dos problemas da zona, incluindo a independência da Namíbia. A insistência conjunta de Pretória e Washington em fazer depender a independência daquele território, ilegalmente ocupado pela África

do Sul, da retirada das forças internacionalistas cubanas de Angola, foi uma vez mais rejeitada pelos representantes da Linha da Frente, tendo a cimeira expresso a sua total solidariedade e apoio inequívoco ao governo e ao povo de Angola.

Na sua análise da situação na África Austral, os dirigentes da Linha da Frente constatarem ainda que a África do Sul não conseguia tirar vantagens de todas as iniciativas de paz que lhe foram apresentadas com vista à solução pacífica do problema racial com que se debate, tendo concluído que essa atitude do regime racista, caso se mantenha inalterável, acarretará inevitavelmente uma conflagração racial com

consequências para toda a sub-região.

Para o evitar, e dada a gravidade da situação, os participantes na Cimeira apelam à comunidade internacional para que se incrementem pressões de vária ordem contra o regime racista sul-africano, incluindo a imposição de sanções económicas globais obrigatórias de acordo com o capítulo VII da Carta das Nações Unidas, como via tendente a obrigar Pretória a cumprir as resoluções da ONU.

A Cimeira decidiu ainda saudar o ANC e a SWAPO pelas suas vitórias na luta que travam pela independência, liberdade e justiça nos seus respectivos países.

Internacional

Centenas de pessoas na Assembleia da Paz em Lisboa

■ Lígia Calapez

«Que se passa aqui?» A pergunta não era fruto da ignorância mas de alguma surpresa pela envergadura assumida por uma importante reunião do movimento da Paz em Portugal, cuidadosamente ignorada pelos principais órgãos de informação — em particular a TV. Centenas de pessoas — e muitos jovens — apinhavam-se na sala do Sheraton onde se ia iniciar a sessão plenária da Assembleia da Paz que, no nosso país — com o atraso imprimido pela pressão da realidade política nacional —, lançou o programa de acção para o Ano Internacional da Paz, proclamado pela ONU (sem que escamoteemos as múltiplas iniciativas entretanto avançadas por diferentes estruturas populares).

Escrevemos sobre esta Assembleia num momento da vida política internacional, em que ela ganha ainda maior significado. A

política de deliberada sabotagem dos caminhos da paz, empreendida pelos Estados Unidos, aponta exactamente no sentido

do inadiável reforço universal do movimento da paz. A nova explosão nuclear no Nevada, os criminosos bombardeamentos contra a Líbia, são uma confissão objectiva, não só de agressividade, mas sobretudo de reconhecimento do impacto do audacioso plano de paz da URSS.

Esta realidade, ainda que anterior aos desenvolvimentos que nesta semana se registaram, reflectiu-se na multiplicidade de intervenções que marcaram os trabalhos da Assembleia. E até na incapacidade manifestada por alguns participantes de compreenderem o conteúdo real do que se

está a passar, a força e as possibilidades da batalha pela defesa da vida, em condições em que outra alternativa não existe.

Na sessão de abertura, Costa Gomes salientava dois grupos de questões que é essencial ter presente: a corrida aos armamentos e os conflitos regionais. E exemplificava, com o mais de um milhão de vítimas da guerra Irão-Iraque. Com as manobras militares dos Estados Unidos no Extremo Oriente — «as maiores até hoje realizadas», com o mais sofisticado material de guerra norte-americano (Pershing, mísseis de Cruzeiro, e as mini-minas nucleares — as chamadas

mochilas nucleares, que se supõe já fazerem parte também do arsenal da NATO, na Europa). A militarização do cosmos é definida como «um complemento de um conjunto de armas de ataque».

Neste momento, a interligação referida é evidente: tudo conflui na tentativa de inviabilizar um clima internacional em que a cooperação múltipla e a solução política dos conflitos, seja a regra.

O que nos conduz à ilustração simples que nos é transmitida destes factos por Vitorino de Almeida: «Há um provérbio brasileiro que nos diz: "Quando um

não quer, o outro não briga". Mas o que se passa agora é que um não quer e o outro briga»!

Para concluirmos que a Paz não pode ser uma coisa passiva. Não se trata apenas de não termos guerra. Trata-se de transformar a ideia de paz numa afirmação. O que naturalmente passa pela luta, pela mobilização, pelo considerar a Paz como «da responsabilidade de todos os homens e mulheres do mundo», como ficou assinalado em decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas, que decidiu consagrar o ano de 86 à Paz. Por unanimidade. Com uma abstenção: os Estados Unidos.

Um amplo debate

Os trabalhos da Assembleia desenvolveram-se em duas sessões plenárias — com que se iniciou e encerrou os trabalhos (com algumas palavras da escritora Natália Correia), culminando com a aprovação de uma proclamação e de um plano de acção para o ano da Paz —, e através de três comissões: Paz, desenvolvimento, progresso social; Paz, desarmamento e desnuclearização; Paz, cultura, educação, ciência e comunicação social. Paralelamente realizaram-se duas reuniões — de mulheres e de jovens. O trabalho das comissões centrou o fundamental da actividade desenvolvida no Sheraton: ou seja, a ampla participação dos presentes. Tão evidente que, chegada e ultrapassada a hora prevista, cada comissão se foi dissolvendo com as desculpas aos que não tinham conseguido dizer tudo, referir as experiências próprias: «Até um próximo encontro...». Como garantia da possibilidade de contacto — quem o quis pôde preencher uma pequena ficha. Para que da Assembleia resulte o que dela é de esperar: um significativo impulso para o ano de 86, para a luta pela paz no nosso país.

Desenvolvimento para quem e para quem?

«Esse desenvolvimento... Eu não o quero!». Falava-se dos planos — ou ameaças? — da eucapitalização do nosso país. O que à primeira vista parece nada ter a ver com um debate sobre problemas ligados à paz.

Os debates da comissão virada para o desenvolvimento e progresso social provaram, ou melhor dizendo — foram expressão — da ligação de facto indissolúvel entre paz e desenvolvimento, entre a corrida aos armamentos e o agravamento dos problemas sociais.

Constatção que levou a afirmações como esta: «Não é só discutir o contrato colectivo». Ou ainda ao aprofundar das razões do brutal agravamento do desemprego. De acordo com elementos divulgados pela ONU, o desarmamento, só por si, levaria a um significativo incremento do produto nacional bruto.

No centro das atenções, uma questão: que desenvolvimento? O simples crescimento dos índices quantitativos não é garantia

de desenvolvimento. Há formas de crescimento económico que podem mesmo pôr em causa a própria sobrevivência. No entanto vêm incluídos nos índices estatísticos e — claro está — dão lucros fabulosos a alguns sectores do capital.

Desenvolvimento tem uma dimensão social. Também por isso a luta pela paz é tarefa de sindicatos e das organizações sociais mais diversas.

Como foi sublinhado «querer que um país negocie a paz quando a base económica-industrial está virada para a guerra, e tem representação decisiva ao nível do poder — é uma questão séria!».

Assim se chega ao âmago da questão: a dos interesses — e responsabilidades — na corrida aos armamentos. E a exigência da mobilização dos trabalhadores pelo desenvolvimento e pela paz — como uma batalha única que a todos nós diz respeito.

Desarmamento condições óptimas

Isto mesmo foi realçado na comissão de desarmamento e desnuclearização: paridade reconhecida (a menos quando se quer justificar verbas para a corrida aos armamentos...); paridade nuclear tanto mais indiscutível quanto neste momento de «overkill» (mais que a capacidade de destruição total) a paridade nuclear se afirma mesmo não havendo igual número de ogivas ou de lançadores; um significativo conjunto de propostas de desarmamento (soviéticas): redução de armamentos estratégicos, eliminação das armas nucleares,

fim das experiências nucleares; um espaço pacífico; eliminação dos mísseis de alcance intermédio; eliminação das armas químicas; redução dos armamentos convencionais. O que aliás, tudo sintetizado e articulado, está presente no plano de desarmamento apresentado por Gorbachov em 15 de Janeiro. Um plano justificadamente citado múltiplas vezes.

Então qual o obstáculo? Isto não serve «para quem pretenda a superioridade». Uma constatação que assim isolada, nos pode levar ao pessimismo, à descrença, incompatíveis com os próprios objectivos, a indispensável dinâmica, do movimento da paz.

Assim, ao detectar do obstáculo, tem que se obter a resposta adequada. Numa situação em que objectivamente a paz e o desarmamento são possíveis, trata-se sobretudo de apostar numa grande ofensiva da paz. Em entrevista ao «L'Humanité», Gorbachov afirmava: as nossas propostas têm que ser de tal modo que o adversário fique isolado. Neste contexto a brutal e perigosa reacção da administração Reagan, com os novos testes nucleares, as provocações à Líbia, surgem como uma fuga às reais possibilidades de paz.

A resposta é: confiança. Porque estamos no limiar de uma viragem. E o nosso papel é cada vez mais determinante.

A TV não esteve lá...

Diríamos que a TV não esteve lá, exactamente porque a ligação paz, cultura, educação, ciência e comunicação social (honestamente), é uma realidade. E ainda porque a paz tem uma «carga política», como foi constatado no debate. E neste momento, no nosso país, para a informação ligada ao governo, essa carga política «não interessa». É incompatível com a propaganda de guerra e violência, o vazio da cultura, a promoção da alienação.

Proclamação

A Assembleia Portuguesa do Ano Internacional da Paz aprovou uma proclamação em que se salienta:

- O carácter indissociável da defesa da Paz e da defesa da Democracia e o carácter anti-democrático e anti-social das guerras, que com clareza se exprime na crescente percentagem do número de vítimas civis;
- As consequências, para o progresso social, económico, cultural e científico, do brutal aumento das despesas militares, e que se traduz, nomeadamente, em termos de desemprego, miséria e aprofundamento das desigualdades;
- O desvio de crescentes recursos — financeiros, naturais e humanos — para a corrida aos armamentos, como factor gerador de conflitos;
- As novas características que a corrida aos armamentos tende a assumir, com a sua projecção para o espaço — o que dificulta a diferenciação estratégica entre meios ofensivos e defensivos, tornando incalculáveis os perigos que uns e outros encerram.

Consequentemente a Assembleia, saúda a ONU; manifesta o seu apoio à acção das Conferências de Segurança e Cooperação Europeia de Helsínquia, Belgrado e Madrid e ainda à Assembleia Internacional da Paz, que se vai realizar em Copenhague; condena as tentativas de arrastar a corrida dos armamentos para o Espaço; e proclama a luta pela paz, o desarmamento e o desarmamento como condição essencial para a sobrevivência da humanidade.

No plano nacional, a Assembleia afirma o seu total acordo com o Art.º 7.º da Constituição da República Portuguesa; pronuncia-se por acções conducentes à desnuclearização da Península Ibérica; apela a todos para que contribuam para a realização do plano de acção aprovado.

E uma pergunta cabe aqui: se os povos anseiam a paz, e só limitadíssimos sectores a não desejam, que anseios espelha esta «informação» em Portugal?

A informação foi um dos objectos destacados do debate. Ligado à juventude e ao ensino. Na boca de quem convictamente afirma: «a nossa missão é ensinar a paz, educar para a paz».

Educação para a paz que passa nomeadamente pela consciencialização de que nada — informação, ciência, cultura, desenvolvimento económico e tecnológico — é neutral. A lógica do seu desenvolvimento tem uma componente social determinante — o que nos leva de regresso à questão: para quem e para quem. E, no caso concreto, à responsabilidade social de todos nós, com destaque acrescido para alguns sectores profissionais.

Afirmada por professores. Realçada na intervenção dos tra-

balhadores científicos. Que alertaram, entre outras coisas, para um facto que nos parece particularmente importante, porque diariamente se nos apresenta — através da televisão dos muitos «especialistas» feitos de encomenda, do discurso oficial — a ameaça que representa a ideia de que a «tecnologia tudo pode». Assim se legitima a corrida aos armamentos, o desmantelamento de empresas, o desemprego, um crescimento anti-social.

O caminho que se aponta é o do esclarecimento e mobilização. Para que saibamos moldar a objectivos sociais os limites e imensas possibilidades da ciência e da técnica. O que antes do mais — e em nome da sobrevivência — impõe a paz como necessidade absoluta. Uma lição partilhada na Assembleia da Paz que necessariamente se terá que afirmar através da acção.



Internacional

Saudação ao XI Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha

Por ocasião da realização do XI Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou à reunião máxima do PSUA a saudação que a seguir transcrevemos:

Queridos camaradas:
A realização do XI Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha, coincidindo com as comemorações do 40.º aniversário da sua criação e com as do centenário do nascimento de Ernest Thälmann, destacado dirigente do movimento operário alemão e do seu partido de classe, o Partido Comunista da Alemanha, constitui um importante acontecimento na vida do vosso partido e colocará, certamente, aos comunistas e ao povo da RDA tarefas exaltantes, cuja concretização contribuirá para a elevação do nível de vida material e espiritual do vosso povo e para a defesa da paz e da segurança na Europa e no mundo. Nesta ocasião, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosa e fraternalmente os delegados ao XI Congresso do PSUA e, por seu intermédio, os comunistas, os trabalhadores e o povo da RDA.

O PSUA, força dirigente do primeiro Estado alemão de operários e camponeses, sendo exigente para com a sua actividade, pode simultaneamente orgulhar-se de um impressionante balanço de êxitos e realizações na edificação do socialismo na sua pátria. A RDA, constitui hoje uma clara afirmação da superioridade do socialismo, desfruta de um grande prestígio e autoridade perante o mundo, é um importante estímulo à luta libertadora dos trabalhadores e dos povos.

Valorizando as realizações e as extraordinárias potencialidades que o sistema socialista encerra para dar satisfação às aspirações de bem-estar e justiça social da Humanidade, o PCP considera que os países socialistas constituem simultaneamente o principal factor de progresso e de defesa da paz mundial. A realidade da RDA comprova-o

inteiramente. Valorizando a activa política de paz e coexistência pacífica praticada pelo vosso partido e o vosso país, em conjugação com os outros países da comunidade socialista, valorizamos em particular a recente iniciativa visando a criação duma zona livre de armas químicas na Europa Central, cuja concretiza-

rência e agressão contra países soberanos. Tentando a todo o custo deter e, se possível inverter, o avanço da luta libertadora dos trabalhadores e dos povos e impor ao mundo o seu domínio, o imperialismo ameaça a Humanidade com a hecatombe nuclear.

No entanto, as forças do progresso social e da paz, se unidas, estão em condições de fazer recuar o imperialismo na sua política de confrontação. Para tal, o PCP considera de decisiva importância o reforço da coesão

to democrático na 1.ª volta das eleições presidenciais e a passagem à 2.ª volta dos dois candidatos da direita criou uma situação particularmente complexa. Em torno do candidato da extrema direita o perigo fascista surgia no horizonte. Numa tal situação foi convocado, num curtíssimo espaço de tempo, o XI Congresso (Extraordinário) do PCP, sendo decidido votar em Mário Soares contra Freitas do Amaral, o que veio a traduzir-se numa contribuição decisiva do PCP para derrotar o candidato fascizante e para a criação de uma dinâmica de convergência democrática que criou condições favoráveis ao prosseguimento da luta por uma viragem democrática na vida nacional. É neste contexto que o PCP desenvolve a sua acção contra a política antipopular e antinacional do actual governo minoritário do PSD, mobilizando as massas e procurando a unidade de todos os democratas com vista a alcançar uma alternativa democrática que assegure a defesa e consolidação do regime democrático e a solução dos reais e urgentes problemas nacionais.

Queridos camaradas:

Expressando-vos a nossa vontade de continuar a agir para o estreitamento dos laços de fraterno amizade, cooperação e solidariedade existentes entre os nossos dois partidos, o Comité Central do PCP, em nome dos comunistas portugueses, formula os melhores votos de êxito aos trabalhos do XI Congresso do PSUA e de sucesso à ulterior aplicação das suas decisões.

Viva o XI Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha!

Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Socialista Unificado da Alemanha!

Viva o internacionalismo proletário!

A convite do CC do PSUA, encontra-se em Berlim, para assistir ao XI Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha, uma delegação do PCP, composta pelos camaradas Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, e Manuel Sobral, membro do Comité Central do Partido Comunista Português.

ção representaria um passo significativo no caminho do desarmamento e do alívio da tensão internacional. Do mesmo modo sublinhamos a importância das propostas do Partido e do Estado soviéticos visando a completa liquidação das armas nucleares até ao ano 2000, assim como o programa de paz adoptado no XXVII Congresso do PCUS.

O agravamento da tensão internacional é da inteira responsabilidade do imperialismo e, em primeiro lugar, do imperialismo norte-americano. Procurando ignorar as reclamações do vasto movimento popular pela paz e recusando sistematicamente as propostas de desarmamento formuladas pela URSS e os países socialistas, a administração Reagan intensifica a corrida aos armamentos na terra e projecta a sua extensão ao espaço cósmico, ao mesmo tempo pratica uma política de arrogante inge-

unidade do movimento comunista e operário internacional, o fortalecimento e cooperação de todas as forças anti-imperialistas e amantes da paz.

Queridos camaradas:

Em 1985, confirmando a justiça da apreciação e da orientação traçada pelo X Congresso do PCP, o movimento operário e democrático alcançou importantes vitórias. A demissão do governo de coligações PS/PSD, os resultados das eleições legislativas com a modificação positiva do quadro político-partidário, a defesa e consolidação do poder local democrático nas eleições para as autarquias locais em que o nosso Partido e os seus aliados na Aliança Povo Unido alcançaram cerca de 20% dos votos, abriram no seu conjunto perspectivas para desenvolvimentos favoráveis na vida política portuguesa.

Entretanto, já no início de 1986, com a derrota da candida-

pela Câmara dos Representantes e aprovado pelo Senado norte-americano, voltaria a ser debatida nos EUA. À hora do fecho desta edição desconhecemos ainda o resultado da discussão do assunto ou sequer se se chegou a realizar como estava previsto, dada a agressão norte-americana à Líbia e as reacções desencadeadas tanto a nível externo como internamente. Mas é por demais evidente que nenhum país da América Latina está à espera que a Nicarágua aceite reduzir a sua capacidade defensiva se a agressão norte-americana continuar.

A Acta de Paz de Contadora agora em debate insiste, como nas versões anteriores que os EUA boicotaram, no encerra-

mento das bases militares estrangeiras em países da América Central, na retirada dos conselheiros militares e na solução política dos conflitos regionais, entre outros aspectos. Em causa, mais do que qualquer outra, está a situação existente nas Honduras, transformadas em autêntico campo de manobras dos EUA, onde os norte-americanos treinam e armam grupos contra-revolucionários para acções contra a Nicarágua.

Como as autoridades de Manágua várias vezes têm afirmado, os nicaraguenses estão prontos a aceitar e respeitar os planos de paz por que tanto anseiam. Mas seria um erro pensar interpretar isso como um acto de rendição.

Brancos e negros contra o apartheid

O ex-líder da oposição no parlamento sul-africano, Van Zyl Slabbert, apelou recentemente à unidade de brancos e negros na luta contra o apartheid, ao discursar num comício promovido pela Frente Democrática Unida (UDF) em Joanesburgo. Slabbert, que abandonou o parlamento no início do ano em sinal de protesto contra as pseudoreformas do regime de Botha para criar a ilusão de «liberalização» da sua política, salientou que a unidade entre os sul-africanos brancos e não-brancos é necessária não só para a liquidação do apartheid mas também no futuro processo de reestruturação nacional.

O crescente empenhamento da população branca na luta contra o regime de Pretória começa a ser notório nalgumas zonas do país, fazendo-se já sentir a repressão policial sobre os que nele participam. É o caso da prisão de trinta mulheres brancas, no passado sábado, durante uma manifestação contra o apartheid na Cidade do Cabo, promovida pelo movimento «Black Shash», que apoia as mulheres negras vítimas de repressão.

Continuam entretanto a aumentar as vítimas mortais dos confrontos raciais na África do Sul. Segundo o relatório divulgado em Joanesburgo pelo Instituto de Relações Raciais, o mês de Março foi particularmente sangrento, ficando assinalado pela morte de 171 pessoas. Segundo o relatório, no último ano e meio foram assassinados 1441 sul-africanos, na sua maioria negros. Em média, são assassinadas diariamente seis pessoas.

O agravamento da situação interna na África do Sul, acentuado com o aumento do desemprego que atinge já os 25 por cento da população negra (e chega aos 50% nos bantustões), exige da comunidade internacional uma posição mais firme de condenação do apartheid, como voltou a salientar o bispo Desmond Tutu ao apelar para sanções económicas contra Pretória. Mas o facto é que os aliados dos EUA, o maior suporte da África do Sul, persistem em ignorar tais apelos. De recordar, a propósito, que o governo de Cavaco Silva se recusou a semana passada a receber uma delegação da secção feminina do ANC que se deslocou a Portugal a convite do MDM, numa atitude de «coerência» com a posição tradicionalmente assumida pelo representante português na ONU, onde o nosso país se abstém quase sempre na votação das questões referentes às sanções à África do Sul.

Repressão no Chile

A polícia do regime de Pinochet prendeu a semana passada setenta estudantes no decorrer de uma manifestação de protesto promovida em Santiago do Chile junto à residência oficial do ditador.

Segundo a «France Presse», centenas de estudantes da Universidade Católica do Chile protestaram contra a política do regime de Pinochet no ensino superior, exigindo a demissão do ministro da Educação e da Cultura, Sérgio Gaete. A polícia dispersou os manifestantes com canhões de água e gases lacrimogéneos.

Entrega de terras no Brasil

O governo brasileiro entregou 8500 hectares de terra a 212 famílias de camponeses pobres sem terra, no estado de Minas Gerais. As terras em causa foram expropriadas devido ao facto de se encontrarem abandonadas há vários anos, integrando-se no processo da Reforma Agrária cujo decreto foi promulgado pelo presidente Sarney em Outubro de 1985. De acordo com aquela legislação, deverá proceder-se até 1989 a entrega de terras a um mínimo de 1,4 milhões de famílias.

Salienta-se que a questão da Reforma Agrária no Brasil, apesar do carácter moderado da legislação em vigor, tem provocado sérios problemas no país, com os latifundiários a reagirem às expropriações como nos velhos tempos dos «coronéis», contratando jagunços armados para impedirem a aplicação das ordens das autoridades no tocante à entrega de terras. Em Minas Gerais, como noutras regiões do Brasil, têm-se registado confrontos violentos entre as milícias dos grandes latifundiários e os camponeses, durante os quais foram assassinados numerosos trabalhadores agrícolas.

Desenvolvimento económico em debate

O problema da dívida externa dos países da América Latina, o desemprego e a inflação foram os principais temas em debate no Congresso Latino-Americano, reunido em Bogotá, capital da Colômbia.

Nos trabalhos, em que participaram especialistas da Argentina, Brasil, Colômbia, México, Espanha e França, foi salientado que os países da região são forçados a dispendir mais de 50% dos seus rendimentos para pagamento da dívida externa, que no total ascende a mais de 360 mil milhões de dólares, o que impede a implementação de programas de desenvolvimento e agrava permanentemente as difíceis condições de vida dos respectivos povos.

Das dificuldades do desenvolvimento económico trataram também os ministros do comércio dos sete países membros da Associação de Cooperação Regional da Ásia Meridional (SAARC), num encontro realizado em Islamabad. Na resolução aprovada no final dos trabalhos os ministros acentuam a necessidade de adopção pelos Estados em vias de desenvolvimento, de medidas urgentes para pôr fim às desigualdades existentes nas relações com o ocidente, exortando ao alargamento da cooperação económica dos países em causa e à tomada de uma posição comum para a resolução dos problemas que enfrentam.

A dívida externa dos países em vias de desenvolvimento atinge o montante astronómico de um trilhão de dólares.

Nicarágua aceita Acta de Paz de Contadora

O presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, anunciou no final da semana passada que o governo nicaraguense está pronto a assinar, no próximo dia 6 de Junho, a Acta de Paz para a América Central apresentado pelo Grupo de Contadora, desde que até essa data as agressões dos Estados Unidos contra a Nicarágua cessem completamente.

Esta tomada de posição surge na sequência de uma série de especulações veiculadas por alguns órgãos de comunicação social, segundo os quais a reunião de Contadora e do seu «Grupo de Apoio» tinha redundado em fracasso, devido à recusa da Nicarágua em acordar uma data para a assinatura do plano de paz. O que sucede, porém, é que tanto este país como os que integram o Grupo de Contadora (México, Colômbia, Venezuela e

Panamá) coincidem na opinião de que os planos de paz em debate para a América Central não poderão ser levados à prática sem que os EUA ponham termo às suas ingerências na região e em particular ao financiamento dos bandos contra-revolucionários que utiliza para tentar derrubar o regime de Manágua.

É do conhecimento geral que a famigerada questão do auxílio de 100 milhões de dólares aos contras da Nicarágua, rejeitado

Internacional

Ataque dos EUA à Líbia é um acto de terrorismo de Estado

O bárbaro ataque desencadeado na segunda-feira à noite pelos Estados Unidos contra a Líbia, que provocou pelo menos 70 mortos e um número ainda indeterminado de feridos entre a população civil, provocou em todo o mundo uma onda de indignação contra a política agressiva da Casa Branca e uma mais que justificada preocupação quanto ao futuro da humanidade.

O «raid» americano na zona estratégica do Mediterrâneo, onde se confrontam de há muito interesses antagónicos, foi cuidadosa e longamente preparado pelos EUA ao mesmo tempo que para consumo público se levava a cabo uma manobra de diversão no campo diplomático. Com efeito, enquanto em Haia os mi-

nistro da CEE debatiam a situação de tensão no Mediterrâneo, os EUA concentravam material de guerra nas suas bases da Grã-Bretanha, afirmando tratar-se de medidas de rotina; enquanto o enviado especial de Reagan às principais capitais da Europa, Vernon Walters, procurava apoios para um ataque mili-

tar à Líbia — em troca da apresentação de pseudoprovas da implicação líbia em atentados terroristas, que não chegaram sequer a ser considerados concludentes —, o presidente norte-americano reunia-se em Washington com os seus conselheiros e dava a ordem do criminoso ataque.

Um ataque que não teria sido possível sem a cumplicidade do governo de Margaret Thatcher, que desta forma pagou a factura da ajuda norte-americana na guerra das Malvinas, e que colocou de novo na ordem do dia o menosprezo dos EUA pela Euro-

pa, incluindo os países do bloco ocidental, que pese embora todas as pressões a que foram sujeitos optaram em Haia pela resolução política dos problemas com a Líbia, a par da conjugação de esforços para debelar o flagelo dos atentados terroristas, cuja origem está de resto longe de estar verdadeiramente clarificada.

O terrorismo como pretexto

A causa próxima invocada pela administração Reagan como pretexto para o ataque à Líbia foi a dos-atentados terroristas que se têm registado um pouco por toda a Europa. Ninguém, seja qual for o quadrante em que se situe, defende tal tipo de actuação, que a maior parte das vezes atinge brutalmente civis inocentes. Não restam dúvidas quanto à necessidade de lhe pôr cobro. A questão está em saber como.

O que fez a administração Reagan? Institucionalizar o terrorismo de Estado, estádio mais grave e perigoso de todos os tipos de terrorismo.

Não é uma opção nova dos EUA. Em 1964, os EUA provocaram o incidente no golfo de Tonkin como «pretexto» para a intervenção directa no Vietname; também então os EUA invocaram a «autodefesa». O mesmo se passou em relação a Granada, barbaramente invadida pelos norte-americanos em 1983: o seu legítimo governo derrubado e mantida até hoje sob ocupação militar. E em Angola, e na Nicarágua e no Afeganistão, só para citar os casos mais gritantes.

Os confrontos com a Líbia seguem na mesma esteira. As tentativas para derrubar o governo líbio datam da subida de Reagan ao poder; em 1981 os EUA romperam as relações diplomáticas com a Líbia e afundaram dois aviões líbios no golfo de Sidra; em 1982 foi desencadeada a guerra económica à Líbia, ao mesmo tempo que vinham a público, através do «Washington Post», os planos da CIA para assassinar o dirigente Muammar Kaddafi, e a revista francesa «Nouvel Magazine» informava sobre os planos do Pentágono para uma invasão da Líbia a pretexto do «combate ao terrorismo». Basta dizer que nos últimos cinco anos os EUA organizaram 18 manobras militares perto das fronteiras líbias, em clara atitude provocatória. Os ataques de Março passado e os bombardeamentos agora efectuados contra as cidades de Trípoli e Benghazi têm tantos antecedentes terroristas que seria ilusório pensar que «vingada» por ora a supremacia norte-americana o perigo de deflagração de um conflito aberto já passou.

A paz cada vez mais longe

Com excepção da Grã-Bretanha e de Israel, cujos governos

aplaudiram o criminoso atentado à Líbia, mais ninguém se atreveu a fazê-lo, pelo menos abertamente. A reunião do Conselho de Segurança pedida pela Líbia e a convocação urgente de um encontro dos ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE (prevista para hoje), são algumas das consequências imediatas da escalada agressiva dos Estados Unidos de que talvez não valha a pena esperar muito mas que em todo o caso revelam a preocupação reinante quanto a actos tão perigosos como o desencadeado por Reagan.

Mas não as únicas. O Movimento dos Não-Alinhados, a Liga Árabe, a Organização de Unidade Africana também condenaram já o ataque à Líbia, conscientes dos perigos eminentes de uma escalada agressiva em todas as zonas de tensão no mundo.

Mas mais preocupante ainda é a consequência inevitável do recuo registado no precário desanuviamento das relações este-oeste, manifesto já nas palavras do dirigente soviético Mikhail Gorbachov, que afirmou que o ataque à Líbia corta as tendências positivas e as esperanças surgidas na Cimeira de Genebra e destina-se a frustrar a procura de vias para a melhoria das relações internacionais. A decisão da URSS de cancelar o encontro entre o seu ministro dos Negócios Estrangeiros e o seu homólogo norte-americano, traduz na prática a dificuldade crescente da realização do encontro previsto entre Reagan e Gorbachov.

O que coloca aos países membros da NATO, como o dirigente soviético não deixaria de salientar ao comentar o ataque norte-americano à Líbia, uma escolha grave, dado que se optarem pela passividade, pela convivência e pela cumplicidade com estas acções transformam as relações internacionais e as consequências são imprevisíveis.

Esta posição é partilhada pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação, que num comunicado condenando o ataque à Líbia acusa a administração Reagan de provocar deliberadamente um agravamento da tensão internacional a fim de fugir às suas muito sérias responsabilidades, e distrair as atenções da opinião pública mundial quanto a questões internacionais inadiáveis e da maior importância, em particular a cessação das experiências nucleares para fins militares — recusada pela administração Reagan —, a proibição da militarização e nuclearização do cosmos, e a preparação séria da cimeira prevista para este ano com a União Soviética, tendo em vista acordos de desarmamento nuclear.

Graças à administração Reagan, tudo isto foi posto em causa. A humanidade não pode aceitar ficar à mercê dos EUA ou de quem quer que seja que se arrogue o direito de brincar com a paz mundial.

Notas da SIP do PCP

O agravamento da tensão no Mediterrâneo provocada pelas ameaças, primeiro, e pelo criminoso ataque, depois, dos Estados Unidos à Líbia, provocaram diversas reacções por parte das forças democráticas e progressistas portuguesas. O PCP, através da sua Secção de Informação e Propaganda, divulgou duas notas sobre os acontecimentos, que transcrevemos na íntegra.

Tensão no Mediterrâneo

1. A situação no Mediterrâneo ocidental conheceu nos últimos dias um novo e súbito agravamento.

As ameaças de agressão militar dos EUA contra a Líbia são acompanhadas de preparativos militares, de uma intensa actividade político-diplomática de pressão sobre os aliados norte-americanos na NATO, de uma espectacular campanha de manipulação e intoxicação da opinião pública internacional. A pretexto do combate ao «terrorismo», a administração Reagan pratica um autêntico terrorismo de Estado, ataca deliberadamente a tensão internacional, põe em risco a segurança e a paz no Mediterrâneo e no mundo.

2. O PCP condena firmemente e uma vez mais a política de agressão praticada pelo imperialismo norte-americano em relação à Líbia assim como em relação a outros países soberanos como Angola, Nicarágua e Afeganistão que nos últimos tempos têm sido alvo directo e sistemático da sua prática arrogante de ingerências e desestabilização.

3. O PCP denuncia as tentativas para criar em Portugal um clima favorável à agressão dos EUA contra a Líbia. A RTP transformou-se num veículo servil da propaganda agressiva dos EUA. No mesmo dia em que silenciava completamente a realização em Lisboa da Assembleia do Ano Internacional da Paz veiculava e justificava descaradamente os preparativos belicistas da administração Reagan e especulava com eventuais ataques de retaliação líbios contra Portugal. Atitude semelhante tomaram outros órgãos de informação estatizados. Nada disto seria possível sem a cumplicidade do Governo o que legitima as mais fundadas preocupações quanto ao envolvimento do Governo minoritário do PSD nos projectos agressivos do imperialismo norte-americano.

4. Defendendo firmemente a independência e a soberania nacionais, o PCP sublinha os perigos para a segurança de Portugal decorrentes do envolvimento, directo ou indirecto, do nosso País na estratégia agressiva do imperialismo e manifesta uma vez mais a sua firme oposição a qualquer utilização do território nacional para base de agressão contra a Líbia ou qualquer outro país, reclamando do Governo uma clara e inequívoca garantia a este respeito.

5. A situação de tensão criada no Mediterrâneo insere-se na política de corrida aos armamentos e de agravamento da tensão internacional prosseguida pelo imperialismo norte-americano.

O PCP expressa a sua indignação e protesto perante a nova explosão nuclear concretizada pelos EUA no passado dia 10 de Abril. Realizada apesar da moratória iniciada em 6 de Agosto de 1985 pela URSS e do vasto movimento internacional reclamando a cessação das experiências nucleares, esta explosão constituiu uma nova confirmação da intenção deliberada dos círculos mais reacçãoários dos EUA em prosseguir a corrida aos armamentos e sabotar todas as propostas de desarmamento e de paz.

A luta pelo desarmamento, e em primeiro lugar o nuclear, e para impedir a militarização do espaço é uma exigência nacional da hora presente. O PCP apela à classe operária, aos trabalhadores, a todos os democratas e amantes da paz do nosso país para prosseguirem firmemente a luta pelo desarmamento e em defesa da paz.

A bárbara agressão

1. A bárbara agressão militar desencadeada esta madrugada pelos EUA contra a Líbia — país que se encontra a muitos milhares de quilómetros das fronteiras norte-americanas — constituiu uma gravíssima iniciativa da administração Reagan que viola todas as regras do direito internacional e da convivência entre as nações, atentando de forma deliberada contra a paz e a segurança dos povos.

2. O PCP alerta a opinião pública não só para a gravidade desta acção militar contra a Líbia mas também para outro facto de extrema gravidade: no seu discurso de «justificação» do ataque à Líbia, o presidente dos Estados Unidos afirmou que este tipo de acções se repetirá sempre que necessário, o que não pode deixar de ser considerado como a proclamação oficial de que o terrorismo de Estado passou a ser um eixo central da política externa norte-americana.

3. Torna-se absolutamente necessário que o Governo dê garantias inequívocas à opinião pública nacional de que o território português não foi, nem será, envolvido directo ou indirectamente na estratégia agressiva da administração Reagan.

4. O PCP sublinha a pronta necessidade de Portugal participar na cena internacional no justo movimento de condenação da agressão norte-americana contra a Líbia, pronunciando-se ao mesmo tempo no sentido de se interromper a preocupante escalada de tensão internacional e de se assegurar, por meios políticos, a segurança dos povos e a soberania das nações.



«(...) Da própria situação decorrem as direcções fundamentais da luta popular:

1.ª A luta económica pelas reivindicações imediatas da classe operária, do campesinato, das massas trabalhadoras, das classes médias, atingidas pela política fascista. Pelo aumento de salários, pela redução da semana de trabalho, contra o desemprego, contra a carestia de vida, contra a carga dos impostos, contra os monopólios e a política monopolista.

2.ª A luta pelas liberdades democráticas fundamentais. Contra a repressão, pela libertação dos presos políticos, pelos direitos de informação, de expressão de pensamento, de associação e de reunião, pela liberdade sindical e pelo direito à greve.

3.ª A luta pelo fim da guerra colonial, com o reconhecimento aos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, do direito à completa e imediata independência. Por uma solução política. Pela abertura imediata de negociações com os legítimos representantes dos povos submetidos ao colonialismo português, ou seja, os partidos revolucionários que conduzem a luta de libertação Nacional (PAIGC, FRELIMO, MPLA).

4.ª A luta contra a submissão de Portugal ao imperialismo estrangeiro. Contra a entrega da economia nacional, contra a política externa enfeudada aos círculos mais agressivos do imperialismo, pela extinção das bases militares em território português, pelo desenvolvimento das relações com os países socialistas.

(«Avante! Por Uma Nova Grande Ofensiva» — «Avante!» VI série, n.º 452, Abril de 1973)



«A existência de um amplo movimento que abrange centenas de oficiais do quadro permanente dos três ramos das forças armadas, assim como a eclosão da sublevação de 16 de Março — afirma-se num dos manifestos de Março da Comissão Executiva do PCP — «exprimem a crescente oposição das forças armadas às guerras coloniais e à política do governo de M. Caetano».

«(...) A oposição à guerra e à política do governo de M. Caetano penetrou nos vários escalões das forças armadas, e o regime já não pode hoje contar com o seu apoio incondicional.

«(...) A formação de mais e mais comités unitários antifascistas, em todos os quartéis e barcos, no País e nas colónias, comités de soldados e marinheiros, de sargentos, de oficiais do quadro e milicianos, é uma importante tarefa que se coloca a todos os comunistas e democratas.

«A luta pelo fim das guerras coloniais e o regresso das forças armadas ao País, a luta pelas liberdades democráticas, pela libertação imediata de todos os presos, pela Amnistia, pela cessação das torturas e dissolução da PIDE, a luta por melhores condições de vida contra o poder dos monopólios e a submissão ao imperialismo, são tarefas que se colocam a todo o povo e a todos os homens honestos das forças armadas».

(«Aliar à Luta Antifascista os Patriotas das Forças Armadas» — «Avante!», VI série, n.º 464, Abril de 1974)

CARTAXO

Zona demarcada de crise

Há 20 anos chegaram as fábricas e o Cartaxo começou a mudar. O surto industrial alterou em profundidade a fisionomia deste belo concelho ribatejano, relegando a (até então) hegemónica actividade agrícola para um modesto 3.º lugar, na hierarquia da ocupação de mão-de-obra: hoje a indústria mobiliza 40% da população activa, seguindo-se-lhe o sector de comércio e serviços com 31,1% e só depois a agricultura, com uns modestos 24,6%.

Tão profundas e bruscas alterações na malha produtiva do concelho tiveram, necessariamente, forte repercussão socioe-

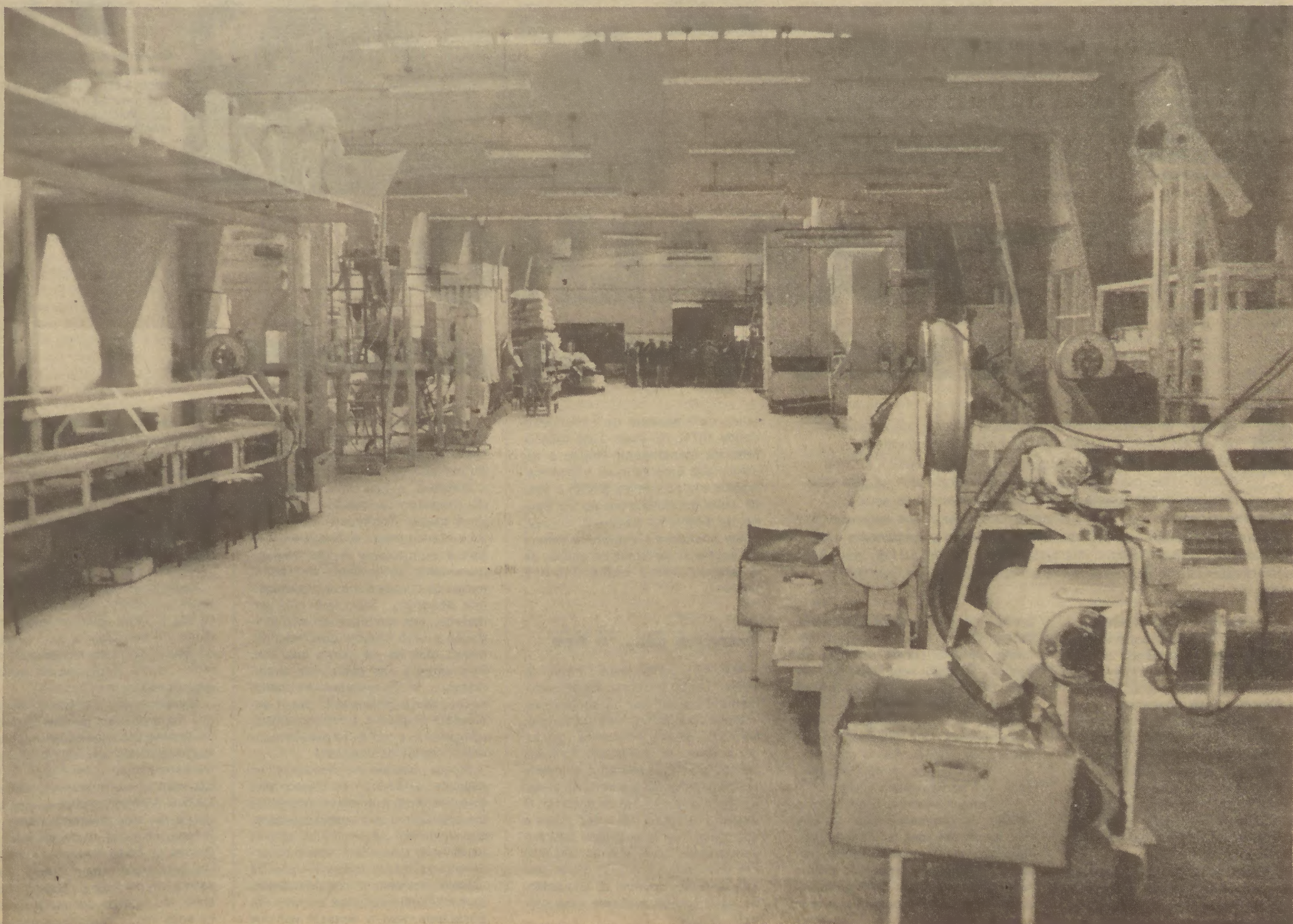
conómica. O Cartaxo rural de outros tempos cedeu o passo à metalurgia pesada, aos têxteis, ao plástico, à liofilização, aos materiais de construção, etc., etc. E para além do «etecetera» abriu ainda caminho a um novo mundo de comércio e serviços, florescendo na esteira do surto industrial. Daí a decadência da agricultura e a semi-proletarização quase vertiginosa do concelho.

Também quase vertiginosamente, na brutalidade das suas consequências sociais, chegou ao Cartaxo a crise que o capital semeia e o Governo protege. Salários

em atraso, ameaça de despedimentos em massa e encerramento de empresas substituíram o surto de crescimento de outrora por uma voragem que ameaça quase todos. Vinte anos depois, o Cartaxo começa de novo a mudar por causa das fábricas.

Por causa das fábricas?! Mas que culpa têm as coisas, de certas coisas que os homens fazem?!...

Resta averiguar que coisas... e que homens, num Cartaxo cujo vinho afamado aguarda, há anos, demarcação conveniente — que acabou por vir, mas em relação à pior das zurrapas: a crise.



■ **Henrique Custódio**

Cartaxo: zona demarcada de crise

É urgente que se saiba

Máquinas paradas. Às dezenas. Aos milhares de toneladas/força. Aos milhões de escudos perdidos. À sombra dum jogo sem parcerias sociais porque, ali, um dos parceiros fez batota e foi-se embora. Isto chama-se «Inter-Agro» e é no Cartaxo.

Naves imensas. Maquinaria a funcionar a muitas dezenas por cento abaixo das capacidades. Duas centenas de trabalhadores resistem, laborando há seis meses sem receber um tostão. A outra centena e meia, que fazia da empresa a maior da região, foi entretanto expulsa pelas dificuldades. Isto chama-se «Moali» e é no Cartaxo.

Monopólios de mercado. Capacidade para produzir materiais que se encontram em fase de expansão. Apesar de ser quase inteiramente estatal, a administração da empresa pretende encerrar linhas de produção e despedir trabalhadores em massa. Isto chama-se «Ipetex» e é no Cartaxo.

Outros nomes: «Sormeno» (trabalhadores casados — 2000\$00 por semana; solteiros — 1000\$00), «Argebetão» (praticamente inactiva), «Asal» (grandes dificuldades económicas), «Lusofane» (menos de 50% de laboração), «Sociedade Agrícola da Cruz do Campo» (a funcionar numa situação de pura ilegalidade). Nomes de empresas, pois claro. No Cartaxo.

Produção vinícola: a não intervenção da Junta Nacional dos Vinhos na regularização dos preços e no pagamento atempado está a levar os produtores a situações desesperadas. No Cartaxo.

Operariado agrícola: os que ainda não estão no desemprego, já trabalham sem qualquer contrato. No Cartaxo.

Posto isto como estranhar os encerramentos, falências e mudanças de ramo que assolam o comércio, ou as dificuldades crescentes dos comerciantes que mantêm a porta aberta? Como duvidar da subnutrição que se diz já existir no concelho, reconhecível nas «boqueiras» da avitaminose, que não se podem esconder? E como ignorar que isto se passa no Cartaxo, fértil e industriosa região que sempre soube gerar riqueza e agora se vê a braços com uma crise que a transcende e lhe é imposta? Como ignorar, enfim, que tal estado de coisas existe e se avoluma pelo País fora, sob a tutela de um Governo mascarado de competente e a gritar aos quatro ventos que «tudo está a melhorar»? Fomos lá, para saber. Porque é urgente que se saiba.



Em cima: Principal rua de comércio, no Cartaxo. Muita gente fora... das lojas. Ao lado: Encontro com a Comissão de trabalhadores e delegados sindicais da «Moali»

TRABALHO

A sede que se deseja...

A «Moali», empresa de metalomecânica pesada nos arredores da vila do Cartaxo, ostenta um dístico curioso à entrada. «Utilize o material de segurança», adverte, solícito. E mais abaixo: «Não corra riscos desnecessários» pois «a sua vida não tem preço e dela depende a felicidade dos seus familiares». Parece humor negro. É que esta empresa, que assim se preocupa com a «felicidade dos familiares» dos seus trabalhadores, não paga salários há seis meses, numa dívida que já vai em 50 000 contos e lançou o espectro da miséria sobre, nem mais nem menos, que 360 famílias.

— a «Moali» é uma empresa privada onde o 2.º maior accionista e principal credor é o Banco de Fomento Nacional — informa-nos a Comissão de Trabalhadores (Amaral de Almeida, José Gonçalves e Joaquim Ferreira) que nos recebeu, juntamente com os delegados sindicais Victor Ferreira e Armando Montez dos Santos. Estamos nas instalações da empresa e a saber a história desde o princípio, após este primeiro dado importante: a empresa encontra-se actualmente nas mãos do BFN ou seja, do Estado.

— Desde 1972 que esta empresa está mal, começando aí a dívida à Caixa de Previdência e a sua descapitalização em prol de outras em-

presas do grupo. Paralelamente a subfacturação e os desvios de dinheiro para as contas privadas do patrão (um major reformado da Força Aérea) fizeram-na chegar já «coxa» ao 25 de Abril.

Talvez fosse por isso que o patrão tratou logo de «dar à perna» para o estrangeiro, donde nunca mais voltou... E as coisas complicaram-se, como não podia deixar de ser:

— Complicaram-se, e em 1975 a «Moali» foi intervencionada. Só que não foram tomadas medidas de viabilização, enquanto a crescente baixa no investimento agravava mais e mais a situação. Em 1979 a empresa foi devolvida ao patrão, que nem sequer apareceu para a receber

(aliás está ausente no estrangeiro desde 1974). No meio disto tudo, a falta de investimento impôs o recurso aos empréstimos bancários, a juros elevadíssimos. E veio a bola de neve do endividamento ao Banco de Fomento Nacional, credor, neste momento e sobretudo devido ao acumular de juros da dívida, de qualquer coisa como 780 000 contos!

Cavaco dá... e tira

Mas aqui um pormenor importante a reter, já que influencia determinante o desenrolar da situação na «Moali»: quando da desintervenção, em 1979, deveria celebrar-se, por lei, um contrato de viabilização no prazo de 120 dias, que relançaria o investimento na empresa e a poria ao abrigo da grave crise em que se encontra. O Governo da altura não o fez (nesta e em muitas outras empresas desintervencionadas), pelo que as dificuldades continuaram a crescer quase geometricamente. Em Abril do ano passado foi finalmente assinado esse contrato, só que...

— Só que, enquanto o Governo de Cavaco Silva prometia um empréstimo de 27 500 contos através do ministro da tutela, para viabilizar a empresa, a Secretaria de Estado do Emprego recusava-o — e por duas vezes! Recentemente a verba foi atribuída mas... o Governo continua a condicionar o seu desbloqueamento ao aumento do capital social da empresa e à renegociação dos encargos. Tudo isto está em marcha, por iniciativa da administração e com o apoio dos trabalhadores, mas há um ponto que está inteiramente nas mãos dos accionistas — o do aumento do capital social. Ora o BFN é o 2.º maior accionista (quase à beira do patrão «fugido»), e mais importante, o maior credor da empresa!

O que, trocado por miúdos, dá o seguinte: o Governo de Cavaco promete viabilizar a empresa através de um empréstimo cujo desbloqueamento ele subordina... a si próprio, através do BFN! O que leva à cristalina conclusão de que a sobrevivência da «Moali», dos seus postos de trabalho, da contribuição das suas enormes capacidades para a riqueza nacional

está, inteiramente, nas mãos deste Governo que enche a boca de palavras como «rigor», «relançamento» e «progresso social».

Um presente de Natal

Equanto a «Moali» fica à beira da via de acesso a Lisboa, nos arredores da vila, a «Inter-Agro» situa-se quase dentro da povoação (a curta distância da Escola sinistrada há cerca de dois anos), numa derivação da estrada para Rio Maior.

Entrámos sem dificuldade, até porque era impossível havê-la: lá dentro, na algidez das instalações e equipamentos parados, não estava um único representante de quem é atreito a atributos como a Imprensa: as administrações. A desta empresa — que chegou a ser das mais importantes da Europa, no ramo da desidratação industrial de hortifruticultura — demitiu-se bruscamente em Dezembro passado (num presente de Natal?!...) Que tinha «deixado de ser rentável» para os seus sócios maioritários (uma em-



Inter-Agro: «Não comemos só durante uns meses, temos de comer todos os dias!»

presa da RFA, com 60% do capital social), pelo que foram cancelados todos os contratos anteriormente firmados com dezenas de produtores da zona, proibidas todas as entradas de produto, enviada uma carta de encerramento da empresa ao Crédito Predial Português (2.º accionista e principal credor) e distribuídas cartas aos trabalhadores sugerindo-lhes que aceitassem uma «licença sem vencimento». Eles não aceitaram, de modo que o mês passado deixou de haver... vencimentos.

Quando, acompanhados pelos delegados sindicais Joaquim Galvão e Joaquim Galvão Carvalho, nos que dávamos perante o deprimente espectáculo de instalações gigantescas totalmente paralizadas, dezenas de mulheres acercaram-se de nós, em massa, para uma explosão de queixas, protestos e denúncias, ávidas de se fazerem ouvir. O intenso diálogo que se seguiu merece condensação no outro lado do subtítulo.

De repente já não serve?!...

— Isto é uma empresa com condições para trabalhar, que faz falta à região e ao País! — exclamava uma, enquanto outra ajuntava: — Não há cá uma empresa assim, trabalhava 24 horas, sempre deu lucros e agora de repente já não serve?

Um dos poucos homens presentes (os 90 trabalhadores da empresa são maioritariamente do sexo feminino) relatou: — Numa das últimas vezes que vi o administrador, disse-lhe assim: «é estranho que nos esteja aqui a falar dos prejuízos da empresa, quando ainda há pouco tempo o víamos aí a mostrá-la aos gerentes da banca que cá trazia, para lhes provar que ela era rentável. Então mudou de opinião assim de repente?» Não me respondeu.

— E o contrato de viabilização? — recordaram ao lado — o IPE, 2.º accionista da empresa, assinou-o no final de 1984, pôs cá dinheiro e sabe o que aconteceu? Os alemães disseram que davam a sua participação com máquinas, mandaram para cá uma data de sucata duma fábrica igual que eles para lá têm no país deles e... sacaram o próprio dinheiro que o IPE cá tinha posto para viabilizar a empresa! E explicaram, com todo o descaramento, que era para «pagar as máquinas» que tinham cá posto a um valor não sei quantas vezes acima do real...

— Se isto é que é a CEE, estamos bem tramados...

— ... Bem tramados estão os produtores, a quem a administração tinha encomendado a produção deste ano. Vêm aí e até metem dó — alguns até choram, têm de enterrar as colheitas...

— Metemos todos dó! Há aqui casais, outras têm os homens em empresas nas mesmas condições — olhe, aqui esta tem o marido na Moali!

— Temos produtos em stock na ordem dos 30 e tal mil contos. Se isto é não ser rentável...

— Ainda não-de querer cá vir sacá-los também, mas nessa não vamos nós!

— Não vamos, não! E não vamos daqui para fora! Não nos interessam indemnizações, a gente não come só uns meses, comemos todos os dias. O que nós queremos é tão simples como isto: queremos trabalhar.

— Queremos que o Governo faça o que deve. Isto é também do Estado — a bem dizer agora é só do Estado, os outros raspam-se com a massa!

O Governo. O Estado. O estado a que isto chegou por causa de governos como o que temos...

O complexo da porta

Deslocámo-nos ainda à «Ipetex», empresa têxtil também nos arredores do Cartaxo, na estrada para Santa-rém, onde chegámos à hora de saída da fábrica. Este caso é curioso: trata-se de uma empresa quase totalmente do Estado (o IPE possui 90% do capital social), que detém o monopólio de mercados para alguns dos seus produtos (entretela de alta gramagem, por exemplo), que produz outros cujos mercados se encontram em franca expansão (no campo da geotextil, por exemplo) e no entanto a administração sustenta que não é rentável. Daí ter elaborado um processo de despedimento colectivo para 68 dos seus 232 trabalhadores (178 na fábrica de Vila Chã de Ourique, no Cartaxo).

— Estes despedimentos são tão necessários — comentaram-nos os trabalhadores, entre os quais Amílcar Queiroz, delegado sindical, no breve encontro à saída — que 17 dos 68 pretensos despedidos já foram requisitados de novo, para resposta às necessidades da empresa.

Para os trabalhadores não há dúvidas: se a empresa atravessa dificuldades, deve-se à sua má administração e à falta de investimentos públicos e privados. E dos públicos, tem o Governo a responsabilidade. Tal como a tem pela empresa, quase inteiramente estatal.

Um episódio a atirar para o anedótico, ocorrido no final da nossa curta paragem na «Ipetex», dá ideia do ambiente que se vive na empresa e do estilo de relacionamento imposto pelos seus organismos de direcção.

Estávamos na parte de fora da portaria falando com um grupo de trabalhadores quando um senhor, visivelmente tenso, nos solicitou a identificação. É claro que também quisemos saber dele, falha que, justiça seja feita, rapidamente emendou com a informação de que estávamos em presença do sr. Silva Teixeira, director fabril. E qual era o objectivo da fogaosa abordagem do sr. Silva Teixeira? Repreender-nos por termos entrado nas insta-

lações sem pedirmos autorização através da portaria (háviamos entrado nos espaços circundantes dos edifícios para umas fotografias).

Explicámos que havíamos informado o porteiro da nossa identidade e dos nossos propósitos — aliás bem simples, modestos e inteiramente controláveis, dado termos ficado sempre bem à vista de toda a gente — e que não receberamos qualquer resposta impeditiva ou, sequer, condicional. Mas que não, que aquilo era

uma portaria e nossa obrigação aguardar autorização, insistia o sr. Silva Teixeira, sem se aperceber que ninguém, a não ser se calhar ele próprio, dado o vigor posto na «norma», pode aguardar uma coisa que, implicitamente, já lhe fora dada. Perante isto quisemos saber se, afinal, havia alguma reserva por parte da administração à entrada da Comunicação Social nas instalações, ao que prontamente nos respondeu que não. Sendo assim, e dado que o sr. Silva Teixeira tinha



À esquerda: sra. D. Lucília Elisa F. Marques, à direita (e à esquerda, na foto) Rogério de Sá, conversando com o nosso repórter

Nem à dúzia, nem ao litro!

Uma volta pela vila. Ruas comerciais com movimento, cafés e pastelarias sempre habitados — quanto mais não seja por uma bica nostálgica ou os *croissants* do copo de leite, que se vão tornando a dieta dos portugueses das zonas urbanas. Miram-se as montras de passagem e, também de passagem, começamos a verificar que por trás das montras há produtos a mais e gente a menos. Retrosarias, drograrias, lojas de louças, de electrodomésticos, de mobílias, de aparelhos fotográficos, de artesanato regional, de vestuário, de tudo e disto, daquilo e daquele-loutro.

Apenas sem muitos clientes. Às tantas entrámos numa.

Preocupações com o negócio? — reagiu o senhor António Pires, comerciante de vestuário — e quem as não tem? Não devo ser só eu, é geral! Não vê aquela senhora ali ao pé da montra? Pois está a ver mas não entra. E não entra porque o dinheiro não chega!

Referimos a situação difícil que alastra pela zona industrial do Concelho. — **Pois claro!** — concorda, enquanto argumenta com uma cliente que quer um «desconto na dúzia» — **ouço falar na Moali, na Inter-Agro e por aí fora, como é que isto pode melhorar?** — No entanto, quando lhe perguntamos a quem atribui a responsabilidade pela situação, mira-nos com intensidade e descarta a questão com um categórico «a minha política é esta porta aberta! Conheço muitos que estragaram a vida por se porem com políticas. Aqui entra gente de todos os partidos e a minha política é esta porta aberta!»

Fechara-se ao diálogo, com algum agastamento. E razões não lhe devem faltar para esse agastamento — a ele e à generalidade dos pequenos e médios comerciantes deste País. Agradecemos e despedimo-nos, entrando, mais adiante, na loja de artesanato da sr. D. Lucília Elisa F. Marques. Aí, as denúncias vieram sem titubeações, ao longo de um discurso expressivo:

— Não é que as pessoas não queiram comprar (dá

exemplos de clientes que entram, que dizem gostar disto ou daquilo mas... não podem prescindir do dinheiro). — **Tenho esta loja há cinco anos e é evidente que noto diferenças no negócio. Hoje, por exemplo, ainda não vendi nada e tenho semanas de dois e três contos. Se o meu marido não trabalhasse e recebesse — por que há já aí muita gente a trabalhar sem receber — como poderla eu aguentar isto? Vivo da população que compra no Cartaxo, já que os ricos vão comprar a Lisboa. Ora se as pessoas vivem mal, como podem utilizar este serviço, sem dúvida supérfluo em relação às necessidades básicas? A quem atribuo a responsabilidade por esta situação?! Ao Governo, evidentemente, que se tratasse dos problemas das empresas e do escoamento dos vinhos, já as pessoas ganhavam e podiam comprar!**

Faltava-nos abordar a questão dos vinhos. Conseguimo-lo no contacto com um médio agricultor, Rogério Galhardo de Sá, a quem fomos encontrar na adega, servindo aos clientes um excelente tinto da sua lavra. Estranhámos ver um agricultor a comerciar pessoalmente, e a retalho, a sua produção. Olhou-nos com ironia:

— E como queria que fosse, com os preços que a Junta dá e com os pagamentos cada vez mais atrasados? A nossa solução é só esta — pormo-nos, com a família, na venda directa do vinho. E é se queremos escoá-lo!

Só que, mesmo assim, as coisas não eram fáceis: — **É evidente que o facto desta gente toda daqui estar sem receber e a ficar desempregada, vem prejudicar todos os ramos de negócio, não é só o meu! Não tenho instrução, mas acho que o Governo não tem gente competente para resolver os problemas. Acho eu e acham os outros. E olhe: durante a minha vida toda, ainda não vi ninguém que olhasse por aqueles que trabalham!»**

Pois não, senhor Rogério: têm de ser os que trabalham a olhar, eles próprios... ■

10.ª Conferência da Reforma Agrária

4 perguntas e 4 respostas

Dispensa grandes apresentações. Vai fazer o balanço anual sobre os resultados e as dificuldades vividas nas UCPs/Cooperativas, numa preocupação rigorosa de trabalho, análise, informação e prestação de contas ao País sobre um ano de duras batalhas. É a 10.ª Conferência da Reforma Agrária, marcada para os dias 12 e 13 de Julho próximo, nos pavilhões do Rossio de São Brás, em Évora. O assunto tem demasiada importância para que dele se possa dizer qualquer coisa de significativo numa só vez. Por hoje, deixamos quatro respostas a tantas outras perguntas essenciais.

1.

Quem promove a 10.ª Conferência da Reforma Agrária?

A Conferência é promovida pelos Secretariados Distritais das UCPs/Cooperativas Agrícolas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém; pela «União Cooperativa Horizonte Novo» de Alcácer do Sal, pelos Sindicatos Agrícolas dos distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Lisboa, Portalegre, Santarém, Setúbal; pela Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul; pela CRARA — Associação de Apoio à Reforma Agrária; pelas Ligas de Pequenos e Médios Agricultores de Campo Maior, Montemor-o-Novo, Serpa e Vendas Novas e pela Cooperativa de Agricultores «Progresso Alpalhoense», de Alpalhão.

Fazem parte do executivo da comissão organizadora da Conferência: Agostinho Rosado, António Charrua, António Murteira, António Teles, Ângelo Pombinho, Arquimínio Mocinho, Daniela Santos, Dionísio Moisés, Francisco Caixinha, Francisco Caeiro, Francisco Chaveiro, Francisco Luís, Francisco Pereira, Garriapa Dominhos, Jerónimo Mendes, João Fernando, José Felisberto, José Luís, Lino de Carvalho, Lucílio Martins, Manuel Aldeano, Manuel Caetano, Manuel Farrambão, Mariana Larita, Maria Teresa, Neves Borges, Ricardo Silva, Salvador Costa, Vítor Reis.

A comissão organizadora funciona na Rua Cândido dos Reis, 38, B, Évora (telefone: 27342).

2.

Quem são os delegados?

A 10.ª Conferência da Reforma Agrária reunirá em Évora cerca de 1700 delegados oriundos dos cinco distritos onde vivem, trabalham e lutam os homens, as mulheres e a juventude das Unidades Colectivas de

Produção e das Cooperativas Agrícolas.

Nas UCPs/Cooperativas são eleitos 5 delegados até 25 trabalhadores e mais 1 delegado por cada 10 trabalhadores. Do sector agrícola privado irão à Conferência 330 delegados. Terão ainda esse estatuto todos os membros da comissão organizadora da Conferência, os agricultores que se inscrevam até 30 de Junho, as direcções dos secretariados distritais das UCPs/Cooperativas e dos sindicatos agrícolas, o secretariado da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul, três membros de cada secretariado e União Concelhia e de cada cooperativa de comercialização da Reforma Agrária e da Oficina Cooperativa «Verde Esperança» delegados da CRARA e técnicos da Reforma Agrária sob proposta das organizações promotoras.

3.

Quem são os convidados?

Os promotores da 10.ª Conferência da RA decidiram convidar para assistir

aos trabalhos diversas entidades e organizações, entre as quais:

- Presidência da República; Assembleia da República; Grupos Parlamentares; Conselho de Estado; Tribunal Constitucional; Procuradoria-Geral da República; Supremo Tribunal Administrativo;
- Delegações das direcções nacionais do PS, PRD, PCP, MDP, «Os Verdes» e UEDS.
- CGTP-Intersindical Nacional, todas as Federações e Uniões do Movimento Sindical Unitário, do País; todos os Sindicatos Agrícolas do País;
- Estruturas representativas do Movimento Operário;
- Organizações do Movimento Camponês;
- A Comissão Nacional do Sector

Cooperativo e Federação do Movimento Cooperativo;

- As autarquias dos cinco distritos da RA (Évora, Beja, Portalegre, Santarém e Setúbal).
- Universidades e outras estruturas ligadas ao ensino agrícola;
- O Cardeal Patriarca de Lisboa e Arcebispos dos Distritos da RA;
- A Associação 25 de Abril;
- Personalidades destacadas da vida política, social e cultural do País.

Do estrangeiro estão convidadas 22 delegações de organizações sindicais e cooperativas de diversos países capitalistas e socialistas.

4.

Como se prepara a Conferência?

A preparação da Conferência está em marcha. Com rigor e democraticidade.

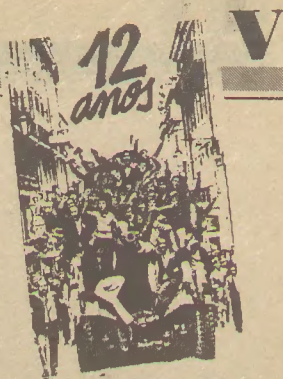
Foram já preenchidos cerca de 250 inquéritos respeitantes a 250 UCPs/Cooperativas Agrícolas da Reforma Agrária.

Estes inquéritos estão a ser tratados por uma Comissão de Técnicos Especialistas. Os resultados depois de discutidos entre os trabalhadores, agricultores e técnicos constituirão a base do balanço anual a apresentar à Conferência, balanço que constitui simultaneamente sem paralelo no País um instrumento de trabalho e análise e uma informação e prestação de contas ao povo e ao País, sobre os resultados e dificuldades vividas nas UCPs/Cooperativas da Reforma Agrária.

O Executivo e as organizações promotoras incitam os trabalhadores das UCPs/Cooperativas, do sector agrícola privado, os agricultores e técnicos, a empenharem-se na defesa da RA e da produção agrícola e na preparação da 10.ª Conferência.

Os organizadores estão convictos de que, ao assinalarem a realização de dez Conferências, serão debatidas e apresentadas ao povo trabalhador e aos órgãos de soberania um conjunto de propostas e medidas, com vista a ultrapassar os problemas criados à agricultura portuguesa, no Sul, como em todo o País, por 10 anos seguidos de políticas agrícolas de direita, agora agravadas pela adesão à CEE, políticas que a vida mostrou não corresponderem à especificidade, aos objectivos, às necessidades e às condições do regime democrático, do nosso povo e do nosso país. ■





■ Alice Vieira

Os caminhos da memória

Estranhos são os caminhos da nossa memória. Da minha, pelo menos. Como se explica que, de grandes datas e acontecimentos, ela retenha sempre, ridiculamente, pequenos nada, um gesto, um som, uma frase dita a correr, um sobressalto. Claro que depois vem tudo o mais: o que toda a gente lembra, o que os jornais trouxeram, o que os olhos de todos viram. Mas o primeiro impulso é sempre de vagas sensações.

Sempre foi assim comigo.

Das eleições de Norton de Matos, por exemplo, lembro a voz do meu tio que me dizia: «olha», e apontava para uma sala que a minha memória, à distância destes anos todos, recorda imensa e vazia, com uma mesa ao fundo, uma urna em cima. Não devia ter sido nada disto, claro. Mas então eu tinha cinco anos, e é só por isso que essa memória selectivamente falsa, tem desculpa.

Depois veio a euforia do tempo de Humberto Delgado. E o que de imediato me vem à ideia é a voz seca da reitora do liceu, vigiando a nossa saída e repetindo: «quero tudo já para casa!» — porque ali bem perto morava Arlindo Vicente e ela não queria complicações. Depois há ainda a figura daquele homem que, numa sessão do Centro Fernão Boto Machado, fazia com os dedos esticar os suspensórios e dizia: «isto é que é saber falar, caramba!». E lembro-me porque isso na altura me irritou: era o barulho do elástico dos suspensórios, era a frase repetida até à exaustão, e era eu que, por tudo isso, ouvia mal o que o então capitão Varela Gomes dizia, ao fundo da sala apinhada.

É sempre assim: pequenos nada, acudirem-me à memória, antes das coisas verdadeiramente importantes. Essas só mais tarde, reflectidamente, pausadamente.

Com o 25 de Abril, também: uma sucessão de quadros, de acontecimentos aparentemente desligados, de momentos de crença, de desencrença e novamente de crença, de palavras atiradas, de gente encontrada e desconhecida. À distância de 12 anos (já 12 anos? Só 12 anos?) as recordações começam às vezes por «lembras-te disto?». E os outros dizem que sim ou que não, às vezes dizem que sim, que se lembram, mas que isso não foi nesse dia, foi no dia seguinte, na semana seguinte ou até depois disso. E às vezes têm razão: mas na minha memória o 25 de Abril foi um dia enorme, feito de muitas horas e ainda de muitos medos, um dia feito de muitos dias seguintes, da pressa de querermos fazer muitas coisas nessas horas primeiras do resto da nossa vida.

E desse dia único eu retenho apenas os tais quadros soltos. Por exemplo: a voz seca do chefe do jornal onde eu então colaborava avisando-me pelo telefone: «olhe que apesar disto, as coisas não mudaram». Compreendia-se: o 25 de Abril tinha poucas horas de vida, e ainda havia quem tivesse dúvidas sobre o futuro



do recém-nascido... Lembro-me também de ter respondido que se me cortassem uma vírgula que fosse, eu não escrevia mais (a ingenuidade de me pensar indispensável...). E também me lembro de que nem uma vírgula me cortaram.

Outro quadro, nesta sucessão que nem sequer respeita a sucessão normal das horas: na manhã chuvosa (ah! que nenhum manual de História se atreva a dizer do 25 de Abril, como dizem do 1.º de Dezembro de 1640, que «nem uma nuvem toldava o céu», porque choveu dia e noite, os soldados que o digam...) as pessoas olhando-se incrédulas, e a voz da minha vizinha do prédio em frente: «acha que o meu filho já não vai para Angola?».

Eu nunca tinha falado com a minha vizinha, em seis anos de viver ali. Nem sequer sabia que ela tinha um filho. Morávamos ambas em andares muito altos, e entre nós havia uma rua de permeio. Era preciso falar com força para nos ouvirmos. Do lado de cá eu ia dizendo que era certo a guerra ir acabar já, e que portanto ele não iria para Angola. Durante esse dia, às vezes eu voltava a chegar à janela, e ela lá estava, inquieta, querendo uma certeza para a sua esperança. E de todas as vezes sorriamos uma para a outra, e de todas as vezes eu voltava a garantir que África era, a partir daquela altura, um pesadelo acabado.

Dessa manhã ainda a lembrança de outras vozes: o homem na tasca da esquina convidando toda a gente a entrar e beber um copo — e aí de quem se lembrasse de recusar! Um copo da mais incrível zurrapa que imaginar se possa, mas escorrendo pelas nossas gargantas como ambrosia dos deuses...

E o nosso olhar entrando no olhar de todos com quem nos cruzávamos nas ruas do bairro: estará feliz? Que saberá de tudo o que se passa? Será dos nossos? E chegámos a pensar que todos estavam felizes, que todos queriam o que estava a acontecer, que todos éramos tão amigos. Chegámos a pensar.

Corríamos de uma rua para a outra, queríamos saber mais do que aquilo que o transmissor, sempre colado ao ouvido, nos dizia. Mais do que sabiam os jornais. Mais do que sabia toda a gente. E cada amigo encontrado sabia sempre mais, e a esperança era cada vez maior.

Às vezes, claro, informações desconstruídas, medos, sobressaltos: «vão cortar a água», berrava à porta do café uma mulher que depois perdi de vista. E garantia: «o meu marido é que disse, e ele trabalha na Companhia». Olhámos uns para os outros, e se fechassem a água?, e as crianças em casa? Mas logo nessa altura alguém deve ter dito outra coisa qual-

quer, porque não me lembro de ver ninguém correr para casa a recolher um balde que fosse...

Acalmadas essas horas de espanto («será mesmo desta?») as reacções naturais, o pensamento dos amigos em Caxias ou Peniche, que saberiam eles de tudo, que futuro seria o seu, que futuro seria o nosso. Lembro-me que dias antes tinha visitado o Zé Magro, e que ele deixara escapar uma alegria diferente pelo meio das palavras, uma esperança nova de tudo estar por pouco. Mas quem o entenderia então?

Mais tarde, foi o televisor aberto «para ver o que eles estavam a fazer por lá», os amigos que entravam e saíam, as conversas ininterruptas, os horários esquecidos, as interrogações, o riso finalmente liberto, o telefone que não parava — e os olhos espantados dos meus filhos que, daquela excitação toda, só entendiam que não tinham ido ao Jardim Infantil naquela manhã — e nem sequer lhes doía a barriga ou a garganta...

É isso: uma sucessão de quadros. As portas abertas de Caxias, e de novo fechadas mas dessa vez sobre os «pides» que lá foram encerrados, e o olhar do «pide» através da fresta da porta quando se fizeram visitas à prisão, e a lama dos subterrâneos de Caxias quando os visitámos, e a cidade inteira desfilando no 1.º de Maio, e

aquele velho lá em cima, num último andar da Alameda, olhando-nos cá em baixo e chorando, e nós cantando o que sabíamos ser o princípio da liberdade, e inventando *slogans* a cada momento, e desfilando sob inúmeras bandeiras (incluindo a da Associação dos Barbeiros que, por ter uma tesoura bem pintada no pano, supúnhamos ter a ver com a censura...), e as casas despovoadas naquele dia, que ninguém aguentaria o peso de quatro paredes domésticas, e os restaurantes fechados, e os cafés fechados, e os amigos a chegarem a minha casa cheios daquela fome boa que só a alegria dá, e todos a roermos pão sobrado de vários dias, e o Alexandre Babo, delicioso, «é o melhor pão de toda a minha vida!»...

Dizem-me: «o que para aí vai! Nada disso aconteceu no dia 25 de Abril! Isso foi tudo muito depois! E houve tanta coisa importante de que não falaste!». Dizem — e, fazendo as contas, devem ter razão: impossível, num único dia, acontecer tanta coisa...

Mas para a minha memória, o 25 de Abril foi um dia enorme, feito de muitos dias seguintes, e da pressa de querermos fazer muitas coisas nessas horas primeiras do resto da nossa vida.

Eu tinha avisado: estranhos são os caminhos da minha memória. Desculpem. ■

Uma palavra anunciava, há 25 anos, o início da era espacial.
Às 9 h e 07 m de 12 de Abril de 1961, Yuri Alexeievich Gagarine afirmava: «Partimos!»

ПОЕХАЛИ!



O jovem Gagarine, aprendiz metalúrgico em Saratov



Os primeiros passos na aviação



A família Gagarine: Yuri, Valentina e as duas filhas

O dia 12 de Abril começou como de costume. De manhã levei Lena ao infantário e comecei a tratar de Galochka (as duas filhas de Gagarine e Valentina). Apareceu entretanto Svetlana Leonova. Estava grávida e vinha fazer perguntas à minha experiência de mãe de duas meninas.

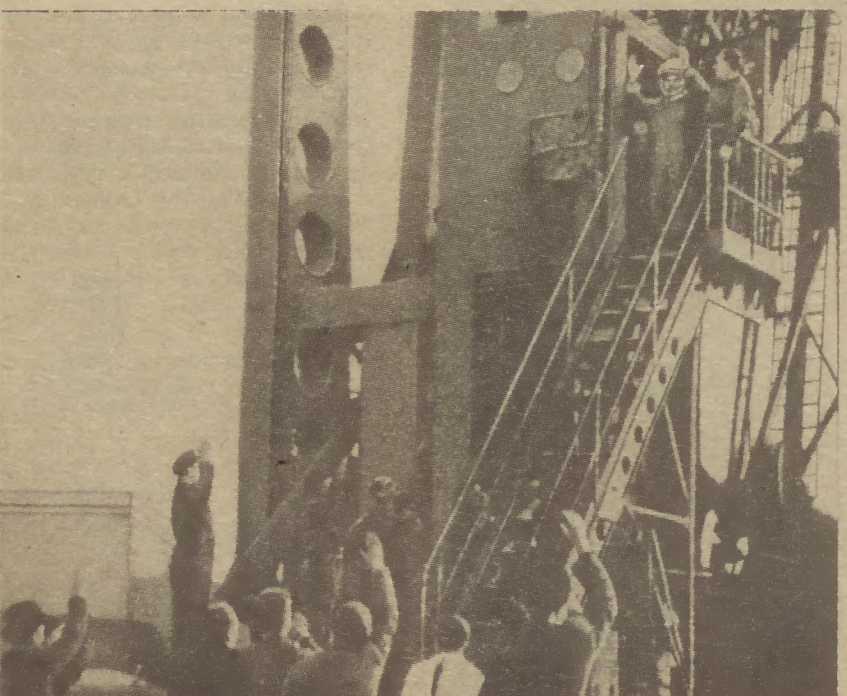
De repente, alguém tocou à porta. Abri, era a vizinha. Toda corada, atropelando as palavras, disse-me:

— Liga a rádio, Valentina. Yuri está no Cosmos!

Fiquei tonta, olhava para a vizinha sem me conseguir lembrar do seu nome, lancei-me sobre a telefonia mas nem conseguia lembrar-me como é que se ligava.

Começou então um corropio indescritível naquela casa. Chegou correndo Vladimir Komarov, começaram a chegar amigos, companheiros de trabalho, vizinhos. Faziam-me perguntas, davam-me conselhos, felicitavam-me.

Relato de Valentina Gagarine ■



Antes de entrar para a nave «Vostok», Gagarine despede-se

Às 7 horas e 10 minutos do dia 12 de Abril de 1961 foi ligado o sistema de comunicações entre a nave «Vostok» e o posto de comando do centro espacial de Baikonur.

O cosmonauta Yuri Alexeievich Gagarine fora minutos antes introduzido na cápsula de voo da «Vostok». Em terra, tinham comunicação com a nave o académico Sergei Pavlovich Koriolov, responsável do projecto, o coronel-general da Força Aérea, Nikolai Kamanin, comandante do Destacamento de Astronautas, e dois membros deste Destacamento, os futuros astronautas capitão Pável Popovich e primeiro-tenente Alexei Leonov.

À 9 horas e 2 minutos o diálogo final entre Koriolov e Gagarine:

9h02m — Koriolov: Falta um minuto. Como está a ouvir?

Gagarine: Entendido: falta um minuto. Ocupi a posição de partida e por isso me atrasei um pouco na resposta.

Koriolov: Entendido.

9h03m — Koriolov: Durante o lançamento pode não responder.

Responda quando tenha possibilidade de o fazer porque eu dar-lhe-ei todos os elementos.

Gagarine: Entendido.

9h04m — Koriolov: A chave foi posta em posição de drenagem.

Gagarine: Entendido.

9h05m — Koriolov: Aqui corre tudo normalmente. As válvulas de drenagem foram fechadas.

Gagarine: Entendido. Sinto-me muito animado, estou bem, estou pronto para a descolagem.

Koriolov: Magnífico.

9h06m — Koriolov: Está a fazer-se a sobrealimentação, desligou-se o cabo principal, tudo corre normalmente.

Gagarine: Entendido, tinha notado; oigo o funcionamento das válvulas.

Koriolov: Entendido, está bem.

9h07m — Koriolov: Fez-se a ignição.

Gagarine: Entendido: fez-se a ignição.

Koriolov: Escalão preliminar... Intermédio... Principal...

Lançamento!

Gagarine: ПОЕХАЛИ! (partimos!) Na carlinga o ruído ouve-se debilmente. Tudo corre normalmente, estou bem, animado, tudo corre normalmente.

Koriolov: Todos lhe desejamos um voo feliz, tudo corre normalmente.

Gagarine: Até à vista, até já queridos amigos!

A era cósmica tinha começado. ■

Ao pisar terra firme vi uma mulher e uma rapariguinha, junto a um cordeiro malhado, que me olhavam com curiosidade. Dirigi-me a elas. Vieram ao meu encontro. Mas, à medida que se aproximavam, os seus passos iam-se tornando mais lentos. Ainda tinha vestido o meu escafandro cor de laranja e o seu aspecto pouco habitual assustava-as um pouco. Nunca haviam visto nada de semelhante.

— Sou dos vossos, camaradas, sou dos vossos — gritei-lhes com um ar-repito de emoção, enquanto tirava o capacete.

Tratava-se de Ana Timofeievna Tajtarova, mulher de um guarda-florestal, com a sua neta Rita; de seis anos.

— É verdade que vem do Cosmos? — perguntou a mulher, não muito convencida.

— É assim mesmo, respondi-lhe.

— Yuri Gagarine! Yuri Gagarine! — gritavam uns tractoristas que haviam acorrido vindos do seu acampamento.

Foram as primeiras pessoas que encontrei na terra depois do voo. Abraçávamo-nos e beijávamo-nos como se fôssemos todos de família...

A «Vostok» aterrou a umas dezenas de metros de um profundo barranco em que murmuravam as águas da Primavera. A nave estava negra, queimada; mas, precisamente por isso, parecia-me mais bonita e querida que antes do voo. Yuri Gagarine ■



Os primeiros minutos depois do regresso do Cosmos



Gagarine suportou bem a influência dos elementos próprios do voo cósmico e, depois do seu regresso à Terra, a sua popularidade literalmente mundial. Esta segunda prova, inesperada, que não estava prevista nos programas de preparação dos cosmonautas, passou-a ele com brilhantismo. Todos verificávamos uma vez mais a imensa energia e as multifacetadas qualidades que o caracterizavam. Crescia de dia para dia e sabia fazer reverter a sua glória pessoal em benefício da causa comum. Como todos nós, preparava-se para um novo voo. Tripulava diversos aviões, lançava-se de pára-quadras e participava sistematicamente nos treinos e nas provas. Era um completo exemplo, de certo pouco frequente, da absoluta coincidência entre um homem e o papel que desempenhara.

Guerman Titov ■



Gagarine e Guerman Titov



Gagarine e seus pais, Ana Timofeievna e Alexei Ivanovich

Naquela manhã, Ana Timofeievna limpava a sua casa. O seu neto Yuri estudava as lições. Lia as páginas em voz baixa, escrevia afanosamente enquanto a vassoura percorria diligentemente o sobrado... Zoya, a filha de Ana Timofeievna, preparava-se para ir para o trabalho.

De repente, a porta escancarou-se com uma lufada de fresco primaveril. À porta estava Maria, a mulher do filho mais velho, pálida e sem chapéu.

— Não tem a rádio ligada? Mas estão a falar de Yuri.

Ana Timofeievna sentiu o coração cair-lhe aos pés: «Teve um desastre... E com duas filhas.» Empalideceu.

— Mamã, que é que tem? Yuri está vivo. Está no Cosmos.

Sem já sequer ouvir o que Maria continuava a dizer, a mãe começou a arranjar-se a toda a pressa. Pós um casaco novo, meteu dez rublos no bolso e saiu disparada. Nem ela própria se apercebeu da velocidade com que, primeiro por meio dos campos e depois pela estrada de terra batida, percorreu o longo caminho que separava a sua casa da estação de caminho-de-ferro.

Eram mais ou menos dez e meia.

O comboio mais próximo saía daí a poucos minutos. Ana Timofeievna comprou o bilhete e, sem sequer receber o troco, precipitou-se para a carruagem. Alguém correu atrás dela e entregou-lhe o dinheiro esquecido. Sem sequer olhar para trás, correu para a carruagem, pensando apenas que a porta podia fechar-se antes de lá chegar. «Desde que chegue a tempo! Tenho de ir a casa de Valentina. Valentina deve saber tudo!»

Mal se sentou no comboio, este partiu.

Pensou que desmaiava. Sentou-se

num canto e ali ficou, calada, como um pássaro inquieto. Um torpor se apossou dela, de que foi arrancada por uma música roufenha que chegava do outro lado da carruagem. Logo a seguir, uma voz... A do locutor de sempre:

— Aqui Moscovo! Aqui Moscovo! Transmitemos de novo o comunicado da agência Tass sobre o voo da nave-satélite cósmica «Vostok» com uma pessoa a bordo. Às 10 horas e 15 minutos, hora de Moscovo, o piloto-cosmonauta comandante Gagarine, ao voar sobre a África, transmitiu da nave cósmica «Vostok»: «O voo continua normalmente, suporte bem o estado de imponderabilidade».

As rugas do rosto de Ana Timofeievna atenuaram-se e nos seus olhos apareceu um raiozinho de esperança: «Mas porque dizem comandante? Se calhar não é ele... Se calhar Maria fez confusão». Na carruagem o silêncio reinou de novo: a rádio repetia o comunicado. Só quando a música se fez ouvir de novo voltou o vozear.

O sol começava a aparecer entre as nuvens. Parecia-lhe que o comboio andava ainda mais depressa, como respondendo àquela geral e incontinida alegria que nele reinava. «E se de facto é o nosso Yuri? Que coisa esquisita é isto tudo...»

Transmitiram ainda mais algumas vezes como prosseguia e terminava o voo.

Até que as últimas dúvidas se desfizeram: uma breve biografia. «E ele de facto, é o Yuri! Ai está porque andava tão ocupado ultimamente. Esteve em casa o ano passado e não nos disse nem uma palavra...» «O voo...» A mãe escutava ansiosa as palavras em que se contava a história, a sua história e a de seu filho. Estava tudo dito, o principal. «Falaram acerca de Valentina e das meninas... Ao pai e a mim, também não se esqueceram. Está muito bem escrito... O pai, se calhar, ainda nem sabe de nada...» Deu-lhe uma imensa vontade que toda aquela gente que com ela partilhava a carruagem compartilhasse também a sua maternal alegria. Conteve-se durante um bocadinho, acabando a largar num sussurro, e balbuciou quase maquinalmente:

— Ó meu filhinho!

Es que estavam sentados a seu lado ouviram. Um rapaz desatou a gritar:

— Vai aqui a mãe de Gagarine!

Houve quem propusesse fazer parar o comboio com o sinal de alarme e levá-la em ombros. Tranquilizou-os como pôde. As pessoas rodeavam-na, olhavam-na com tanto entusiasmo que, face àqueles olhos fixos sobre ela, de novo se sentiu tranquila e segura de si...

Oleg Kudenko
biógrafo de Yuri Gagarine ■

O impacto do preço dos combustíveis na economia portuguesa

Ainda a propósito dos combustíveis, muita coisa se pode dizer sobre a actuação do Governo minoritário de Cavaco Silva. Da onda de demagogia, com recurso à mentira e à confusão deliberada perante o País — aquela de baralhar leite com gasolina não será esquecida tão depressa —, ao comportamento pouco digno face à Assembleia da República, passando por um extenso rol de contradições no campo da política económica e fiscal, o que ressalta é a imagem de um Governo que está mais preocupado em alimentar a sua máquina de demagogia (oficial e partidária) do que em resolver os graves problemas nacionais, não aproveitando, nomeadamente, os benefícios da conjuntura internacional (preço do petróleo, cotação do dólar, taxas de juro, etc.) para uma melhoria da vida económica e social dos portugueses.

Como pano de fundo para a actual situação, e em que uma vez mais a Comunicação Social desempenha papel destacado, encontramos uma (propositada) falta de esclarecimento e de informação séria, mesmo mínima, da opinião pública. O caso dos combustíveis comprovou esta situação. Cavaco Silva teve o à-vontade necessário para tentar confundir o País, baralhando leite com gasolina, dizendo que a gasolina é para os privilegiados, manifestando a sua preocupação pelos mais desfavorecidos, vestindo a pele de lobo aos partidos da oposição, mostrando por «a+b» que assim a oposição estraga o trabalho do Governo, que o Governo é muito bom e trabalha bem e depressa, que as coisas começam a estar resolvidas, que já há habitação com fartura, emprego e ensino para todos, alegria e felicidade de Norte a Sul do País. Tudo isto, evidentemente, por mérito do Governo e do partido que o constitui.

Quem se utiliza dos grandes meios de Informação para levar esta **mensagem** joga aberta e antecipadamente na falta de esclarecimento. De outra forma não arriscaria uma queda tão vertiginosa no ridículo...

Felizmente, há em Portugal cidadãos, forças e correntes de opinião que, ao contrário do Governo, tentam furar essa cortina de confusão e de desinformação pública.

Também o caso dos combustíveis confirma esta realidade, através, por exemplo (e não esquecendo o papel interveniente de alguns deputados no hemiciclo de S. Bento), de uma iniciativa que reuniu há dias em Lisboa um conjunto de pessoas com autoridade e conhecimentos (práticos e científicos) mais do que suficientes para falar do impacto do preço dos combustíveis na actividade económica e produtiva do País, tema de grande importância e significado na actual conjuntura e sobre o qual ainda ninguém ouviu da parte do Governo uma palavra com um mínimo de realismo e sinceridade.

Juntando economistas, professores universitários, engenheiros e outros técnicos da área dos combustíveis e da energia, trabalhadores de empresas públicas, como a **Petrogal**, **EDP** e **RN**, empresários industriais e comerciantes, sindicalistas, homens da agricultura, etc., o recente seminário promovido pela revista *Economia* — EC, publicação bimestral sobre questões económicas e sociais, mostrou e clarificou muita coisa sobre a matéria, comprovando que a descida do preço dos combustíveis é possível, justa, útil e adequada, e que o seu impacto na vida económica e social e na produção é benéfico a todos os títulos. Os exemplos que seleccionámos para estas páginas, a partir de algumas comunicações e de materiais do seminário, embora não dêem uma panorâmica globalizante da questão mostram como a descida do preço dos combustíveis pode beneficiar a situação portuguesa em diversas áreas, com reflexos directos, nomeadamente, na exportação e na competitividade dos mercados internacionais, no fabrico de matérias e produtos básicos como o aço, nos transportes e na prestação de outros serviços sociais.

■ JPO



A agricultura consome 300 milhões de litros de gasóleo por ano

Segundo os indicadores estatísticos disponíveis, a agricultura portuguesa consome cerca de 300 milhões de litros de gasóleo por ano, e dentro dela, a Reforma Agrária consome cerca de 12 milhões.

Uma eventual redução, por exemplo, de 4\$00 por litro, significaria uma poupança directa, para toda a agricultura, de cerca de 1 200 000 contos e para a Reforma Agrária, em particular, de cerca de 48 000 contos.

São, sem dúvida, efeitos **directos** bastante significativos, mais a mais num sector com relativamente reduzida capacidade e disponibilidade económica que, a concretizar-se, viria a libertar meios financeiros para o investimento e consequente incremento da actividade do sector.

Mas os efeitos **indirectos** desta redução do preço não seriam, certamente, menores. Não conhecendo

nós elementos estatísticos disponíveis que nos permitam quantificar esses efeitos, enumeraremos tão só alguns dos que nos aparecem como mais significativos:

- Possibilidade de descida (ou, no mínimo, contenção) dos preços dos adubos e pesticidas, por via da redução dos custos de produção destes;
- Descida do preço de aluguer de máquinas agrícolas;
- Maior utilização dos parques de máquinas (tractores, ceifeiras, motores de rega, moto-bombas, etc.) e possibilidade de incremento na mecanização e na intensificação da produção agrícola.

A descida geral dos preços dos principais factores de produção conduziria à redução dos valores das contas de cultura, isto é, dos custos de produção conduzindo naturalmente à possibilidade de redução (ou con-

tenção) de preços no consumidor em produções tão significativas como, por exemplo, os cereais onde os custos dos combustíveis representam cerca de 17% na formação do respectivo preço de produção. Esta redução é, aliás, tanto mais importante quanto Portugal, em resultado da adesão à CEE, se tem hoje de defrontar com países onde o nível de desenvolvimento lhes permite conseguir custos bastante inferiores.

Mas tal redução nos cereais permitiria ainda uma redução proporcional no preço, por exemplo, do **pão**.

A cadeia de efeitos é, como se pode verificar, quase imparável, com repercussão em todos os sectores a montante ou a jusante da agricultura e com consequências altamente benéficas nos preços no consumidor.

■ Joaquim António

A competitividade

Se fizermos a nossa apreciação no quadro das indústrias transformadoras mais voltadas para a exportação, verificamos que aquelas que neste momento ocupam lugares de relevo são precisamente a **têxtil** e o **calçado**, qualquer delas com grande incorporação de matérias-primas derivadas do petróleo no produto final da sua exportação.

Como poderão estas indústrias encontrar no quadro da integração na CEE, condições de competição com as suas congéneres estrangeiras, sobretudo quando têm de adquirir matérias-primas já integralmente de fabri-

cação nacional, tais como fibras sintéticas, napas, couros sintéticos, poliuretanos, etc., se nesses países os governos decidiram desde logo, e muito bem, baixar os preços dos combustíveis e derivados do petróleo, com vantagens suplementares para as suas indústrias transformadoras?

Por todas estas razões, entendemos que se não forem tomadas medidas no sentido de baixar os preços dos derivados do petróleo em correlação com o que vem acontecendo com as respectivas ramas, a nossa indústria perderá não só competitividade re-

lativamente ao mercado de exportação, como também senti-la-á em termos concorrenciais dentro das suas próprias fronteiras nacionais e em condições desvantajosas, como é óbvio, sempre que se tenha de confrontar com a concorrência estrangeira.

Por isso apoiamos o esforço feito pelos deputados da oposição no recente debate para fixar novos preços na generalidade dos combustíveis, forçando assim o Governo a uma prática favorável à expansão de todas as actividades económicas.

■ Luís Brites Moita



Vejamos os casos da EDP, CP e RN

Em termos imediatos, são bem significativos os reflexos que um eventual abaixamento dos preços internos dos combustíveis, em especial do fuel e do gasóleo, teria nos custos de exploração de algumas empresas fornecedoras de bens ou serviços de interesse público, como sejam a EDP, a CP e a Rodovária Nacional.

Um recente artigo publicado na imprensa diária abordava o problema, com base nos valores médios do con-

sumo de combustíveis registados por essas empresas, nos últimos anos.

Para a EDP, uma redução imediata de 10% no preço do fuel representaria uma redução dos custos de exploração de 7,6 milhões de contos (2,38% da despesa total).

Só com gasóleo, os gastos suportados pela CP, cifraram-se, no ano passado, em mais de 4,5 milhões de contos. Uma redução de dez escudos por litro significaria para a empresa

uma redução de cerca de 600 000 contos nos custos de exploração.

Nos transportes rodoviários, onde o peso dos combustíveis nos custos de exploração é de cerca de 20%, qualquer redução de preços assume significativa importância. Uma redução de 15% no preço dos combustíveis representaria para a Rodovária Nacional, uma poupança de 400 mil contos.

E o fabrico do aço?

Para fazermos uma apreciação concreta da incidência do preço dos combustíveis no custo de fabrico do aço, consideremos o que se passa na Siderurgia Nacional, que é o produtor largamente maioritário de aço no nosso país.

A factura energética da Siderurgia Nacional atinge cerca de 30% do total dos seus aprovisionamentos.

É um facto que essa factura abrange três componentes, a saber: carvão coqueificável, energia eléctrica, fuel e outros combustíveis, cabendo ao carvão, por exemplo, no orçamento anual da SN para 1986, um peso de 45%, à energia eléctrica o de 41% e à rubrica de fuel e outros combustíveis 14% da referida factura energética.

Poderá parecer à primeira vista que, sendo o carvão coqueificável consumido na SN por si totalmente importado, e tendo o mesmo tão notável incidência nos custos, pouco se justificaria virmos aqui falar do caso do aço como exemplo do impacto do preço dos combustíveis.

Vejamos que assim não é.

Na verdade, mesmo pondo de lado, por óbvias dificuldades de cálculo, os efeitos benéficos que a redução de preços dos combustíveis terá para a SN no que respeita à aquisição de serviços e outros materiais, podemos calcular os efeitos dessa redução relativamente ao «fuel e outros combustíveis» e à «energia eléctrica» que a SN compra directamente.

Tomando 20% para a incidência média global dos preços dos combustíveis no custo da energia eléctrica no País, se admitirmos a hipótese de uma baixa de preços dos combustíveis ser, em média, de 5%, concluímos, considerando o orçamento da SN para 1986, que o custo de fabrico do aço virá directamente beneficiado em cerca de 94 milhares de contos num ano. E isto, contabilizando somente, como antes disse, os efeitos nas rubricas «fuel e combustíveis» e «energia eléctrica» adquiridas pela SN.

Essa economia no custo de fabrico do aço traduz-se em 128\$00 por tonelada de produto siderúrgico acabado. Como se vê, trata-se de um valor con-

siderável, tanto mais que está calculado em termos restritivos.

Mas interessa ainda notar que os efeitos atrás apresentados dos preços dos combustíveis no fabrico do aço foram calculados considerando o complexo da Siderurgia Nacional como um todo. Ora são diversas as instalações siderúrgicas existentes quanto ao seu perfil tecnológico.

Assim, se isolarmos a fábrica da Maia, concluímos que o impacto dos preços dos combustíveis é relativamente maior. Usando critérios idênticos, e reportando-nos às mesmas fontes, uma baixa de 5% nos preços dos combustíveis traduzir-se-á numa redução de custos de fabrico de 191\$00 por tonelada de produto siderúrgico acabado.

A Siderurgia Nacional tem sido forçada a exportar a níveis importantes (em 1985 foi exportado 40% da sua produção), realizando-se essa exportação numa conjuntura muito difícil, com preços degradados e em concorrência aberta com siderurgias muitas delas tecnologicamente mais evoluídas mas que, nem por isso, deixaram de beneficiar de vultuosas ajudas e subvenções estatais.

Daqui se vê o alcance, no quadro da concorrência internacional, que tem para a exploração da SN a prática de preços de combustíveis não superiores aos que se verificam no estrangeiro. Pelo duplo motivo, esclareça-se ainda, de que a SN exporta e confronta-se, simultaneamente, com a concorrência de siderurgias estrangeiras no próprio mercado português do aço.

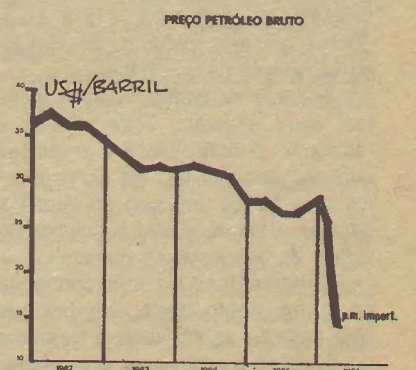
Uma explicação final. Que fique bem claro não julgarmos, de modo algum, que reside no nível de preços dos combustíveis a panaceia para a solução dos pesados problemas que afectam a siderurgia portuguesa. Mas parece-nos óbvio que num debate como o de hoje se justifica plenamente vir chamar a atenção para a importância do tema na actividade siderúrgica em Portugal, sobretudo no momento presente.

■ Pedro Proença

A economia portuguesa é altamente dependente da importação de petróleo bruto

FACTURA PETROLÍFERA DE PORTUGAL			
	1980	1983	1984
% da importação do petróleo bruto na importação total	20,6	20,7	21,6
% Déficit dos combustíveis relativamente ao PIB	7,3	8,3	9,5
Saldo (FOB-FOB) da Balança de Combustíveis (10 ⁶ contos)		-189,8	-269,8

O preço de importação do barril (US\$/Barril) do petróleo bruto tem vindo em grande descida



A começar pelo sector químico e generalizando

4 conclusões

- 1 — A baixa do preço dos produtos petrolíferos, acompanhada pela baixa do dólar, implica a diminuição dos custos do sector químico em pelo menos 6%. Esta situação é altamente favorável à tomada de medidas do Governo no sentido de revitalizar o sector químico, nomeadamente nas empresas do Sector Empresarial do Estado, como a Químgal e a CNP/EPIS.
- 2 — A baixa de preço verificada no petróleo bruto, permite também rever o preço de alguns combustíveis, prioritariamente o gás de garrafa, o gasóleo e o fuel o que contribuiria para conter a inflação.
- 3 — Após as correcções a efectuar no preço dos combustíveis, as verbas suplementares originadas pela baixa do dólar e do petróleo deveriam ser transferidas para o OGE, a fim de serem financiadas as medidas de carácter social que a situação de extrema carência de parte significativa da população portuguesa exigem.
- 4 — As acções a pôr em prática no imediato não podem fazer esquecer a necessidade de uma política económica que tenha em vista o aproveitamento dos recursos naturais nacionais, em particular os energéticos, a racional utilização dos recursos petrolíferos importados e a diminuição da dependência nacional desta importante matéria-prima e de quem a domina.

■ Luís Ferreira





XIII Congresso do Partido Comunista Búlgaro

do nosso enviado especial

João Chasqueira

Responder aos desafios do século XXI

«**A**s decisões aprovadas elevam para um nível qualitativamente novo a linha geral leninista com vista a um desenvolvimento mais intenso do país que nos permita caminhar a par dos países socialistas mais avançados. O Congresso aponta para o futuro e graças às modificações que se estão operando na base e na superestrutura estamos a criar as premissas para que a Bulgária seja um estado socialista altamente desenvolvido, capaz de enfrentar os desafios do século XXI.» As palavras são do camarada Todor Jivkov, secretário-geral reeleito do Partido Comunista Búlgaro. Estava-se na ampla sala do Palácio da Cultura da capital búlgara, repleta de delegados, convidados e jornalistas nacionais e estrangeiros. O ambiente era, a um tempo, de solenidade e alegria. Aproximava-se do fim o acontecimento que fizera recair sobre si, durante quatro dias, as atenções gerais. O dirigente comunista iniciava o discurso que encerraria oficialmente os trabalhos do XIII Congresso do Partido que fiel e orgulhosamente continua a cumprir o legado de Jorge Dimitrov.

Confiança no futuro

Trabalhos que se prolongaram por muitas horas durante as quais foi possível enriquecer o programa do Partido relativamente às novas condições em que se desenvolve a luta dos comunistas búlgaros com vista a assegurar o prosseguimento da construção do socialismo na sua pátria.

Uma luta no centro da qual se situa, como salientou Todor Jivkov, a resolução científico-técnica, revolução que não constitui um fim em si mesmo mas tão só um meio por forma a garantir a elevação das condições de vida e do bem-estar do homem.

Fundamentando a sua confiança no cumprimento destas tarefas que hoje norteiam a actividade o Partido e do Estado o orador lembrou a disposição e a participação efectiva do povo, na condução dos destinos do país e a

política de integração e de especialização com os restantes países socialistas irmãos e designadamente com a União Soviética.

Depois de se interrogar sobre a eventualidade das novas orientações corresponderem a influências de uma qualquer «moda» ou de um «desvio tecnocrático», Todor Jivkov afirmou que «o decisivo para o desenvolvimento do homem e do nosso sistema é a economia», lembrando ainda a este propósito palavras de Lênine nas quais se diz que «cada intenção na esfera social de nada vale se não for apoiada economicamente.»

Democracia socialista

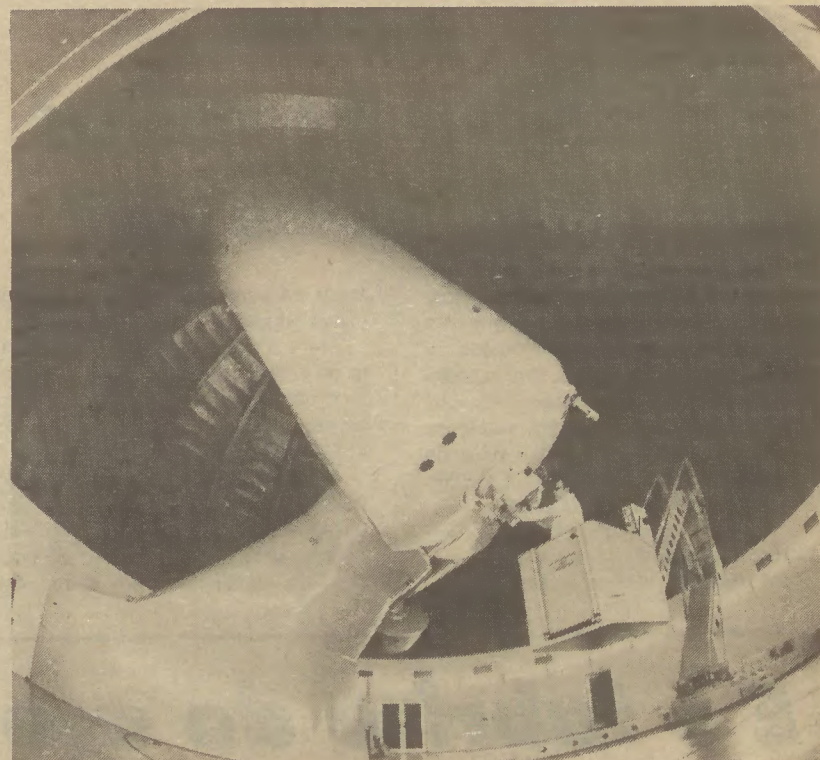
Detendo-se sobre as decisões do Congresso em geral, o orador salientou que estas elevam a democracia

socialista para uma nova etapa, «com garantias políticas, económicas e jurídicas», citando como exemplo o que se passa com o novo «código do trabalho» que regulamenta os problemas fundamentais das relações laborais e legaliza o papel do colectivo de trabalhadores como administrador da propriedade socialista.

Neste contexto uma grande importância assumem também as medidas contra o igualitarismo, contra a infracção ao princípio da remuneração segundo a quantidade e a qualidade do trabalho produzido, bem como a reestruturação a todos os níveis dos mecanismos e da direcção da gestão da economia.

Abordando a problemática social, o dirigente comunista salientou que «na sociedade socialista a satisfação completa das necessidades materiais, espirituais e sociais das pessoas deve efectuar-se de acordo com o crescimento da capacidade aquisitiva. Contudo, conforme frisou, já não basta que cresça a capacidade de aquisição, sendo necessário romper as barreiras do monopolismo na produção, alargando consideravelmente a gama de artigos que se colocam no mercado por forma a garantir que as pessoas «possam comprar tudo o que desejam com o seu dinheiro ganho honestamente.»

«É necessário melhorar a organização do trabalho, renovar os artigos, utilizar de maneira mais racional os recursos, elevar a qualidade da produção», disse ainda Todor Jivkov que garantiu existirem, por outro lado, «as pessoas preparadas, honestas e fiéis, que tomam em consideração a opi-



De acordo com as decisões do Congresso a revolução científico-técnica constitui a tarefa prioritária da hora presente e um factor indispensável para o desenvolvimento da sociedade socialista avançada e para a satisfação das necessidades materiais, sociais e culturais do povo.

nião dos outros apoiam-se neles e gozam da sua confiança» para levar por diante, com êxito, tais tarefas.

Além do mais, como tantas vezes foi dito, o que está em causa e constitui o núcleo da política do PCB, continua a ser o desenvolvimento da personalidade socialista, o respeito e a elevação pela dignidade do homem, e a afirmação do modo de vida socialista. ■



Uma sólida garantia de futuro

Falar dos progressos e conquistas alcançados pela Bulgária na sequência da revolução de 9 de Setembro de 1944 significa obviamente falar de socialismo, o mesmo é dizer, falar de um esforço nacional para satisfazer em todos os domínios e a todos os níveis as necessidades materiais e culturais do seu povo.

Graças a um desenvolvimento económico acelerado, a Bulgária conseguiu passar num curtíssimo tempo histórico de país agrícola atrasado para um Estado altamente industrializado, como bem o demonstra, aliás, o aumento médio anual de 7,6 por cento do produto interno bruto verificado nos últimos 35 anos, valor de alcance tanto maior quanto é sabido que os países capitalistas mais desenvolvidos, neste mesmo período, não foram além dos dois a três por cento.

Mudanças radicais em todas as esferas da economia e sobretudo nalguns sectores considerados fundamentais (produção de energia, construções mecânicas, química e electrónica) possibilitaram assim as condições necessárias para elevar pro-

gressivamente o nível de vida do povo, pese embora o cerco económico e toda a espécie de pressões, a crise energética e de matérias-primas que afecta o mundo e a própria corrida armamentista imposta pelos círculos mais agressivos do imperialismo.

A essência do socialismo

Como ainda recentemente sublinhava Todor Jivkov, secretário-geral do PCB e presidente do Conselho de Estado, «a preocupação pelo homem continua a ser o princípio de direcção básico da política partidária no actual período de edificação da sociedade socialista desenvolvida. É algo que emana da própria essência do socialismo. A satisfação cada vez mais completa das crescentes necessidades do povo é a lei básica e o objectivo supremo da produção social socialista.»

Ora é justamente esta orientação – vector fundamental em toda a acção do Partido e do Estado – que está na origem das transformações de alcance histórico produzidas nos últimos anos, transformações no centro das quais está sempre o homem e que colocam a Bulgária num lugar cimeiro entre os países mais desenvolvidos.

Desde logo se torna visível, por exemplo, para qualquer observador, a inexistência de alguns dos crónicos problemas sociais com que hoje se defrontam quotidianamente milhões de trabalhadores nos países capitalistas, maleitas essas de há muito erradicadas da vida do mais pacato cidadão búlgaro.

Hoje, na Bulgária socialista, desconhece-se em absoluto o que significa o desemprego (flagelo que só nos países da CEE atingiu em finais do ano passado 13 milhões de trabalhadores), a educação e ensino em igualdade de oportunidades e condições são assegurados gratuitamente o



Empenhado em duplicar a produção e triplicar a produtividade do trabalho até ao final do século, o povo búlgaro conta para concretizar este objectivo com a enorme base material acumulada, com o facto de um quarto da população ter formação média ou superior e ainda com uma correcta política de integração económica com os restantes países socialistas, designadamente com a União Soviética.





mesmo se passando com a saúde pública — também ela totalmente gratuita — quer se trate de análises, consultas e exames ou de qualquer tratamento hospitalar, incluindo todo o tipo de intervenções cirúrgicas.

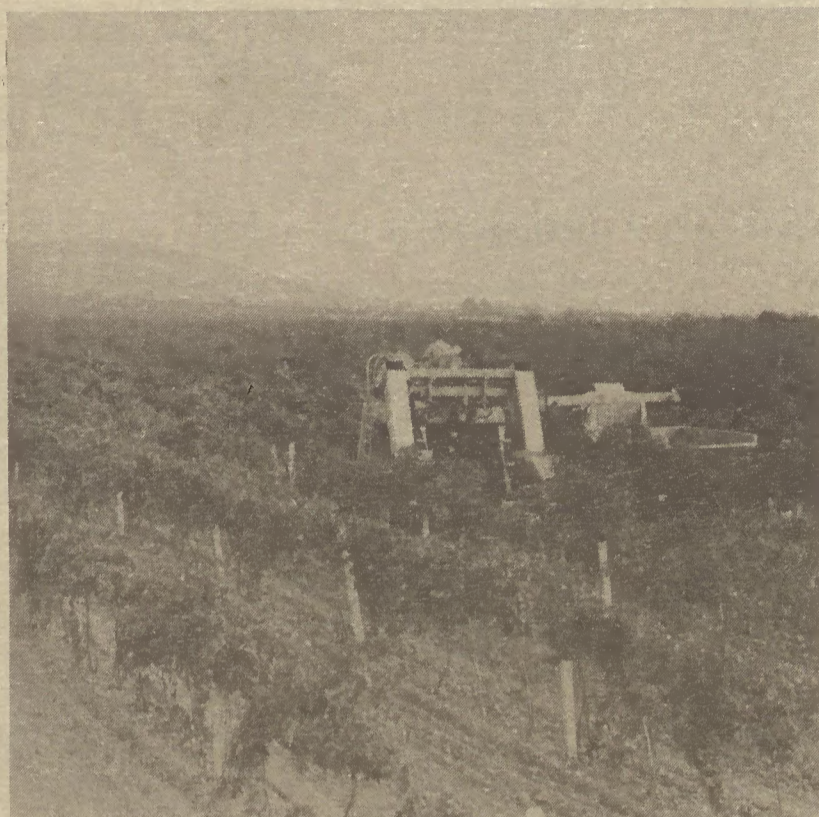
Valeu a pena

«Sim valeu a pena lutar. As dificuldades foram muitas mas o nosso sonho concretizou-se. Não há comparação possível entre a Bulgária socialista e a de há meio século atrás.» As palavras são de Liubomir Barutchiev, um lúcido veterano de 79 anos, resistente antifascista, várias vezes preso e condenado, militante do Partido vai para 60 anos.

O seu testemunho, recolhido num breve encontro realizado na sede da organização dos «Veteranos da Luta contra o Fascismo», é o de um homem que dedicou por inteiro a sua vida à edificação de uma sociedade mais justa e feliz. Um homem sereno e esclarecido, satisfeito pela obra que continua a ajudar a erguer e da qual nos fala com emoção e legítimo orgulho.

Uma satisfação em tudo idêntica à que encontrámos noutros homens e mulheres com quem falámos, cidadãos búlgaros politicamente empenhados na construção da sua pátria socialista.

Nem de outro modo, aliás, seria imaginável. Como é possível não ter orgulho quando se referem alguns dados relativos ao nível de vida e ao bem estar do seu próprio povo como



Com uma agricultura altamente mecanizada na qual ocupam lugar central as cooperativas agrícolas, a Bulgária socialista produz hoje, com uma população agrícola três vezes menor, três vezes mais que em 1939.

sejam o consumo de 71 quilos de carne e seus derivados *per capita* no ano de 1984, 236 ovos, 214 litros de leite, 35,5 quilos de açúcar ou 229 quilos de frutas e hortaliças?

Por mais frios e secos que os números e estatísticas sejam, como ficar indiferente quando, por exemplo, se diz que em finais de 1984, em cada cem habitações, 89 possuem **televisor**, 85 possuíam máquinas de lavar, 90 possuíam frigoríficos, 59 possuíam aspiradores e 35 possuíam automóveis?

Êxitos consideráveis

Quantos países se poderão gabar de oferecerem no plano social licenças pagas integralmente às mães por períodos de seis, sete e oito meses conforme sejam o primeiro, segundo

ou terceiro filho? Ou de terem construído só no ano de 1985 qualquer coisa como 61 600 novas casas o que alargou para 16 metros quadrados a área da habitação de cada búlgaro? Ou seja ainda de que no ano transacto por cada mil habitantes 177 frequentavam estabelecimentos de ensino ou que em 1983 foram editados 4924 títulos com uma tiragem global de 59 milhões de exemplares que dão uma média de 6,5 livros por pessoa?

Receita para tais êxitos? Uma correcta política na qual intervêm activamente as massas populares e através da qual foi possível alcançar altos e estáveis ritmos de crescimento económico e industrial.

Como salientam as teses que durante vários meses foram submetidas à discussão de centenas de milhar de comunistas e de outros trabalhadores, de 1956 para cá os investimentos nos sectores básicos da economia subi-



A protecção na saúde pública constitui uma das mais significativas conquistas alcançadas pela revolução socialista, sendo garantidos de forma completamente gratuita todo o tipo de serviços desde as consultas, análises e exames até ao internamento hospitalar ou à mais complexa intervenção cirúrgica.

ram dez vezes, a produtividade do trabalho aumentou 8,4 vezes e o produto interno bruto cresceu oito vezes.

Por outro lado, a produção de cereais duplicou no quinquénio que agora terminou relativamente ao período de 1953/57 enquanto que nas últimas três décadas o intercâmbio comercial com o estrangeiro aumentou 29 vezes e as exportações 33.

Mas se os resultados obtidos são altamente positivos e por isso motivo de legítima satisfação isso não obsta, todavia, o reconhecimento de dificuldades e problemas cuja superação passa necessariamente pelo reforço do papel do Partido, da iniciativa e da criatividade do indivíduo, dos colectivos de trabalhadores e das massas populares. ■

Debates francos e construtivos

Pese embora os magníficos resultados alcançados após a revolução socialista, uma das notas que dominou os trabalhos do XIII Congresso foi sem dúvida o espírito crítico e autocrítico que, praticamente sem excepção, marcou todas as intervenções dos delegados, a começar pelo próprio discurso de abertura de mais de uma hora proferido pelo camarada Todor Jivkov.

Sinal de vitalidade da ideologia e da prática leninista e da superioridade da democracia socialista, o debate constituiu uma verdadeira tribuna — recorde-se que foi transmitido na íntegra e em directo pela televisão e rádio búlgaras — a partir da qual operários e cientistas, camponeses e intelectuais puderam de forma construtiva e franca, sem rodeios, falar de todas as esferas da vida da sua pátria socialista.

Mercado do consumidor

«O mercado búlgaro deve converter-se no mercado do consumidor. Apesar do que foi alcançado

os artigos que se oferecem nem sempre correspondem à procura do consumidor nem aos índices de qualidade desejáveis», afirmou Elena Zlateva, ao analisar a situação da indústria ligeira.

«Para resolver radicalmente o problema — sublinhou, perante os aplausos dos congressistas — é indispensável que se proceda à rápida renovação das capacidades, à organização da produção de máquinas e equipamentos actualmente importados para o sector e à implantação de microprocessadores e robots.»

Tosho Petkov, presidente da Comissão de Controlo e revisão departamental de Vidin, afirmou por seu turno que «cidadãos pouco conscientes aproveitam-se de uma série de disposições e decisões relativas à horta pessoal para enriquecerem ilegalmente. Para eles — disse — a horta transformou-se de auxiliar em básica.»

Apontando com razão principal para este estado de coisas o «liberalismo inadmissível por parte dos comités e organizações do Partido e os órgãos de controlo», o orador lembrou ainda a «atitude formalista e burocrática perante as solicitações

e queixas dos trabalhadores, suas propostas e observações críticas».

A má qualidade dos trabalhos da construção civil mereceu também um severo exame por parte de Delcho Penev, chefe de uma brigada de construção e montagem na cidade de Burgas. Em sua opinião não está ainda implantada, por outro lado, a chamada «pequena mecanização» que permita aligeirar «o trabalho físico, duro e pouco atraente dos trabalhadores da construção civil e dos montadores».

Oposição dissimulada

«O que até agora temos chamado progresso técnico-científico está muito longe das novas exigências» — declarou Stoyanka Krastanova, responsável pelo Comité Municipal do Partido de Pazardzhik.

Abordando o desenvolvimento económico do município a oradora acentuou que persistem «tendências negativas no correcto aproveitamento dos fundos básicos para a produção» ao mesmo tempo que se

verifica uma «redução da rentabilidade, um alto preço no custo e gastos de energia e materiais».

«Estas faltas existem desde há vários anos — lembrou aquela dirigente comunista — nunca tendo dado resultado os esforços para as superar. Em larga medida as deficiências devem-se a barreiras de natureza moral e psíquica, não consistindo o problema tanto numa oposição aberta (que de uma maneira ou de outra se supera), mas sim de uma oposição dissimulada de que às vezes nem a própria pessoa se dá conta.»

Mudança profunda

«É necessário uma mudança profunda. Nisto consiste a essência do actual momento político. O que já se fez não é pouco mas o principal, esse, está por vir.» As palavras são de Peter Diulguerov, membro da Comissão Política do PCB e presidente do Conselho Central dos Sindicatos búlgaros.

Para aquele sindicalista não estão

a ser «aproveitadas totalmente as premissas criadas para que se operem as modificações e se apliquem na prática os projectos relativos à questão do proprietário e do administrador na sociedade socialista».

«A reestruturação efectua-se a ritmos insatisfatórios manifestando-se uma tendência para dissimular os defeitos subjectivos por detrás das causas e dificuldades objectivas», disse o delegado que afirmou ainda estarem os sindicatos, também eles «responsáveis pela realização dos processos de renovação, a adaptar-se com grande lentidão às realidades actuais».

Os exemplos e as referências críticas poderiam multiplicar-se. Todos, com seriedade e transparência, acompanhando o relato das suas experiências e os balanços positivos do seu trabalho, manifestaram as suas opiniões, o seu inconformismo, a sua vontade de ir mais longe.

Houve momentos de regozijo e, nalguns casos, a própria sinceridade transformou-se em emoção. Mas nunca se verificou desalento. O futuro radica numa enorme e inabalável confiança ancorada não apenas na correcção das decisões como também na certeza do seu cumprimento. ■

O livro dos cem dias

O Governo de Cavaco Silva não perde uma oportunidade para clamar nos órgãos de informação a sua firme decisão de pôr fim aos gastos desnecessários das despesas públicas, já que a sua máxima preocupação é juntar todos os tostões para bem servir os superiores interesses do povo português, evidentemente a começar pelas camadas mais desfavorecidas. Bem prega frei Cavaco... O busfús está na prática, por mais dourada que seja a pílula que nos querem fazer engolir. Por exemplo, que utilidade tem para o País, seja qual for a perspectiva pela qual se encare, a publicação a expensas públicas de um livro sobre as medidas governamentais em cem dias de actividade?

A menos que Cavaco esteja convencido que nas casas onde falta pão saia mais barato comprar o livro e ir, devagarinho, roendo-lhe os cantos...

A guerra do leite

Para quem já se esqueceu, lembra-se que uma das

primeiras medidas do Governo Cavaco Silva foi o aumento do preço do leite em oito escudos. Nas medidas para reduzir as despesas, que no total são de 1,9 milhões de contos, não encontrou mais nada que cortar do que os dois milhões de contos destinados ao subsídio do leite e 1,5 milhões de contos para construções de escolas. Tudo para melhorar as condições de vida blá blá blá, blá blá blá.

Discute-se e vota-se o orçamento e Cavaco Silva vai à televisão chorar lágrimas de crocodilo pelos pobrezinhos, esses que não têm carro e também não têm leite barato — o tal dito cujo que o 1.º ministro fez subir oito escudos — porque os malvados dos deputados da oposição fizeram baixar o preço da gasolina e assim já o Governo não pode baixar o preço do leite em quatro escudos. Subiu oito e prometia baixar quatro, mas agora nem que seja preciso ir para o Tribunal Constitucional não baixa nem um tostão que é para os malvados da oposição aprenderem. Tanto amor pelo povo até comove.

Reagan agradece

O presidente Reagan enviou à Europa Wernon Walters numa

missão particularmente delicada: apresentar aos aliados europeus as pretensas provas da implicação líbia em atentados terroristas e recolher apoio para o ataque militar com que os norte-americanos pretendiam punir tais implicações. Por onde passou — com excepção de Londres, onde a factura do apoio dos EUA na guerra das Malvinas estava por cobrar — Walters não convenceu. Por junto e atacado recebeu negativas no tocante a qualquer acção militar contra a Líbia.

O ataque foi desencadeado durante a noite de segunda-feira, como se sabe. Ao serão, os norte-americanos ouviram Reagan em todas as cadeias de rádio e televisão falar sobre o assunto. Entre outras coisas, agradeceu o «apoio» dos aliados europeus.

Contagens

A imprensa, na sua generalidade e com as excepções que são conhecidas, passou uma das mais entusiásticas semanas a... fazer contas. Contas aos partidos. Tantos daqui, tantos dali. E toca de dar os nomes. Este por Gama, aquele por Constâncio. Todos por Cavaco, muitos contra ele. Com a pedalada das contas — e porque estamos a falar da imprensa «pluralista» —, não quiseram deixar o PCP de fora. E, à míngua de dados mais concretos, lá «informam» que no que aos comunistas diz respeito, também por cá isto anda muito aceso. Números: 11 contra... 200 000!

Para que a «informação» não fosse dada a seco, deram a entender que os onze não são nenhuma equipa de futebol, mas tratar-se-ia de «signatários» de uma carta anónima.

Gazetilha

por Ignotus Sum

Contra quem pense aí que eu sou um fraco poeta cantor de casos sem memória eis-me catando as pulgas do sovaco que dão saltos fantásticos na História. Vou pois cantar a gestas do Cavaco na brusca busca de uma etrusca glória pra fazer esquecer, no teor da almista, a derrota do Freitas prafrentista...

*

Descendo tanto o preço do pitrol aos níveis do escândalo em barril, Cavaco encheu do peito o largo fole e pôs-se, na medalha, de perfil. Lá tinha ele e mais o seu escol gume eficaz para ferir Abril: numa das mãos, promessa de oiro e mel, noutra, chicote, cianeto e fel...

*

Cai-lhe porém um raio no touço quando a Oposição, brados a rodos, lhe diz: Ó meu, cuidado lá com isso os modos que usas, não, não são bons modos. Vamos moralizar este serviço que, repartido, será bom pra todos. Ao governo, no jogo dos interesses, não cabe o monopólio das benesses...

*

E Cavaco ficou desesperado. A palavra saía fria e louca. De tal modo parecia transtornado que espuma até deitava pela boca. Queria-se, ah!, queria-se vingado, vingança é a fome da cabeça oca. Preços da gasolina então alteram? Pois vão ver todos com quem se meteram!

*

Chama ao que no combate importe e valha, estrategos reúne, risca planos, acolhe baionetas e metralha convoca, para bandeiras, paus e panos palavras de ordem na TV espalha repetem-nas fulanos e cicranos. Da gasolina estragam-lhe o deleite? Está resolvido: vinga-se no leite...

*

Alimento do pobre e do doente? De quem trabalha amigo, e da criança? Cavaco encolhe os ombros, indiferente, nada lhe quebra o gosto da vingança. Não baixa o leite, não, como igualmente não baixa o pão que o povo pouco alcança. Nas escolas também Cavaco corta e com isso, afinal, pouco se importa...

*

Veja-se então que grande «valentia» a gente de Cavaco tem no alfobre ele é um «herói» que avança dia a dia contra o mais indefeso, contra o pobre. Mas de nada lhe vale a hipocrisia o povo, em sua luta, já descobre. Com a gasolina que o Cavaco quer já o louco governo está a arder...



Agenda

Avante!

Ano 53 - Série VII
N.º 642

17 de Abril de 1986

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



COMÍCIO

de AMIZADE PCP-PC VIETNAME

ALVARO CUNHAL
SECRETÁRIO GERAL do PCP

NGUYEN THANH BINH
SECRETÁRIO do C.C. do P.C.V.



**18
Abril 86
21,30 h**

PAV.S.G.SACAVENENSE

Visita de Álvaro Cunhal ao concelho de Santarém, sábado 19 de Abril.

Encontro com as populações de Vale de Figueira, Pombalinho, Reguengo do Alviela. Em S. Vicente do Paul, jantar-convívio e intervenção política, às 20 horas.



III Conferência Nacional do Ensino Superior da JCP

19 e 20 de Abril
ISCTE Lisboa

Quinta 17

• Lisboa

Debate sobre o Orçamento do Estado, Grandes Opções do Plano 1986, às 21 horas no CT de Alcântara. Participação dos camaradas Carlos Carvalhas, Ilda Figueiredo e Octávio Teixeira.

Sexta 18

• Sacavém

Comício de amizade PCP-PC do Vietname, às 21.30 no Pavilhão do Sacavenense com os camaradas Álvaro Cunhal,

secretário-geral do PCP, e Nguyen Thanh Binh, secretário do CC do PCV.

• **Monte de Caparica**
Debate sobre a situação internacional, no Centro de Trabalho, às 21.30, com a presença do jornalista Vilaverde Cabral.

• **Almada**
No âmbito do plano de actividades, realiza-se no Centro de Trabalho Alberto Araújo um plenário sobre fundos.

Sábado 19

• **Santarém**
O camarada Álvaro Cunhal visita o

concelho de Santarém. Estão previstos encontros com as populações de Alcântara, às 10; Vale de Figueira, às 11; Pombalinho, às 12.30 com almoço-convívio, intervenção e visita à freguesia; Reguengo do Alviela, às 15.30; S. Vicente do Paul, às 16.30 encontro com a população e visita à freguesia. Às 20, jantar, na Casa de Convívio e intervenção política.

• **Pontinha**
Plenário, às 15, no Infântario, para discussão da situação política, reforço do Partido e entrega de novos cartões, com o

camarada Blanqui Teixeira.

• **Cascais**
Reunião, no Centro de Trabalho às 16, para todos os camaradas que trabalham na Câmara/SMAS.

• **Almada**
No Centro de Trabalho Concelhio (Pombal), às 15, distribuição de cartões, projecção de um filme, lanche-convívio e intervenção política pelo camarada Vítor Dias.

Também, às 15 horas realiza-se a primeira reunião coordenadora da Festa da Amizade. Este ano será nos dias 4, 5 e 6

de Julho no Laranjeiro. O lema será: «Em unidade, por Abril e pela Paz!».

• **Avelro**
Realiza-se a segunda Assembleia de Organização concelhia, às 15 horas no ginásio da Escola Preparatória de Ilhavo, que contará com a presença da camarada Zita Seabra. Às 18, terá lugar uma sessão de encerramento aberta a quantos nela queiram participar.

• **Evora**
Plenário Distrital dos Quadros do PCP, das 10 às 18 horas, para discussão do trabalho autárquico.

Domingo 20

• **Costa da Caparica**
No Centro de Trabalho, às 16 horas, convívio, projecção de um filme e intervenção sobre a situação política. Esta realização será para entrega de novos cartões.

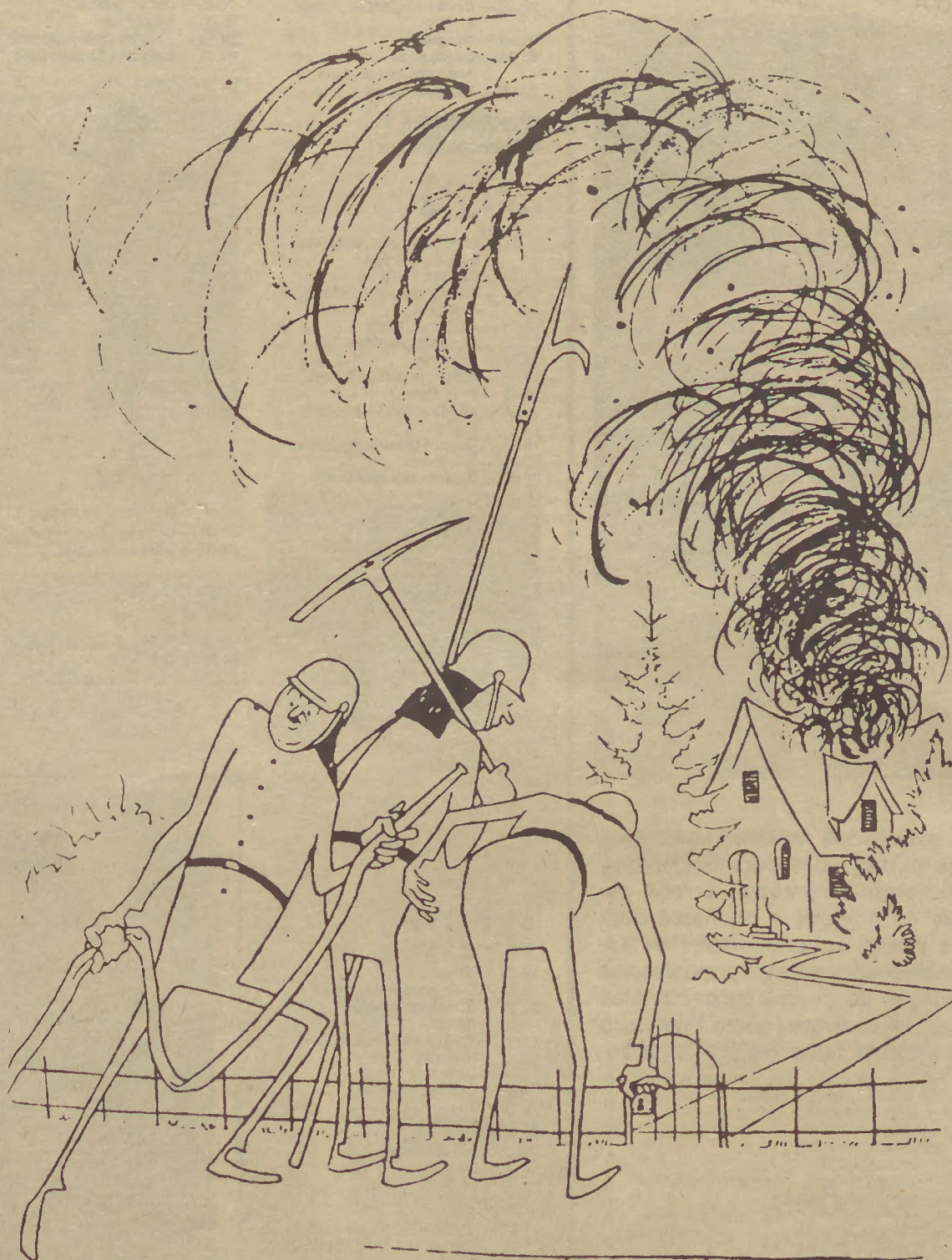
• **Laranjeiro**
No Centro de Trabalho irá realizar-se um almoço-convívio comemorativo do 12.º Aniversário do 25 de

Abril e haverá também a projecção de um filme.

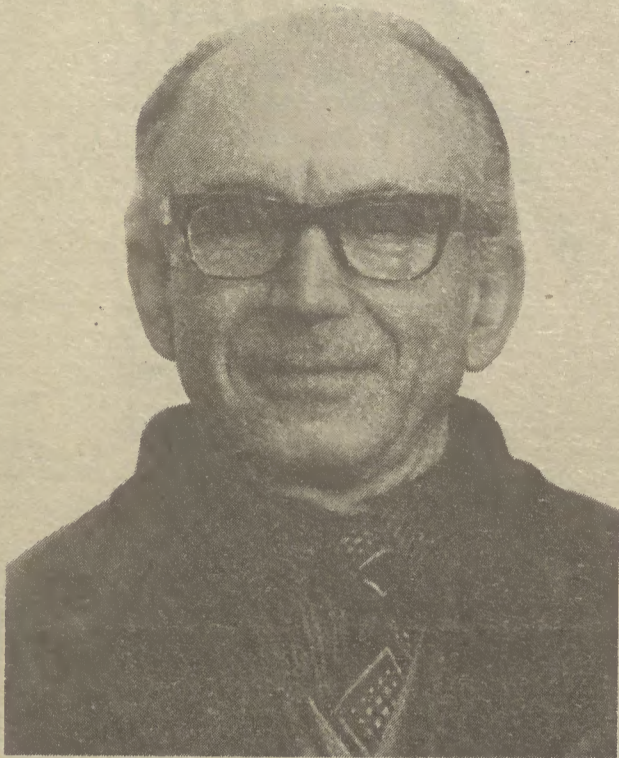
• **Pinheiro de Loures**
A partir das 13 horas, almoço, convívio musical e intervenção política pelo camarada José Casanova, na SFUP.

Terça 22

• **Alpiarça**
No Centro de Trabalho, às 10 horas, reunião de quadros da Reforma Agrária.

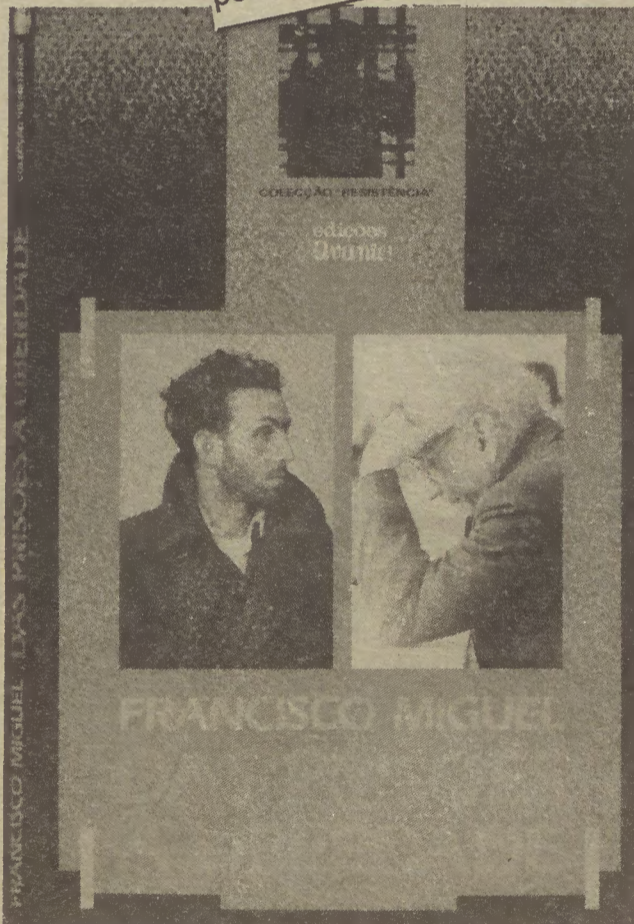


RIEGENRING, Wilmar (1905-)



FRANCISCO MIGUEL DAS PRISÕES À LIBERDADE

Texto organizado
por FERNANDO CORREIA



Na venerável galeria dos heróicos combatentes antifascistas portugueses durante décadas se opuseram ao regime opressor, é fácil encontrar dezenas de homens e mulheres com longos anos de prisão e vidas inteiras de sacrifício e sofrimento inteiramente consagradas à luta pela libertação do povo e da pátria. Mas difícil é encontrar alguém que, como Francisco Miguel, tanto e durante tanto tempo tenha sofrido e lutado.

edições
Avante!

Quinta

RTP1

- 11.00 — Artistas Portugueses — Almada Negreiros
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.45 — Telenovela — «Vereda Tropical», 9.º Epis.
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mals Novos — Da floresta, a escultura em madeira, a modelagem da cortiça, a construção de instrumentos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Desporto
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Corpo a Corpo», 28.º Epis.
- 21.25 — Europa
- 21.55 — México 86
- 22.20 — Série — «As Aventuras de Sherlock Holmes»
- 23.20 — 24 Horas
- 23.45 — Remate.

RTP2

- 19.30 — Notícias
- 19.35 — Desenhos Animados
- 20.00 — Conheça Melhor



- 20.30 — Série — «A Família Vialhe», 3.º Epis.
- 21.30 — Notícias
- 21.35 — Da Música — Encontro com Anabela Chaves
- 23.30 — Últimas Notícias.

Sexta

RTP1

- 11.00 — Gente Singular, programa de Alfredo Tropa
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.45 — Telenovela — «Vereda Tropical»
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mals Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — «Follow Me» (Curso de Inglês)
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico



- 20.35 — Telenovela — «Corpo a Corpo»
- 21.25 — Série — «O Ano do Francês», produção franco-irlandesa, realização Michael Garvey — 1.º Epis.
- 22.20 — Série — «Sarlhos Com Elas»
- 23.05 — 24 Horas
- 23.30 — Remate.

RTP2

- 19.30 — Notícias
- 19.35 — Desenhos Animados
- 20.00 — Enquanto é Tempo
- 20.30 — Adágio
- 21.00 — Viagem pelo Teatro
- 21.25 — Notícias
- 21.30 — Directo/2
- 22.30 — Últimas Notícias.

Sábado

RTP1

- 11.30 — Sumário
- 11.35 — Tempo dos Mals Novos
- 13.00 — Sumário
- 13.10 — Tempo dos Mals Novos — «Jornalinho»

TV

O Programa

- 14.00 — Sport Billy
- 14.30 — Revista de Touros
- 15.00 — A Televisão dos Outros
- 17.00 — Os Marretinhas
- 17.30 — Fama
- 18.30 — Vamos Muscular
- 19.10 — Parlamento
- 19.45 — Totoloto
- 20.00 — Telejornal
- 20.50 — Boletim Meteorológico
- 21.00 — Aplauso — Concerto pela Orquestra Sinfónica de Viena, maestro George Prêtre. Obras de Mozart, Richard Strauss, Johann Strauss e Ravel
- 22.00 — Dinastia
- 22.55 — Últimas Notícias
- 23.05 — Sábado Especial — «Rosebud», real. Otto Preminger (EUA/1975)

RTP2

- 16.00 — Troféu
- 19.45 — Totoloto
- 20.00 — Documentário
- 20.30 — RTP/Brasil
- 21.00 — Série — «Ascensão e Queda do Rei Algodão»: a história do algodão em 6 episódios
- 21.30 — A Forma das Coisas

Domingo

RTP1

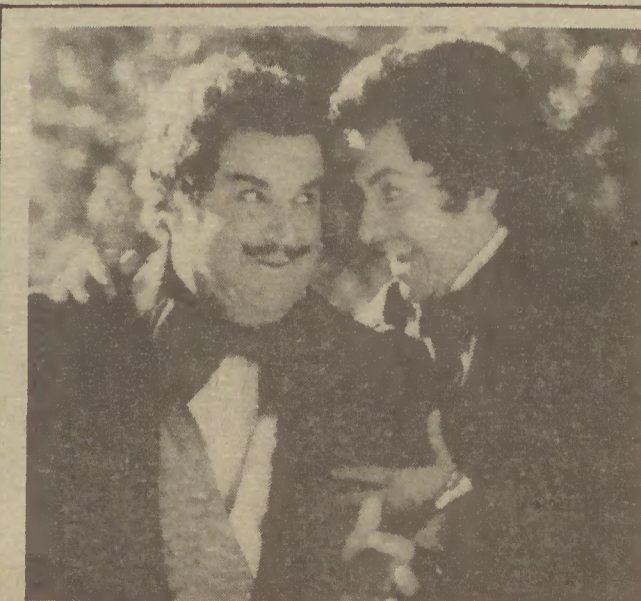
- 10.30 — Sumário
- 10.35 — Missa Dominical
- 11.30 — 70 Vezes 7
- 12.00 — Tempo dos Mals Novos
- 13.00 — Sumário
- 13.10 — TV Rural
- 13.40 — Tempo dos Mals Novos
- 15.30 — Sessão da Tarde — «Sarlhos Sobre Rodas», real. James Frawley (EUA/1976)
- 17.00 — Clube Amigos Disney
- 18.50 — Top Disco
- 19.45 — Dar e Receber
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Crónicas de Bem Dizer



- 21.00 — O Homem na Dança, 3.º epis.
- 22.00 — Domingo Desportivo
- 23.00 — Últimas Notícias

RTP2

- 16.00 — Tempo dos Mals Novos
- 16.30 — Videopólis
- 17.00 — Pare, Escute, Olhe
- 17.30 — Trânsito
- 18.00 — Madeira — Da Lenda à Realidade
- 18.30 — Adágio



Cenerentola, ópera de Rossini — domingo, RTP-2

Segunda

RTP1

- 11.00 — Portugal Romano
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.30 — Telenovela «Vereda Tropical»
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mals Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Romanceiro
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Telenovela «Corpo a Corpo»
- 21.15 — Concurso 1, 2, 3 — Tema «A Guitarra»
- 23.15 — 24 Horas
- 23.40 — Remate

RTP2

- 19.30 — Notícias
- 19.35 — Desenhos Animados
- 20.00 — RTP/Açores «Serão das Vindimas»
- 20.30 — 2.ª Volta
- 21.00 — Zoom
- 21.30 — Notícias
- 21.35 — Espaço Jazz — 1.º Festival Internacional de Jazz de Lisboa
- 23.15 — Últimas Notícias

Terça

RTP1

- 11.00 — Conheça Melhor
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.30 — Telenovela «Vereda Tropical»
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mals Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Jazz para Todos
- 19.50 — O Livro Grande de Petete
- 19.55 — Boletim Meteorológico para a Agricultura
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Telenovela «Corpo a Corpo»
- 21.15 — Apresentação Prévia das Canções Concorrentes ao Festival Eurovisão 1986
- 21.35 — Programa da Direcção de Informação
- 22.40 — Estranhos Poderes, 4.º episódio
- 23.05 — 24 Horas
- 23.55 — Remate

RTP2

- 19.30 — Notícias
- 19.35 — Desenhos Animados
- 20.00 — Falar de Macau
- 21.00 — Sessão das Nove «Cristo Proibido», real. Curzio Malaparte (Itália/1951)
- 22.30 — Últimas Notícias

Quarta

RTP1

- 11.00 — Terras Escondidas — Mora
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.30 — Telenovela «Vereda Tropical»
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mals Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Telemundo
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Vamos Jogar no Totobola
- 20.40 — Telenovela «Corpo a Corpo»
- 21.30 — Noite de Cinema «Cinco Anos Depois», real. Marlon Brando (EUA/1961)
- 23.40 — 24 Horas
- 00.50 — Remate

RTP2

- 19.30 — Notícias
- 19.35 — Desenhos Animados
- 20.00 — Pare, Escute e Olhe II — «... e a Trindade»
- 20.30 — O Mundo do Barroco
- 21.25 — Notícias
- 21.30 — Foi Êxito na TV
- 22.30 — Últimas Notícias



Anabela Chaves — 5.ª-feira, RTP-2

Cinema

A selecção

Teatro

O Cartaz

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	África Minha	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	—
B	Cotton Club	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
C	Encontro	★★	★★★	★★★	—	★★★
D	Era Uma Vez na América	★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
E	Noites de Lua Cheia	★★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
F	Regresso ao Futuro	★★	★★	★★	—	★★
G	Rumble Fish - Juventude Inquieta	★★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	—

A — Real. Sidney Pollack — Alfa/1 (15.15, 21.15, 00.15), Amoreiras/1 (15.15, 18.15, 21.15, 00.15), S. Jorge/1 (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa; Foco (14.15, 16.30, 18.45, 21.30), S. João (14.15, 16.30, 18.45, 21.45) — Porto.
 B — Real. Francis Ford Coppola — Alfa/Clube (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa.
 C — Real. André Téchiné — Las Vegas/2 (De 2.ª a 6.ª/15.30, 18.30, 21.30; Sáb. e dom./14.00, 16.30, 19.00, 21.45), Quarteto/2 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 D — Real. Sérgio Leone — Berna (15.00, 21.00), Mundial (15.00, 21.00), Roma (15.00, 21.00) — Lisboa.
 E — Real. Eric Rohmer — Estúdio 444 (18.30, 21.30), Quarteto/1 (14.30, 16.45, 19, 21.30) — Lisboa.
 F — Real. Robert Zemeckis. S. Jorge/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
 G — Real. Francis Ford Coppola — Apolo 70 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00), Quarteto/4 (14.00, 16.00, 18.00, 19.45, 21.30) — Lisboa; Stop/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.45) — Porto.

Classificação de

LISBOA

Casa da Comédia, R. Francisco Borja, 24. De 3.ª a sáb./21.45, dom./16.00. **Quase Por Acaso Uma Mulher**, de Dario Fo, enc. Castro Guedes.

Casa dos Tabuen-ses, R. Poais de S. Bento, 75. De 5.ª a sáb./21.45. **Tutankamon e a sua Rainha**, de Adolfo Gutkin, enc. Isabel Pacheco — Grupo de Teatro Muzum (até 19/4).

Comuna-Sala Nova, Pç. de Espanha. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00.

Calígula, de Albert Camus, enc. João Mota.

Sala Experimental. De 3.ª a sáb./21.45, dom./16.30. **E o Godot Sempre Chegou!**, de Alexandre Pastor, enc. Armando Cortez (até 20/4).

Teatro da Graça, Trav. S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb./21.00, dom./16.00. **Bem-Vindo Sr. Sloane**, de Joe Orton, enc. Carlos Fernando — Grupo de Teatro Hoje.

Teatro Vasco Santa-nova, Entre Campos (Feira Popular). De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00.

16.00. **Cesário Quê?**, texto e encenação de Luzia Maria Martins — Teatro-Estúdio de Lisboa.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a Sáb./21.30, Dom. 16.00 e 21.30. **Pouco Barulho**, de Michael Frayn, enc. Varela Silva.

Variedades, Pq. Mayer. De 3.ª a dom./21.45, sáb./16.00. **Um Coronel em Dois Actos**, adapt. Francisco Nicholson, enc. Varela Silva.

• PORTO
Espaço Barredo,

R. do Barredo, 3 (Ribeira). De 3.ª a dom./21.45. **Eróstrato**, de Pedro Barbosa, enc. Júlio Cardoso — Seiva-Trupe.

Teatro do Campo Alegre, R. do Campo Alegre. De 3.ª a Dom./21.45; Dom. e feriados /16.00. **Os Amores da Foz**, de Camilo Castelo Branco, enc. Norberto Barroca — Seiva Trupe.

• SETÚBAL
TAS — Teatro de Bolso. 6.ª e sáb./21.30, dom./16.30. **Jogo de Loucos**, de Michel Viala, enc. Domingos Semedo.

Para crianças

LISBOA

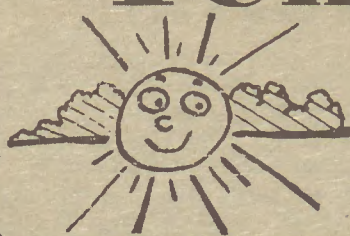
Comuna-Sala 2, 6.ª e Sáb./21.30, sáb. e dom./15.00. **Nós de um Segredo**, sobre textos tradicionais portugueses — Grupo o Bando.

Salão das Furnas, R. Raul Carapinha. Sáb. /16.00, dom./11.00. **Bola de Sabão** — Grupo Os Papá Léguas.

TIL, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). **Gallieus, Contador de Estrelas**, de José Jorge Letria. Sáb. e dom./16.00.

Tempo

Fim de Semana



É a seguinte a antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica para o próximo fim-de-semana: céu geralmente pouco nublado com vento fraco.

Exposições

...e ainda

Música, debates, etc.

Arte Postal, Soc. Língua Portuguesa, R. S. José, 41, 2.ª (até 10/5).

Artística, (50.º aniv. da Sociedade Tipográfica, Lda), SNBA, R. Barata Salgueiro. De 2.ª a sáb./14.00 às 20.00 (até 18/4).

Arthur Luís Piza, (Itália), pintura e gravura. Gal. 111, Campo Grande, 113-A. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb./10.00 às 13.00.

Azulejos, «5 Séculos do Azulejo em Portugal», Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 20.00, sáb. e dom./12.00 às 22.00.

BD Boom, Banda Desenhada Francesa: «A Arquitetura na BD». Gulbenkian — Gal. de Exposições Temporárias do CAM. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00 (até 24/4).

BD Boom, Banda Desenhada Francesa: os novos gráficos e as novas tecnologias. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91 (até 24/4).

BD Boom, Banda Desenhada Francesa: «Figuração Livre»/pintura e roupas na BD. Palácio Foz, Restauradores, das 14.00 às 20.00 (até 20/4).

Brinquedos em lata e madeira do arq. Virgílio Coutinho. Museu Nacional do Traje, Lg. Monteiro-Mor. De 3.ª a dom./10.00 às 13.00 e 14.30 às 17.00 (até 31/7).

Carlos Calvet, pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167. Das 10.00 às 17.00.

Colectiva, «Fábula». Gal. dos Arcos da ESBAL, Chiado. De 2.ª a 6.ª/15.00 às 19.00 (até 18/4).

Colectiva, «Lusitânia Expresso», pintura e escultura (os autores que vão estar na ARCO 86/Madrid). Gal. Novo Século, R. do Século, 23-A. De 2.ª a sáb./14.00 às 20.00 (até 24/4).

Colectiva de Gravura, «A gravura e as suas técnicas». Gal. Almada Negreiros, Av. República, 16. De 3.ª a dom./10.00 às 20.00.

Cometa Halley, no Museu da Ciência e da Técnica. A mostra engloba 18 painéis concebidos pelo Centro Nacional de Estudos Espaciais e estará patente ao público durante o mês de Abril — COIMBRA.

Daniel Nave, pintura. Gal. Altamira, R. Filipe Folque, 48. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 19.30; sáb./10.00 às 13.00 (até 16/4).

Escultura Africana em Portugal. Museu de Etnologia, Av. da Madeira (ao Restelo). De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17.

Fernando Curado de Matos, fotografias de jazz. Hot Clube de Portugal, Pç. da Alegria, 39.

Fernando Manuel, pintura. Gal. Paulino Ferreria, R. Nova da Trindade, 18-B. De 2.ª a 6.ª, 9.00 às 12.30 e 14.30 às 19.00, sáb. e dom. 9.00 às 13.00 (até 26/4).

«As Flores», Centro Artístico Infantil da Fund. Gulbenkian, Av. Berna. De 3.ª a sáb./15.00 às 19.00, dom./10.00 às 17.00 (até Junho).

Gracia Pereira Coutinho, desenho, Atrium da Imprensa, R. Horta Seca, 20. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 20.00 (até 9/5).

Isabel Augusta, pintura. SNBA, R. Barata Salgueiro. De 2.ª a sáb./14.00 às 20.00 (até 20/4).

Joana Rosa, jóias (metais pobres). Museu Nac. do Traje, Palácio Monteiro-Mor, ao Lumiar. De 3.ª a dom./10.00 às 13.00 e 14.30 às 17.00.

João Monsanto, desenho (BD). Varandinha de Alfama, Beco da Corvina (até 28/4).

Jacques Pajak, (Suíça), pintura e desenho. Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00.

Louro Artur, desenho. Pátio Alfacinha, R. do Guarda-Jóias, das 11.00 às 23.00.

Maurício de Abreu, «Apontamentos de Trabalho» — fotografia, na Soc. Nacional de Belas Artes. Todos os

dias, das 14.00 às 20.00 (excepto feriados). Até 4/5.
Moreira Santos, escultura. Stuart, R. Filipe Folque, 49. De 2.ª a sáb./17.00 às 24.00 (até 24/4).

Otto H. Hajek, «Iconografias, Sinais, Pragas Públicas, Quadros». Instituto Alemão, Campo Mártires da Pátria, 36-37. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 13.00 e 14.00 às 18.00 (até 18/4).

Paiva Raposo, pintura. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 30/4).

Pedro Cabrita Reis, pintura. Gal. Cómicos, R. Ten. Raúl Calcais, 1-B. De 2.ª a sáb./15.00 às 20.00 (até 3/5).

Pedro Portugal, pintura. Gal. Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 5.ª Dt.ª. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 30/4).

Pedro Proença, pintura. Livraria Bertrand, Chiado. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00 (até 24/4).

Armada Passos, serigrafia. Hotel Meridien, Av. da Boavista. Das 15.00 às 23.00 (até 21/4) PORTO.

Arte Popular Ucrainiana, peças do Museu Estatal de Arte Decorativa Popular de Kiev. Até 21/4, Cooperativa Árvore PORTO.

Artistas do Norte de Portugal, Museu Nac. Soares dos Reis, R. D. Manuel II PORTO.

José Cândido, pintura. Gal. EG, R. do Crasto, 210. De 3.ª a sáb./16.00 às 19.30. PORTO.

Ruth Rosengarten, pintura. Gal. Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 30/4) PORTO.

«Os Nossos Anos 20», colectiva de artistas dos anos 20: de Almada e Eduardo Viana a Stuart Carvalhais, Jorge Barradas, Bernardo Marques. Gal. Nasoni, R. Gal. Paris, 80. De 3.ª a 6.ª/10.00 às 12.30 e 15.30 às 19.30, sáb. e dom./15.30 às 19.30. PORTO.

Ingo Kuhl, pintura. Centro Cultural de S. Lourenço. ALMANSIL.
Cruz Oliveira, pintura. De 3.ª a dom./15.00 às 20.00 (até 20/4), Casa Museu dos Patudos ALPIARÇA.

João do Carmo, desenho e pintura. De 4.ª a 2.ª/16.30 às 21.00, Casa Museu dos Patudos ALPIARÇA.

Luís Camacho, pintura. Gal. Alfaro, Trav. Visconde da Luz, 7. De 2.ª a sáb./15.00 às 19.30, até 13/5. CASCAIS. (Inaugura amanhã).

Colchas de Castelo Branco, de 3.ª a dom./10.30 às 12.30 e 15.00 às 19.00. Museu Tavares Proença J.º CASTELO BRANCO.

António Joaquim, pintura. Das 15.00 às 24.00, (até 20/4). Gal. de Arte do Casino ESTORIL.

Carlos Lança, pintura. Museu de Évora.
Humberto Marçal,

gravura. Das 14.00 às 20.00. Casa Municipal de Cultura. (Até 20/4) FAFE.

Filatelía e Maxima-fília, «Defesa do Património Natural e Cultural». Inaugura a 19/4 das 15.00 às 19.00, nos restantes dias das 9.00/12.30 e das 14.00/17.30 (até 26/4) MÉRTOLA.

José Teófilo Duarte, pintura. Casa do Bocado — Gal. Municipal de Artes Visuais. De 3.ª a 6.ª/9.00 às 12.00 e 14.00 às 19.00, sáb. e dom./15 às 19.00 (até 27/4) SETÚBAL.

Movimento Operário, do distrito de Setúbal na Imprensa — exposição itinerante organizada pela Associação dos Municípios do Distrito de SETÚBAL.

Roque Garmelo e Carlos Ganhão, pintura. Pousada de S. Filipe, Castelo de S. Filipe, das 12.00 às 22.00 (até 18/4). SETÚBAL.

Quinzena de Picasso

No próximo dia 18 estreia-se a peça de Picasso «O Desejo Agarrado ao Rabo», pelo Teatro Universitário do Porto (TUP). Esta iniciativa é promovida pelo Instituto Espanhol de Cultura, TUP e o apoio do Museu Soares dos Reis.

Durante esta quinzena cultural dedicada a Picasso na cidade do Porto está patente até ao dia 26 no Museu Soares dos Reis uma exposição bibliográfica e de reproduções do Museu Picasso de Barcelona.

Concertos à hora do almoço, na Sala Polivalente do CAM, às 13.00: Manuel Je-

Música

Temporada Gulbenkian 86
 Concertos pela Orquestra Gulbenkian, direcção do maestro Cláudio Scimone, Barbara Hendrichs, soprano. Obras de Strauss, Mozart, Berlioz e Offenbach. Quinta-feira, dia 17, às 21.30 e sexta, dia 18, às 18.30, no Grande Auditório.

A Orquestra Gulbenkian, dirigida pelo maestro Christopher Hogwood, ao violoncelo Heinrich Schiff. Obras de Dvorak, Elgar e Schumann. Quarta-feira, dia 23, às 21.30, no Grande Auditório.

Concertos à hora do almoço, na Sala Polivalente do CAM, às 13.00: Manuel Je-



rónimo, clarinete, Luís Machado Pinto, piano. Às 13.30: **Manuela de Sá**, soprano, **Ivona Matuszewska Salote**, flauta e **António Salote**, clarinete — quinta-feira, 17.

Terça-feira, 22, às 13.00: **Emídio Telxela**, piano, **Américo Costa**, flauta.

Concertos para jovens

A Associação Portuguesa de Educação Musical, a Academia de Amadores de Música, com o apoio da Fundação Gulbenkian, realiza-se no dia 19, no Atrio da Biblioteca e Museu Gulbenkian o «Concerto para Jovens». A entrada é livre.

Encontro de Coros

No dia 20, na Igreja do Convento da Portela, o **Orfeão de Leiria**, promove o V Encontro de Coros do Centro. Actuarão o «Chorus Aulis», de Vila Nova de Ourém e o coral Canto Firme de Tomar.

Jazz em Alhandra

Integrando-se nas comemorações do 25 de Abril, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, organiza um concerto pelo

Quarteto de Jazz de David Gausden, no dia 18 (sexta-feira), às 21.30, na Sociedade Euterpe Alhandrense.

Cinema

Do ABC-Cine Clube de Lisboa, uma sessão hoje no cinema Londres, às 18.45 (Av. de Roma) do ciclo «Filmes do Fantástico», **Sangue por Sangue**, de Joel Coen (EUA/84); na terça-feira, às 18.30,

na Soc. Portuguesa de Autores, **Boa Viagem**, de Norbert Bartnik, realiza-se no dia 19, no Atrio da Biblioteca e Museu Gulbenkian o «Concerto para Jovens». A entrada é livre.

Em Lisboa, no dia 19, no Centro de Trabalho Vitória, às 21.00, o filme «A Ascensão», de Larissa Shepitko.

Cosmos

Por iniciativa da Câmara Municipal do Barreiro, dedicada ao tema «25 Anos do Homem no Cosmos», realiza-se na biblioteca uma exposição até ao próximo dia 20. No sábado, às 16 horas, conferência pelo dr. Moradas Ferreira sobre «A Conquista do Cosmos e a Paz»; no domingo às 19.00 projecção de filmes sobre a «Ciência e a Técnica do Espaço».

Teatro

Jornadas

Doze grupos de teatro estão a participar nas **Décimas Jornadas de Teatro Amador da Figueira da Foz** que se realiza entre 12 de Abril e 25 de Maio, em diferentes locais do concelho.

Na nota da organização, as representações ocorrem em doze salas diferentes, visitando-se os grupos das aldeias uns aos outros.

No dia 25 de Maio realiza-se o encontro de encerramento nas instalações do Casino da Figueira da Foz.

Bailado

No Auditório Nacional Carlos Alberto, no Porto, nos dias 17 e 18, às 21.30 a **Companhia de Dança de Lisboa** apresenta o 1.º programa com os seguintes bailados: **Oásis**, coreografia de Rui Horta; **Histórias de Amantes**, de Marc Bogaerts; e o **Pal é que Sabe**, de Patrice Soriero; no dia 19, também às 21.30 a mesma companhia leva à cena o 2.º programa composto por: **Oásis**, **Entre Amigos**, de Marc Bogaerts; **Blues For The Night Owls**, de Lyndsay Fussell e **Insónia** de Rui Horta.

aTV

Quem tem medo do debate?

Há quem colecione selos, ou cromos, ou rótulos de garrafa, ou caixas de fósforos. O Governo de Cavaco Silva coleciona derrotas.

Ele pensava que podia ir à televisão dizer o que bem lhe parecesse e agora passem muito bem.

Desta vez saiu-se mal. O conflito artificial que criou com a Assembleia da República e que transportou para os domínios da televisão saldou-se por mais um fracasso: desta vez a oposição teve direito de resposta e o Governo viu-se desmascarado. Ouviu de tudo, desde demagógico a desonesto, passando por incompetente.

O que importa, agora, é que a própria televisão, de sua iniciativa, crie condições para o debate vivo, criativo, jornalístico. Importa que não lave as mãos e deixe tudo seguir pelos trâmites legais do «direito de resposta».

Já agora não venham para cá com a história de pôr frente a frente o Governo e o partido mais forte da oposição. Não transforme um debate político num debate partidário. Não transforme um poliedro num ângulo. Que até nem pode ser recto...

Manobra do Chico esperto

Tivemos, aliás, amostras de dois critérios de actuação na RTP.

Na rubrica «Parlamento» puseram um representante do PSD e um representante do PRD, com o argumento que este assumira uma posição mais moderadora, em contraste com a do PCP que era «radical».

Ora parece claro que o debate mais se justifica entre forças opostas do que entre forças próximas. Aliás, os floreios foram tantos que pouco faltou que os participantes apresentassem desculpas mútuas.

No **Telejornal** do dia em que a Assembleia da República respondeu ao Governo, assistimos a um debate entre António Capucho e Raul Junqueiro. O debate durou cerca de quinze minutos. O que é que aconteceu? Aconteceu que ouvimos ao representante do PS o mesmo que iria dizer meia hora mais tarde — enquanto ao PSD, que não entrava no bloco da oposição foi dado mais tempo de intervenção do que a qualquer um dos restantes partidos...

É, pelo menos, imoral. Quanto ao critério, bem, isso não passa de mera desculpa digna de um qualquer Chico esperto.

«Informação» baseada nas informações... da NATO!

Se não me engano, já aqui tratei de mais esta chico-esper-teza.

Foi assim. Achou a RTP que os portugueses estavam mal informados a respeito da CEE. Então encarregaram a Elisa de uma série de programas sobre ela.

Depressa se verificou que na base do projecto se encontrava mais uma operação anticomunista e anti-soviética de grande envergadura.

A terceira emissão atingiu expressões raramente conseguidas, mesmo tendo em conta devida o longo cadastro da RTP.

Quem assistiu à emissão deve ter sentido vômitos. Dispensome de repetir as atoardas, as intrigas, as infâmias, as deturpações. Máximo da manipulação: as potências capitalistas já detinham em seu poder a bomba atómica, viram-se obrigadas a criar a NATO para se defenderem... da União Soviética!!!

Tudo ficaria esclarecido quando no fim do programa, soube-mos que ele fora construído na base de documentação fornecida... pela NATO...

Lamentavelmente, dia após dia se verifica uma realidade: a RTP é uma simples peça na engrenagem da guerra-fria, de serviço permanente aos desígnios dos Estados Unidos. E para quem tivesse algumas dúvidas, basta-lhe-la acompanhar a teia da intoxicação anti-Líbia.

No que, aliás, a RTP age com imprudência anormal, com uma levandade ao nível da inconsciência. Ei-la procurando juntar de rosas, alecrim e palmitos a rua que leva à agressão contra a Líbia — uma operação que faz tremer o coração de todos os homens sensatos...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

O Congresso do CDS

Abandonado, enquanto decorria, pelo próprio presidente do Conselho Nacional do partido, o Congresso do CDS decorreu num «clima de confrontações pessoais e de insultos». Ex-MIRNs, ex-salazaristas e Maria Elisa deram o tom. Apesar de um dos nossos recortes considerar «inimaginável» o que se passou, o leitor tente mesmo assim!

«Crescer para a direita»

• «A vitória de Adriano Moreira no Congresso do CDS no Porto marca uma viragem decisiva na direita portuguesa. Na verdade, mais que a luta pelo controlo de um partido que, em termos eleitorais, saiu em situação difícil das eleições de Outubro, tratava-se de uma guerra entre ideias, entre símbolos, entre personalidades, entre estilos e fundos de conceber a política.

Antes de mais, Adriano Moreira beneficiou com o aparecimento de Morais Leitão. Na verdade, este configurava-se como a única «personalidade» com envergadura para se opor ao antigo ministro do Ultramar. Não aparecesse um líder e os «histórico-centristas» e a opinião teriam sempre o argumento de que o seu candidato não se interessara pela luta e que Adriano ganhara por falta de comparência do adversário.

Não foi assim, Leitão atirou-se de corpo e alma para a luta, suspendeu a advocacia, mobilizou apoios financeiros e humanos de vulto, que iam desde o IDL aos círculos próximos da campanha Freitas do Amaral. A «direita orleanista» mobilizou-se em peso, nos salões e nos jornais, utilizando argumentos que iam desde a «velhice» de Adriano, até à situação apocalíptica para o Partido se este ganhasse; chegou a explorar-se, abusivamente, o nome de Cavaco Silva como apoiando Leitão, o que, aliás, foi desmentido pelo próprio em conversa com o líder do CDS. Para alguns, parecia que valia tudo.

Em certo sentido pode dizer-se que parte da máquina da campanha de Freitas do Amaral fez lobby por Morais Leitão. Também envolvidos os responsáveis pela Fundação Adenauer, cujo representante, em Portugal, não ocultou as suas simpatias e interesse pelo centrismo histórico.

Adriano contou, também, com apoios fora do CDS. Nomes ligados à direita intelectual e independente como Jorge Borges de Macedo, Nuno Rogeiro, Jaime Nogueira Pinto, António Marques Bessa exprimiram, directa ou indirectamente, o seu apoio. Também José Miguel Júdice apoiou a posição de Adriano Moreira, na linha aliás de muitos quadros do PSD que entendem que o CDS deve «crescer para a direita» e mobilizar parte do eleitorado abstenista. Assim, o argumento do apoio da «esquerda» a Adriano, adiantado por um comentador, não resiste a um mínimo de senso crítico.

(A.M. Vieira, «O Diabo», 15. Abril)

«Dignidade e nível ético»: faltaram

• «A partida, esgotadas todas as tentativas para chegar ao consenso desejado, falhados os intentos do «árbitro» Gomes de Pinho, era óbvio que ia haver vencedores e vencidos. Mais grave: houve dissidentes. O primeiro terá sido o próprio presidente do Conselho Nacional do CDS, prof. Adriano Vasco Rodrigues, que em carta dirigida ao presidente do Congresso, apresentou a demissão do lugar que ocupava e abandonou, de seguida, os trabalhos do Teatro Rivoli, justificando tal acto pelo facto de «o Congresso não estar a decorrer com a dignidade e nível ético que se exige a um partido democrata-cristão».

O segundo foi o «histórico» Luís Barbosa, que, mal terminou o Congresso, se dirigiu aos jornalistas, anunciando a sua demissão do partido, classificando-o agora de «demasiado radical» e não excluindo, mesmo, a hipótese de nascimento de uma outra formação partidária que venha ocupar o espaço do «velho CDS». Por exemplo: a Fundação Portugal Século XXI, de Diogo Freitas do Amaral.

Morais Leitão deixou para mais tarde o comentário aos resultados desta reunião do Porto, havendo, no entanto, quem antevê neste acto a sua definitiva partida do CDS, possivelmente seguido por alguns dos seus mais destacados apoiantes, entre os quais Azevedo Soares.

(«O Diabo», 15. Abril)

«Casos houve inimagináveis»

• «Para lá dos resultados das votações no congresso, esta ati-

tude de rejeição que se desenha e poderá concluir-se, com toda a clareza, dentro de 8 a 10 dias — o próximo 25 de Abril poderá ser a data escolhida para uma declaração retumbante — foi, por certo, muito influenciada pelo clima de confrontações pessoais e de insultos. Casos houve inimagináveis numa assembleia centrista, tradicionalmente moderada no debate e na sua linguagem, que chocaram quantos a eles assistiram.

Narana Coissoró, que subiu à tribuna para chamar «mentecapto» a Luís Barbosa, e que classificou Roberto Carneiro de «desgraçado oriental»; Morais Barbosa, ex-secretário-geral do MIREN, Mota Campos, controverso antigo ministro de Salazar, são algumas das personalidades mais contestadas pelos apoiantes de Morais Leitão e objectivamente consideradas obstáculos a um entendimento.»

(«Correio da Manhã», 15. Abril)

Maria Elisa à espreita

• «Inesperada, no domingo, foi a presença de Maria Elisa, que muitos aventavam poder vir a filiar-se no CDS, caso vencesse Morais Leitão. Dizia-se mesmo que poderia vir a ter «um cargo importante no partido», em caso de vitória do antigo ministro da AD. Comentando as «bocas», Maria Elisa não confirmou nem desmentiu: «Estou aqui como observadora atenta». Mais nada...

(«O Diabo», 15. Abril)

Quem manda

• «Já na madrugada de segunda-feira, com a maior parte dos congressistas «obrigados» a dormir mais uma noite no Porto (muitos chegaram a adiar as suas passagens de avião, dada a hora adiantada a que os trabalhos terminaram), Adriano Moreira reconquistou a liderança do CDS, com 537 votos, mais 86 do que os obtidos pela lista de Morais Leitão (451).

A Comissão Permanente da Comissão Política Nacional do CDS, presidida pelo líder reeleito, será constituída por Miguel Anacoreta Correia, Narana Coissoró, Hernâni Torres Moutinho (vice-presidentes), Fernando Seara (secretário-geral), José Carvalho Cardoso e José Maria Andrade Pereira (vogais).

Francisco Gentil Martins mantém-se na presidência do Congresso e António Martins Canavieira presidirá ao Conselho Nacional.

(«O Diabo», 15. Abril)

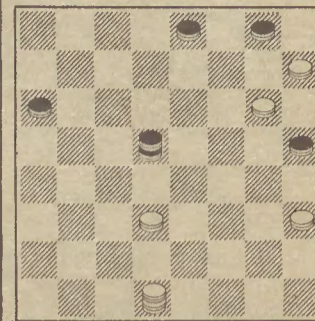
Damas

XLVIII — 17 de Abril de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 48

Por Bento de Oliveira Aguiar
«Domingo Ilustrado», 14.III.1926

Pr. 17-(19)-24-29-30



Br. (3)-9-11-21-25

Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 48

Campeonato Nacional
Fase Apuramento
Setúbal 22.1.83
(Jogo n.º 2)

1. 11-15, 21-17; 2. 7-11, 23-19; 3. 10-13, 17-10; 4. 5-23, 28-19; 5. 1-5, 32-28; 6. 9-13, 28-23; 7. 13-17, 25-21; 8. 5-9, 21-18; 9. 4-7, 18-13; 10. 9-18, 22-13; 11. 15-22, 27-18; 12. 12-16, 23-19; 13. 16-20, 24-15; 14. 11-20, 30-27; 15. 8-12, 19-14; 16. 12-16, 26-21; 17. 17-26, 29-22; 18. 20-23, 27-20; 19. 16-23, 22-19; 20. 7-12, 14-10; 21. 12-16, 19-15; 22. 16-20, 15-12; 23. 20-24, 12-7; 24. 3-12, 10-3; 25. 23-28, 3-16; 26. 28-32 empate.

GOLPE N.º 48

Por dr. O. A. L., 1952 (IV)

1. 11-14, 22-18; 2. 14-19, 23-14; 3. 10-19, 18-14; 4. 12-15, 21-18; 5. 8-12, 25-21; 6. 19-22, 26-19; 7. 15-22, 24-20; 8. 6-11, 21-17; 9. 2-6, 28-23; 10. 6-10, 23-19? Perde! Jogam brancas e ganham! Br. 1-3-4-5-7-9-10-11-12-22. Pr. 14-17-18-19-20-27-29-30-31-32. J. Br. G.

SOLUÇÕES DO N.º XLVIII

N.º 48 (B. O. A.): 21-26, 29-22 (Se: 30-21; 9-13+); 9-13, 17-10; 3-27, 30-23; 25-29+ Golpe n.º 48 (Dr. O. A. L.): 11. 22-26, 29-22 (Se: 30-21; 12-15); 12. 12-15, 19-12; 13. 10-26, 30-21; 14. 7-30=D+.

A. de M. M.

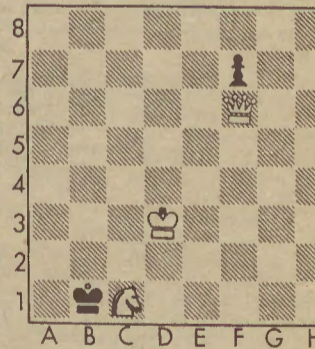
Xadrez

XLVIII — 17 de Abril de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 48

Por A. Jakab
3.ª menção honrosa «Good Companion»,
1922-IV

Pr. (2): Pf7-Rd3



Br. (3): Cc1-Df6-Rd3

Mate em dois lances

JOGO N.º 48

Lugano, 1986
Br. Plaskett — Pr. Miles

1. c4, e5; 2. e3, d6; 3. Cc3, g6; 4. g3, Bg7; 5. Bg2, Cc6; 6. d4, 0-0; 7. Cg6, Cd7; 8. 0-0, f5; 9. d:e5, d:e5; 10. b3, c6; 11. Ba3, Dd8; 12. f4, e4; 13. Dd6, Tf7; 14. Td1, Cf8; 15. Td2, Cc6; 16. Bh3, g5; 17. f:g5, Cg6; 18. B:f5, Bf8; 19. C:e4, B:d6; 20. C:d6, Dd8; 21. Td3, T:f5; 22. C:f5, D:g5; 23. h4, Dh5; 24. g4, D:g4+; 25. C2g3, Dh3; 26. Ch6+, Rg7; 27. Cb5+, Rf6; 28. Ch5+, Rf5; 29. Cfg3, Cef8; 30. Bb2+, Rf6; 31. Cg7+, Rf7; 32. Ba3+ e as Pr. abandonam.

SOLUÇÃO DO N.º 48

Chave: 1. Rg3! bloqueio!
1. Ra1; 2. Rg2 mate
1. R:c1; 2. Df1 mate

A. de M. M.

**POVO
LUTA
CULTURA**

daqui partimos
para as nossas iniciativas editoriais

Até amanhã camaradas
Manuel Tiago
Obra completas de
SOEIRO PEREIRA GOMES

edições
Avante!